



DIÁRIO da Assembleia da Repúblíca

II LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1981-1982)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE JANEIRO DE 1982

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
 Vítor Manuel Brás
 António Mendes de Carvalho
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 11 horas e 10 minutos.

Ordem do dia. — Continuou-se a interpelação ao Governo sobre política de habitação solicitada pelo PCP.

Intervieram no debate, a diverso título, além do Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Viana Baptista) e do Sr. Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo (Cardoso de Andrade), os Srs. Deputados Eduardo Pereira (PS), Veiga de Oliveira e Octávio Teixeira (PCP), Gomes Fernandes, Sousa Gomes e Aquilino Ribeiro Machado (PS), Mário Tomé (UDP), Teixeira Lopes (PS), Pinto Nunes e Sousa Tavares (PSD), Heriberto Goulart (MDP/CDE), Magalhães Mota (ASDI), Emídio Pinheiro (CDS), Carreira Marques (PCP), Luís Coimbra (PPM), João Porto (CDS), Anselmo Aníbal (PCP), Vilhena de Carvalho (ASDI) e Sousa Marques (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 11 horas 10 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.
 Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.
 Alberto Augusto Faria dos Santos.
 Álvaro Barros Marques Figueiredo.
 Álvaro Roque Bissaia Barreto.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.
 Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.
 Anacleto Silva Baptista.

António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Duarte e Duarte Chagas.
 António Maria de O. Ourique Mendes.
 António Roleira Marinho.
 António Vilar Ribeiro.
 Armando Lopes Correia Costa.
 Carlos Manuel Pereira Pinho.
 Cecília Pita Catarino.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Daniel Cunha Dias.
 Eleutério Manuel Alves.
 Fernando Alfredo Moutinho Garcez.
 Fernando José F. Fleming de Oliveira.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Fernando Manuel Cardote B. Mesquita.
 Francisco de Sousa Tavares.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João Afonso Gonçalves.
 João Evangelista Rocha Almeida.
 João Manuel Coutinho Sá Fernandes.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Pinto.
 José Augusto Ferreira de Campos.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Luís Figueiredo Lopes.
 José Manuel Pinheiro Barradas.
 José Mário de Lemos Damião.
 Júlio Castro Caldas.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Luís António Martins.
 Manuel António Araújo dos Santos

Manuel António Lopes Ribeiro.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Manuel Ribeiro Arruda.
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.
 Maria Manuela Dias Moreira.
 Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro.
 Marília Dulce Coelho Pires D. Raimundo.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio António Pinto Nunes.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alfredo José Somera Simões Barroso.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António de Almeida Santos.
 António Duarte Arnaut.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Emílio Teixeira Lopes.
 António Fernando Marques R. Reis.
 António Francisco B. Sousa Gomes.
 António José Sanches Esteves.
 António José Vieira de Freitas.
 António Magalhães da Silva.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fausto Sacramento Marques.
 Fernando Verdasca Vieira.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 João Cravinho.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Gomes Fernandes.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Leonel Sousa Fadigas.
 Luís Abílio Cacito.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Luís Manuel César Nunes de Almeida.
 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel António dos Santos.
 Manuel Francisco da Costa.

Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vítor Manuel Brás.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
 Adriano José Alves Moreira.
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alberto Henriques Coimbra.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Mendes de Carvalho.
 Armando Domingos L. Ribeiro Oliveira.
 Carlos Alberto Rosa.
 Carlos Martins Robalo.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 João António de Moraes Leitão.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José M. Pulido de Almeida.
 João Lopes Porto.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Eduardo F. de Sanches Osório.
 Luís Aníbal Azevedo Coutinho.
 Luís Carlos Calheiros V. Sampaio.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Luísa Maria Freire Vaz Raposo.
 Manuel António de Almeida Vasconcelos.
 Paulo Oliveira Ascenção.
 Rogério Ferreira Monção Leão.
 Rui António Pacheco Mendes.
 Ruy Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António Dias Lourenço da Silva.
 António José de Almeida Silva Graça.
 António José M. Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Ercília Carreira Talhadas.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João Carlos Abrantes.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel da C. Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Josefina Maria Andrade.
 Lino Carvalho de Lima.

Manuel Correia Lopes.
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Mariana Grou Lanita da Silva.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Vital Martins Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Cardoso Moniz.
 António José Borges G. de Carvalho.
 António de Sousa Lara.
 Jorge Victor Portugal da Silveira.
 Henrique Barrilero Ruas.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António César Gouveia de Oliveira.
 António Ferreira Guedes.
 António Manuel C. Ferreira Vitorino.
 António Poppe Lopes Cardoso.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Raúl Fernandes de Moraes e Castro.
 Heriberto de Castro Goulart da Silva.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

Neste momento, tomaram assento na bancada do Governo o Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Viana Baptista) e os Srs. Secretários de Estado Adjunto (Ferreira de Lemos) e da Habitação e Urbanismo (Cardoso de Andrade).

O Sr. Presidente: — Vamos prosseguir o debate da interpelação do PCP ao Governo, sobre a política geral de habitação e as medidas governamentais já tomadas ou anunciadas para o sector.

Está inscrito o Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes para responder a algumas das perguntas que lhe foram formuladas ontem.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Viana Baptista): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ficaram de ontem para responder várias questões formuladas pelo Partido Comunista Português e pelo Partido Socialista. Creio que entre todas essas questões haverá uma grande diversidade e elas podem ser, numa primeira fase, agregadas num conjunto de 5 ou 6 grandes questões.

De qualquer forma, parece-me ser de notar que há uma certa unanimidade em reconhecer que o problema só tem resolução a longo prazo e que haverá vantagem e necessidade na formação daquilo que foi chamado Plano Nacional de Habitação. Concordamos

que sim, mas de qualquer forma gostaria de dizer que haverá que aferir da exequibilidade desse Plano.

Contudo, antes de me debruçar sobre essa matéria, queria brevemente referenciar que nesta primeira fase das respostas falarei na questão da revisão do regime legal de arrendamento, no esforço do OGE para o fomento da habitação, no apoio ao sector cooperativo, na questão relativa ao Fundo de Fomento da Habitação, na questão do crédito e, finalmente, no chamado Plano Nacional de Habitação. Parece-me que é este o conjunto de temas que englobam as várias questões postas ontem. Se alguma outra não for totalmente respondida, oportunamente durante o debate poderemos entrar em mais pormenor.

No que diz respeito à revisão das leis do arrendamento, começaria por dizer, em resposta a algumas observações que forem feitas, que não há de facto hesitação ou dúvida sobre a necessidade de rever essa legislação. E devo aqui dizer que essa mesma necessidade foi também reconhecida várias vezes por outros governos. Designadamente quero lembrar que os governos de que o Partido Socialista fez parte ponderaram e também tiveram a coragem de abordar o problema, embora não tenham chegado a concretizar algo sobre o assunto.

Por outro lado, queria dizer que considero que não há qualquer contradição entre as medidas legislativas que já foram tomadas pelo Governo nesta matéria e a intenção declarada da necessidade de revisão. Refiro a este propósito o Decreto-Lei n.º 148/81, que diz respeito às rendas condicionadas, e os Decretos-Lei n.ºs 328 e 329, de Dezembro do ano transacto. O primeiro refere-se à questão da transmissibilidade dos contratos de arrendamento e o segundo limita a mudança de finalidade de casas feitas para habitação para arrendamentos comerciais.

O que nos parece essencial na discussão da actualização das rendas — e creio que na minha intervenção inicial tive ocasião de o demonstrar, ou pelo menos tentei fazê-lo — é que o sistema actual, chamado de congelamento das rendas, é socialmente injusto, porque satisfaz sujeitos que não são necessariamente os mais carenciados, ou não serão todos, porque provoca o apelo a bonificações e subsídios que vêm a refletir-se, a curto ou médio prazo, sobre os contribuintes; é desmotivador do investimento privado e da assunção do risco empresarial necessário para dinamizar todo o sector; e é economicamente incompatível. O que o Governo fez até agora nesta matéria foi tentar reduzir o segmento de mercado que está na situação de congelamento. Foi nesse sentido, portanto, que foi elaborado o Decreto-Lei n.º 328/81.

Deram-se, pois, em meu entender, alguns passos importantes, mas temos a consciência absoluta de que este caminho de fazer estancar a situação actual, ou melhor, de não a protelar indefinidamente, só a prazo muito largo é que produzirá efeitos convenientes. A questão que se põe é se o Governo deve ou não antecipar-se ao esgotamento desse segmento de mercado e ter uma acção interventora mais cedo. Isto é, se deve ou não pensar em fazer — e não estou aqui a qualificar — seja um aumento generalizado seja um processo de actualização.

Parece evidente que há um conjunto de diplomas saídos nos anos de 1975 a 1977 que vieram agravar

a situação. Refiro, concretamente, os Decretos-Leis n.ºs 420/76 e 293/77, que tornaram a situação mais grave do que ela era anteriormente.

Creio que nada existe aqui de inovador quando pensamos na necessidade de estancar a situação actual, porquanto esta mesma perspectiva é adoptada por vários países europeus. Podia citar — e creio que é do conhecimento dos Srs. Deputados mais interessados nesta matéria — o próprio exemplo da França onde o Ministro Socialista Quilliot apresentou recentemente um projecto de decreto-lei, visando precisamente a actualização das rendas e se esse projecto fosse adoptado em Portugal já representaria um passo muito avançado em relação ao sistema em que estamos hoje a viver.

Assim, sobre isto pode-se pensar numa renda técnica socialmente justa, na fixação das rendas antigas, na criação de uma comissão arbitral de recurso, apesar de todos sabermos as dificuldades que tem o funcionamento de tais comissões, e ainda na possibilidade de subsidação às famílias carentes.

Parece-me importante também referir que a renda média é excessivamente baixa, o que se traduz também na impossibilidade de o Estado colectar através da contribuição predial valores significativos. Não posso garantir os números que vou dar — aliás creio que foi o Sr. Deputado Veiga de Oliveira que ontem teve também a oportunidade de reconhecer que o sistema estatístico nacional é de facto muito carente e, portanto, temos consciência de que os dados de que dispomos não são de uma fidedignidade a toda a prova —, mas em todo o caso o valor do maior número de contratos de arrendamento urbano anda pela ordem dos 250\$ por mês e a colecta da contribuição predial anda na ordem dos 5 milhões de contos por ano.

Srs. Deputados, aquilo que vou dizer a seguir não significa uma qualquer proposta concreta, mas apenas uma reflexão numérica. Se eventualmente a média das rendas passasse para cerca de um quarto do ordenado mínimo nacional e se a matéria colectável em termos de contribuição predial acompanhasse a mesma proporção, isso significaria qualquer coisa como duplicar o valor da contribuição predial e se esse rendimento — contribuição predial — pudesse ser afectado prevalentemente, embora através das autarquias locais, ao fomento da habitação, teríamos a possibilidade de vir a dispor qualquer coisa acima dos 40 milhões de contos para o fomento da habitação. Este é um aspecto que penso, Srs. Deputados, que não deve ser esquecido. Não constitui como digo uma proposta concreta, mas apenas uma reflexão da importância que uma acção intervencional do Estado nesta matéria e por esta via poderá ter.

Por outro lado, é evidente que toda a situação existente destrói a renovação urbana e promove a desertificação dos centros da cidade, o fomento dos dormitórios, etc. — não me parece necessário elaborar mais sobre esta matéria.

No fundo, a questão que teremos de resolver é a de saber se vamos pela via de estancar um sector em que existe uma situação de transmissão praticamente ilimitada — e já foram dados significativos nesse sentido — ou se aceitamos que o Estado deve ter uma acção intervencional para acelerar esse processo. E, se deve ter essa acção, em que medida o

deve fazer, em termos de valor, e com que velocidade, na certeza, porém, de que não pode fazer tudo de uma vez. Terá de se fazer um ajustamento progressivo e haverá que contemplar necessariamente muitas situações de grande carência que não poderiam suportar uma actualização generalizada. No fundo, trata-se de moralizar o sistema e, como dissemos ontem — e vou repeti-lo —, o problema é de tal forma importante que o Governo considera ser necessário ter a solidariedade da Assembleia da República para actuar nesta matéria com uma acção intervencional antecipada. Por isso estamos, como já referi ontem, a preparar um levantamento de dados fidedignos à escala nacional que possa permitir corrigir e ter um diagnóstico mais exacto da situação para permitir que a Assembleia da República nos ajude a tomar uma opção sobre esta matéria.

Isto é aquilo que se me oferece dizer sobre esta matéria e logo que o Governo disponha dos dados suficientes desse inquérito virá apresentá-lo à Assembleia com as propostas mais concretas. Esse inquérito está a ser preparado tendo em conta a necessidade de apurar elementos como: qual seria a renda condicionada média aplicável à habitação urbana em Portugal; qual devia ser o escalonamento dos valores das rendas condicionadas médias; qual devia ser a distribuição da relação entre a renda condicionada e o rendimento familiar; qual será o montante previsível do acréscimo das receitas fiscais resultante da actualização das rendas; qual seria a distribuição das famílias que poderiam candidatar-se a um subsídio de renda; qual o valor global para esse subsídio de renda; e, finalmente, qual seria o impacte em termos macroeconómicos dessa actualização de rendas.

Permitir-me-ia, apenas, sublinhar 2 aspecos que nos parecem ser os mais importantes nesta bateria de dados que pretendemos obter: um, é o valor do subsídio de renda e o seu agregado em termos nacionais; o outro, qual seria o montante previsível do acréscimo das receitas fiscais, resultante de uma actualização, que poderia ser reciclado em termos de receitas eventualmente consignadas para fomentar a habitação social.

Não falarei mais sobre esta matéria nesta fase e passarei a referir-me à questão do Fundo do Fomento da Habitação.

Esta questão foi posta sobre vários aspectos, tendo o Governo sido acusado de estar a fazer uma política antifomento da habitação, na medida em que optou e tomou a resolução de extinguir o Fundo do Fomento da Habitação (FFH).

Gostaria de começar por dizer que o Governo o fez com toda a clareza, anunciado publicamente qual era a sua intenção. Parece-me importante dizer que o Fundo do Fomento da Habitação foi criado com estruturas inadequadas à função para que estava destinado e daí muitas das situações que estamos vivendo. O Fundo do Fomento da Habitação é um Fundo sem recursos próprios e em 1977, concretamente, o Orçamento Geral do Estado participava nas despesas de investimento do Fundo do Fomento da Habitação com 64 %. Esta percentagem veio decrescendo progressivamente, de forma que em 1981 essa mesma percentagem era apenas de 15,7 %.

Por outro lado, no que diz respeito ao crédito para o Fundo do Fomento da Habitação, verificamos

uma situação inversa. Enquanto na mesma data, em 1977, andava pela ordem dos 11,3 %, ele foi des- cendo sucessivamente até que no ano passado estava em 100 %. Além disso, o diferencial que é suportado pelo OGE tinha de se destinar a fazer face aos encargos financeiros e nunca se verificou durante os anos de funcionamento do Fundo qualquer amortização dos capitais mutuados pelo Fundo do Fomento da Habitação no plano do investimento.

Portanto, desde 1977 foram lançados numerosos programas sem uma perspectiva do financiamento a médio prazo, o que tornou o Fundo do Fomento da Habitação totalmente dependente do crédito e como não possui receitas próprias, consequentemente, não gerava meios de autofinanciamento susceptíveis de assegurar, ao menos, o serviço da dívida.

É esta situação que justifica, em nosso entender, a transferência da função financeira do Fundo do Fomento da Habitação, repito, da função financeira para uma instituição de crédito, a ser transformada a partir das instituições de crédito nacionalizadas, que possa ter capacidade de mobilização de poupanças orientadas racionalmente para o fim de apoio financeiro à habitação.

Poderia citar, e parece-me que seria importante nesta altura para elucidação dos Srs. Deputados, que a participação do OGE no investimento do Fundo do Fomento da Habitação foi a seguinte: em 1977, 63,9 %; em 1978, 56,9 %; em 1979, 60,9 %; em 1980, 54 %; em 1981, 15,7 %; e estima-se que em 1982 seja da ordem dos 24,8 %. A participação do crédito no investimento a cargo do Fundo do Fomento da Habitação variou nos mesmos anos de 1977 a 1981 em percentagens crescentes, desde 11,3 % até atingir os 100 %, estimando-se para 1982 os 112,3 % — explicarei depois por que é que sucede esta situação.

No que diz respeito ao autofinanciamento a com- participação deste no plano de investimentos do Fundo foi nula, não houve qualquer comparticipação no au- tofinanciamento, havendo apenas em 1981 uma par- ticipação de 2,6 %, estimando-se que em 1982 possa atingir os 11,3 % — devo esclarecer que me refiro a valores processados efectivamente e não a valores orçamentados.

Por que se geram dúvidas acerca do futuro do Fun- do do Fomento da Habitação, queria dizer que a fun- ção financeira do Fundo deverá ser transferida para uma instituição de crédito, como já referi, enquanto que alguma da pouca função normativa em matéria de habitação será transferida para as direcções-gerais da mesma área no Ministério, designadamente para a Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico e nesse sentido estão a ser reformuladas as leis orgânicas.

De qualquer forma, o Governo garantirá que serão honrados os compromissos que existem pendentes do Fundo do Fomento da Habitação, bem como o desenvolvimento do seu programa. As despesas do Fundo para 1982 estão orçadas em 20 milhões e 386 mil contos que se destinam a assegurar a concretização dos diversos programas em curso, bem com a continuidade de alguns outros.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Isso não é o que está na lei!

O Orador: — É sim, Sr. Deputado. Já darei os elementos necessários.

Naturalmente este valor não foi incluído na pro- posita de lei do OGE em contas de ordem, porque foi necessário verificar pormenoradamente cada um dos programas em termos da sua possibilidade de fi- nanciamento. Poderei dar uma perspectiva de qual é a distribuição da origem e aplicação de fundos para 1982, relativamente ao programa do Fundo do Fo- mento da Habitação. De qualquer forma, foi necessá- rio encontrar a cobertura financeira para esses mesmos programas, pois de outra forma seria absolu- tamente irrealista da nossa parte garantir que se assumiam as responsabilidades dos vários programas.

Assim, como origem de fundos para o Fundo do Fomento da Habitação em 1982 teremos o OGE, par- ticipando com 3 413 000 contos, e o recurso ao crédito será da ordem dos 15 418 000 contos, totalizando 20 386 000 contos.

Creio que é evidente que no que se refere ao OGE há um crescimento de 64 % em relação ao ano ante- rior, como aliás é do conhecimento desta Assembleia, embora o valor tenha sido contestado. Poderei até, um pouco mais adiante, citar quais foram os números nos outros anos.

O nível de autofinanciamento de 1982 em relação a 1981, como já foi referido, cresce de 130 % e pen- sa-se que é possível, de facto, fazer uma melhor ges- tão do crédito concedido do que nos anos anteriores. Concretamente no que diz respeito ao crédito há um crescimento efectivo e ele será assegurado por opera- ções especiais de linhas de crédito junto do sistema bancário e também por operações de tesouraria da Direcção-Geral do Tesouro.

No que diz respeito às aplicações desses mesmos fundos para 1982, julgo que é de destacar que 13,7 mi- lhões de contos de destinarião ao investimento, 1 milhão de contos é para a amortização do capital, o que — repito — se verifica praticamente pela primeira vez, 5,2 milhões de contos são para o pagamento de juros, 500 mil contos são para suportar bonificações dos juros com crédito a conceder pelo sistema bancário às diversas modalidades de acesso à habitação.

Gostaria ainda de referir que o valor 13,7 milhões de contos previsto para investimento é o dobro do que se verificou na média do triénio de 1977 a 1979 — 1977, 1978 e 1979 agregados. O investimento agre- gado nestes três anos foi de 19 180 000 contos, enquanto que o investimento agregado no triénio 1980, 1981 e 1982 é de 36 000 726 contos, ou seja, comparando os agregados destes dois triénios, verificamos um acré- scimo de 91,5 %. Poderia dar os valores decompostos por ano mas julgo que não valerá, talvez, a pena gas- tar o tempo do debate citando todos esses números — terei, no entanto, gosto em os fornecer a algum Sr. Deputado que se manifeste interessado.

Este valor de investimento, referido como apli- cações das origens de fundos para o Fundo do Fomento da Habitação, decompõe-se por programas da seguinte forma: promoção directa de habitação, 12 616; casas pré-fabricadas, 5914; obras comparticipadas, 564; em- préstimos às câmaras municipais, 5073; empréstimos às cooperativas e associações de moradores, 12 751; empréstimos a particulares para autoconstrução, 1194; contratos de desenvolvimento, 1640; Programa de Reconstrução de Imóveis Degradados (PRID), 6696.

Julgo que no que se refere à situação financeira do Fundo do Fomento da Habitação estes dados serão elucidativos. Mas parece-me que não poderíamos deixar isolado o problema do Fundo do Fomento da Habitação sem termos também uma perspectiva do esforço financeiro global para a habitação, visto que não só o Fundo do Fomento da Habitação que devemos considerar mas também outras actividades.

Foi também aqui referida ontem a relação entre a formação bruta do capital fixo (FBCF), o produto interno bruto (PIB) e o problema do crédito. Creio que deveria fornecer à Assembleia alguns dados sobre essa matéria.

Se fizermos o *ratio* entre o crédito à habitação e a formação bruta do capital fixo nos vários anos — e disponho aqui dos dados de 1976 a 1981 —, verificamos que o crédito à habitação em 1976 supôrtou, em termos médios, 25 % da FBCF no mesmo sector: em 1977 esse mesmo *ratio* representa 38 %; em 1978, 50 %; em 1979, 49,9 %; em 1980, 56,9 %; e em 1981, 86,5 %. Verifica-se, pois, que vem crescendo a percentagem de suporte do sistema de crédito à habitação na formação bruta de capital fixo nestes anos de 1976 a 1981.

Por outro lado, também parece útil referir qual é a relação entre o número de contratos de crédito e o número de licenças para habitação concedidas. É evidente que não haverá uma relação biunívoca entre cada contrato e cada licença, como é óbvio. Simplesmente, em termos médios, parece-me ser significativa a variação desses números — refiro-me aqui a contratos realizados e não a contratos pedidos. Assim, a relação entre o número de contratos e o número de licenças representou; em 1976, 30,7 %; em 1977, 42,7 %; em 1978, 64,4 %; em 1979, 70 %; em 1980, 89,4 % e em 1981, 121,6 %. É claro que esta percentagem, superior a 100, entre a relação do número de contratos e o número de licenças se explica porque há contratos para a aquisição de casas já construídas devolutas ou para aquisição pelos inquilinos aos respectivos senhorios de casas que habitam já. Constatata-se portanto, um valor crescente entre a relação do número de licenças.

Falou-se também aqui ontem sobre o valor médio dos contratos. O valor médio desses contratos, em preços correntes, variou da seguinte forma: em 1976, 337 contos; em 1977, 409,6 contos; em 1978, 495,7 contos; em 1979, 589,2 contos; em 1980, 733,4 contos e em 1981, 931,6 contos. É claro que poderão os Srs. Deputados questionar, se esses valores são a preços correntes, qual o significado que eles têm. Assim, introduzindo um deflator, que em nosso entender deve ser o do índice de preços à construção para edifícios correntes e não o índice de preços com o agregado de obras públicas também, e disponho apenas dos números dos dois últimos anos que são apesar de tudo significativos, verificamos que a preços corrigidos o valor do crédito médio por contrato em 1979 era de 521 contos, em 1980 era de 595,7 contos e em 1981 foi de 783 contos por contrato. Não obstante a introdução deste deflator, verifica-se deste modo o valor crescente do contrato médio. Não se pode, pois, dizer, entendemos nós, que seja justo afirmar que o crédito vem apoiando cada vez menos o esforço para a habitação. Poderei dar os números absolutos desta

matéria, mas julgo que não haverá grande interesse em os apontar.

Tinha referido há pouco a importância do esforço financeiro global sobre habitação. E relativamente a essa matéria gostaria de dizer que devemos considerar as despesas de funcionamento e de investimento do próprio Fundo do Fomento da Habitação, as despesas relativas à habitação das Direcções-Gerais do Planeamento Urbanístico, do Equipamento Regional e Urbano, e do Saneamento Básico, tendo consciência, evidentemente, de que algumas destas tarefas são responsabilidades autárquicas e, portanto, não aparecem neste agregado.

Devemos ainda considerar uma outra parcela que são as bonificações de juros a cargo do Estado, a cargo do Banco de Portugal e a cargo das instituições de crédito. Ora considerando estes valores verificamos que a primeira parcela, isto é, aquela que está afecta directamente ao Fundo do Fomento da Habitação representou percentagens crescentes que foram de um pouco mais de 5 milhões de contos, em 1977, até 11 milhões 796 000 contos, em 1981. Isto enquanto que as despesas relativamente ao saneamento básico, planeamento urbanístico e outros, excluindo a parte que cabe às autarquias, no que refere à habitação, variou de cerca de 4 milhões de contos em 1977 para 1 milhão 842 mil contos em 1981. Já no que concerne às bonificações, agregando aquelas que estão a cargo do Estado, a cargo do Banco de Portugal e das instituições de crédito, tiveram o seguinte andamento: em 1977, 434 000 contos; em 1978, 1 milhão 648 000 contos; em 1979, 3 milhões 398 000 contos; em 1980, 5 milhões 797 000 contos; e em 1981, 8 milhões 537 000 contos. Isto significa que em termos de bonificações agregadas do Estado, do Banco de Portugal e das instituições de crédito, enquanto em 1977 o esforço financeiro global era de 474 mil contos, foi em 1981 de 8 milhões 523 mil contos.

O total desse esforço financeiro representa, portanto, uma alteração que vai desde 9 milhões de contos, em 1977, para 22 milhões de contos, em 1981. Ao mesmo tempo temos a FBCF, com os dados estatísticos que é possível estimar, variando 21 milhões e 300 mil contos em 1977 para 54 milhões e 80 000 contos em 1981 — valores ainda provisórios, porque estamos em Janeiro —, enquanto que o FBCF total variou de 125 milhões para 280 milhões.

No mesmo período o número total da fogos concluídos e conhecidos, evidentemente varia de 33 848 para 38 000. Perguntarão os Srs. Deputados que conclusões se querem tirar daqui. A conclusão que se quer tirar é que a relação entre o esforço financeiro total associado à habitação e o número de fogos varia do índice de 289,5 contos por fogo, em 1977, para 583 contos por fogo, em 1981. Ou seja, *grosso modo*, duplica.

Por outro lado, se considerarmos como o custo real médio de um fogo não o seu custo de construção mas o agregado do seu custo de construção com as infra-estruturas a cargo do Estado para habitação e adicionando-lhe ainda as bonificações de juros já referidas, teremos que o custo real médio por fogo, agregando estas três parcelas de esforço financeiro, varia de 919 contos, em 1977, para 2006 contos, em 1981. Isto é: verificam-se crescimentos contínuos

nessa matéria. Isso significa para nós o custo real médio de um fogo em termos nacionais e não o custo aparente, que seria apenas o custo da construção.

Há, pois, aqui um esforço financeiro não explicitado directamente, quando se olha apenas para a parte do Fundo do Fomento da Habitação, em que uma parte do esforço financeiro é para todos os efeitos uma subsidiação indirecta, seja através de bonificações seja através da construção de infra-estruturas. Essa percentagem que podemos chamar, talvez impropriamente, mas só em termos de análise, de percentagem de subsidiação, ou seja, aquilo que não entra no custo directo e imediato da construção, mas é dado através de bonificações, representa um valor médio de 28,9 % em relação ao custo total. Isto é: cerca de 30 % do custo real do fogo é subsidiado através de bonificações e do custo das infra-estruturas.

Parece-me importante dar estas relações e poderei dar mais alguns dados sobre esta matéria. Designadamente, no que se refere ao crédito, já citei o valor médio do crédito do fogo, já citei também os números que permitem analisar qual é o valor do esforço financeiro que é dado a fundo perdido para suportar a habitação e isso significa que em média, e relacionando os índices já referidos, a percentagem do investimento que não corresponde directamente à poupança, porque não é englobada no custo directo da construção, significava qualquer coisa como 106 % — percentagem negativa da poupança na construção de habitação.

Ora isto quer dizer que sobre os encargos gerais nacionais pesam vários encargos, como aqueles que já referi, e que não são necessariamente explicitados.

Eu deixaria neste momento o sector cooperativo, propositadamente, de fora. Pedirei depois ao Sr. Presidente para conceder a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, que referirá mais pormenorizadamente o que se passa com o movimento cooperativo do sector da habitação, visto que é algo que consideramos muito importante.

Nesta fase, parecia-me ainda importante referir o que se passa em termos de crédito e plano de habitação, ou seja, como é que as possibilidades de crédito se inserem num plano de habitação a médio prazo.

Como sabem, todo o sistema actual tem sido baseado no mercado monetário, e creio que todos estaremos de acordo em que é necessário o apelo à poupança popular e que esse sistema e essa poupança popular e que esse sistema e essa poupança têm que crescer em paralelo com a formação bruta de capital fixo na habitação. De outra forma, só baseado no sistema de crédito, não é possível conseguir qualquer plano.

Para a passagem de um sistema totalmente baseado no critério para um sistema que apele ao mercado de capitais e à poupança popular, enunciei, brevemente, quais são as intenções do Governo, designadamente na construção de instrumentos financeiros que o possam permitir e que necessitam, obviamente, da alteração do quadro legal vigente. Se houver tempo e a Assembleia assim o entender, o Sr. Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo fará o favor de

dar algumas explicações sobre o que se pode por agora dizer.

É evidente que para analisar o problema do crédito relativamente a um plano de habitação a médio prazo, teremos de o analisar em duas ópticas: uma primeira fase na óptica meramente financeira — que significa na realidade o plano das possibilidades no que diz respeito ao apelo ao crédito e ao peso desse crédito global da economia — e uma outra fase na ordem física já no que diz respeito à distribuição regional das várias carências, e por outro lado tomar como base um levantamento actualizado sobre a distribuição dessas carências pelas várias zonas do país e tomar, portanto, opções sobre a distribuição da mesma capacidade financeira para os diversos programas. Assim, numa primeira fase, fazemos a análise da compatibilidade do sistema com as possibilidades do sistema de crédito, fazemos já uma primeira distribuição de programas que têm em conta apenas o agregado do que entendemos serem as necessidades em contraposição com as possibilidades, sem que isto signifique um sistema rígido, isto é, admitindo-se portanto a possibilidade de fazer transferências entre os programas, de acordo com as necessidades regionais.

Portanto, numa primeira fase, e se tomássemos em conta a situação actual, isto é, com o mercado financeiro e o sistema de crédito como ele existe actualmente, chegávamos à conclusão de que para um programa mínimo teríamos uma variação do peso do crédito à habitação no crédito global à economia, que hoje é de 9,5 %, para em 1988, portanto perspectivando um horizonte de 6 anos, atingir os 14 %, isto é, passar de 9,5 % (peso actual do crédito à habitação no crédito global à economia) para 14 %. É evidente que este valor é excessivamente baixo, não porque os 14 % signifiquem um valor baixo — visto que é evidente que uma absorção crescente de recursos de crédito para o crédito à habitação vai necessariamente reduzir a possibilidade de utilização de crédito noutras actividades económicas também importantes no contexto nacional — mas porque a aplicação deste critério significaria um programa que consideramos totalmente insuficiente em termos de responder às carências mais prementes, mesmo abaixo do que considerávamos o mínimo em termos de modéstia. Isto representaria apenas passar de cerca de 35 700 fogos, em 1982, para 40 500 fogos, em 1986, o que significava, portanto na média dos 5 anos, apenas conseguir a construção de 189 700, ou seja, uma média de 38 000 fogos por ano. Consideramos essa média manifestamente insuficiente e muito abaixo da meta que nos propomos e persistimos em manter de 50 000 fogos por ano.

Foi, portanto, partindo novamente da média de 50 000 fogos por ano — aliás um pouco superior à média — que se fez uma outra planificação da adequação do sistema de crédito para o plano habitacional. Entendemos, portanto — e este o nosso plano actual, abrangendo os anos de 1982 a 1988 inclusive —, que é possível, com a alteração de alguns sistemas e das actuações de algumas instituições de crédito, passar de uma percentagem de 10 % de peso do crédito à habitação no crédito global à economia de 1982, em percentagens sempre crescentes — se quiserem, posso citar todos os números — nos anos subsequentes, 12,5 %, 15 %, 18 %, 20 %, 23 % e,

finalmente, chegando a 1988, 26 %. Na realidade, isto só é possível fazendo algumas alterações importantes na actuação do sistema de crédito.

A esta perspectiva meramente financeira do sistema de crédito corresponde um plano de lançamento de novos fogos que se situaria, no agregado dos vários programas, por 47 000 fogos em 1982, 52 000 em 1983, 54 000 em 1984, 59 000 em 1985 e 65 000 em 1986, o que significava uma média de 55 400 fogos por ano, atingindo-se a meta de 65 000 fogos por ano em 1986. Este agregado seria distribuído pelos vários programas, sem haver ainda uma possibilidade de distribuição regional, de forma a que a promoção pública e os contratos de desenvolvimento representariam, nos 5 anos, 80 000 fogos, ou seja, uma média de 16 000 por ano.

O sector cooperativo variaria de 3000 fogos em 1982 para entre 4000 ou 5000 nos anos subsequentes ...

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Já chega!

O Orador: — ..., ficando ainda, necessariamente, a cargo do sector privado, com este sistema de crédito, qualquer coisa da ordem dos 22 000 fogos por ano.

Este é, Srs. Deputados, o resultado com base num primeiro agregado. É evidente que não há ainda, como disse, possibilidades de fazer uma distribuição em termos regionais. É nisso que estamos a trabalhar, e não gostaria de deixar de repetir aquilo que disse ontem: que uma das coisas que nos parece essencial não é apenas verificar se o apelo ao crédito cabe nas possibilidades do crédito global à economia, mas, sim, criar sistemas de selectividade do crédito. Também estamos a trabalhar nessa matéria, e, se for oportuno e houver algum tempo, poderemos explicitar quais são os critérios que estamos a estabelecer para criar a selectividade no crédito, beneficiando aqueles agregados familiares que na realidade não tenham outra possibilidade de resolver o seu problema habitacional, beneficiando um custo unitário mais baixo, beneficiando um custo global mais baixo beneficiando um tempo de construção menor, etc.

Acreditamos que não basta assentar em sistemas de limitação do crédito. É preciso criar selectividade no crédito, selectividade que corresponda à satisfação dos objectivos sociais contidos no Programa do Governo.

Foram feitas algumas referências a algumas actividades ligadas à parte de urbanismo. Creio que foi o Sr. Deputado Eduardo Pereira, do PS, que falou nesta problemática. É claro que é um problema vasto, mas julgo ter captado o essencial daquilo que o Sr. Deputado ontem referiu. Terá perguntado qual era, na realidade, a intenção do Governo relativamente ao Fundo de Fomento da Habitação, isto é, se era transferir os mesmos funcionários, com as mesmas funções, para outros sítios. Obviamente que não. Já referi qual é a intenção do Governo quanto à transferência da função financeira do Fundo de Fomento da Habitação.

Quanto às outras questões relacionadas com o urbanismo, julgo que o Sr. Deputado terá referido (ou induzido pelo menos) um projecto de lei — creio que o projecto de lei n.º 481/I — apresentado em

Maio de 1980 pelo PS. Suponho que é um projecto de lei quadro do ordenamento do território e da prática urbanística.

Entendemos concretamente que o sistema que o Governo pretende desenvolver, em termos de planos directores municipais de áreas de desenvolvimento urbano prioritário e de áreas de construção urbana prioritária, é compatível efectivamente com os princípios essenciais que julgamos poder retirar da intenção desse projecto de lei. Entendemos que é possível, na realidade, retirar tudo o que é útil e fazer conjugar os objectivos principais.

Creio que também referi ontem que consideramo's que o aspecto normativo tem que ser reforçado a nível central para poder haver uma efectiva descentralização. A este propósito, gostaria ainda de referir que já em Dezembro o Governo, a nível de Conselho de Ministros, aprovou uma proposta de lei — a apresentar à Assembleia da República — relativa à tutela administrativa sobre as autarquias locais. E nessa base — e também na base dos projectos que estamos a ultimar em termos de intervenção tutelar do Governo nesta matéria — o mecanismo previsto quanto a iniciativa da criação dos instrumentos relativos aos planos directores municipais, às áreas de desenvolvimento urbano prioritário e às áreas de construção urbana prioritária, pretende conceder aos municípios uma autonomia quase total na condução do processo da respectiva elaboração e da aprovação dos planos pelos órgãos autárquicos.

Pretende-se que os planos directores municipais e as áreas de desenvolvimento urbano prioritário e de construção prioritária recolham o máximo consenso possível das forças políticas locais — é esse o objectivo fundamental —, de forma a garantir uma acessão generalizada a nível local e que a sua execução se faça de forma muito mais célere e sem soluções de continuidade, como aconteceria se fosse tudo mantido a nível da Administração local.

O Governo será, naturalmente, chamado a intervir para ratificar, num prazo previamente fixado por lei — num prazo pré-fixado e rígido —, a resolução final dos órgãos autárquicos no campo dos planos directores municipais das áreas de desenvolvimento urbano minoritário no sentido de conseguir-se prosseguir os objectivos que estão agora a nível central.

De qualquer forma, decorrido que seja o prazo fixado nessa disposição legal, o plano considera-se operativo, mesmo que não tenha havido qualquer resolução da Administração central. Uma vez aprovado esse plano, os municípios ficarão inteiramente livres para actuar e prosseguir.

Poderei dar alguns esclarecimentos, se forem necessários, sobre a situação actual dos planos de urbanização. Evidentemente que há grandes dificuldades, como todos sabem, a nível de todo o país. Posso dizer que, actualmente, estão em vias de finalização planos que abrangerão qualquer coisa como cerca de 24 % dos municípios envolvidos.

Fora ainda levantadas questões, que consideramo's importantes de facto, quanto aos agregados familiares de fracos recursos. Para além das disposições legais já existentes, estamos a ultimar algumas outras disposições relativas ao financiamento para a construção de custos controlados destinados a agregados familiares de fracos recursos.

Evidentemente que tudo isso terá que ser feito também com o concurso das câmaras municipais, e parece-me que todos os partidos representados nesta Assembleia estarão de acordo em que não é possível gerir planos destinados às famílias carentes sem uma participação muito activa e muito directa das câmaras municipais. Designadamente, pretendemos conseguir meios que permitam o acesso ao financiamento da aquisição de habitação para valores inferiores aos limites estabelecidos no Decreto-Lei n.º 340/81, de 11 de Dezembro. Serão casas destinadas a arrendamento em que o valor da renda será não superior a 20 % do rendimento do agregado familiar. Este plano terá de ter e é nesse sentido que estamos a trabalhar o apoio das instituições de crédito e também terá o concurso dos contratos de desenvolvimento já conhecido. Serão empréstimos, necessariamente, a longo prazo, com reembolso da ordem dos 30 anos, com um custo de construção máximo unitário também controlado, e com uma amortização limitada em função do rendimento a que se destina a aquisição.

Parece-me que estes são os elementos fundamentais. No fundo, estamos a falar de um plano de arrendamento num sistema de renda que seja ligado ao rendimento do agregado familiar actualizado, não excedendo 20 %, com uma redução por cada membro da família.

É evidente que haverá um diferencial de rendas que terá de ser suportado pelas entidades promotoras, portanto num esforço solidário, e isto implica também uma questão importante que será o controle anual do rendimento dos agregados familiares. Será possível dar outros elementos sobre esta matéria.

Finalmente, e porque o tempo desta primeira intervenção de respostas já vai um pouco longa farei uma breve referência à chamada tensão que o Sr. Deputado Sousa Gomes e creio que também o Sr. Deputado Eduardo Pereira fizeram — não sei agora qual dos dois foi, mas creio que está subjacente à intervenção de ambos — quanto ao encontro sobre o crédito à habitação que foi realizado há poucos meses. Creio ter induzido das palavras que foram ditas que muito provavelmente o Governo não teria em conta essas conclusões.

A este respeito, esclareço que acompanhamos com o maior interesse esse encontro e não me parece que as conclusões desse encontro sejam muito divergentes daquilo que temos vindo a explicitar e que pretendemos levar a cabo. O que me parece de notar é que há uma convergência no reconhecimento de determinados problemas e da necessidade de alterar todo o sistema que actualmente é baseado apenas no crédito.

Não vou fazer um resumo desse encontro, os Srs. Deputados conhecem-no tão bem ou melhor do que eu, faço-lhes essa justiça, mas vou citar duas passagens breves de uma exposição do Dr. Silva Lopes, que julgo que não será posto em dúvida nesta matéria.

Diz o Dr. Silva Lopes em conclusão: «A enorme rapidez na expansão do valor real do saldo dos créditos a particulares para habitação é explicitada por duas ordens de factores. Em primeiro lugar, o número de novas operações tem subido com grande rapidez» — e cita números que me dispenso de citar, porque já foram citados anteriormente —, «em segundo lugar, o longo período de amortização dos créditos para a

construção leva a que, num período de aceleração da subida dos montantes totais de novas operações, os saldos acumulados desse crédito aumentem com rapidez ainda maior.»

E por outro lado, mais adiante, na conclusão final do seu trabalho, diz: «Se os défices do sector público administrativo não forem substancialmente reduzidos, embora de forma gradual, há sérios riscos de aceleração da inflação e de cortes severos do crédito bancário às empresas e particulares, que dificilmente deixarão de afectar com gravidade o crédito à habitação.»

Para que a expansão do crédito às empresas e particulares não tenha de ser excessivamente limitada será também necessário estimular a formação de depósitos a prazo, através de taxas de juro suficientemente atractivas em termos reais. Embora se deva prestar toda a atenção aos problemas de liquidez criados aos mutuários por taxas de juro nominais elevadas, deveria reconhecer-se que poderá haver mais dinamismo económico e maior equidade social, inclusive na área da habitação, com taxas de juro reais moderadamente positivas do que com taxas de juro artificialmente baixas que implicariam necessariamente menores volumes de oferta de crédito.»

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Ministro, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — É só para lhe perguntar se tem aí o relatório do Dr. José Manuel Serrão. Gostava que o lesse também.

O Orador: — Não o tenho aqui, mas poderei mandar buscá-lo ao meu Gabinete, e oportunamente também terei muito gosto em o ler. Não vinha armado com todos os relatórios que, como sabem, formam um volume muito grande.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — O outro também é interessante.

O Orador: — Muito bem. Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgo que esta primeira ordem de respostas já é relativamente longa. Não gostaria de me alongar mais no uso da palavra, até porque os Srs. Deputados quererão intervir.

Pediria, todavia, licença para gastar mais alguns minutos, se o Sr. Presidente concedesse a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo para referir concretamente qual é a situação no concerne ao sector cooperativo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, há outros oradores inscritos, contudo creio que não haverá inconveniente em que o Sr. Secretário de Estado da Habitação use da palavra agora para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

O Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Viana Baptista): — Se a Assembleia entender ser preferível iniciar agora o debate e deixar os esclarecimentos sobre o sector cooperativo para a

sessão da tarde, da nossa parte não há inconveniente. Será decidido conforme melhor entenderem.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, parece que toda a Câmara está interessada em ouvir os esclarecimentos do Sr. Secretário de Estado.

Por isso concedo a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo.

O Sr. Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo (Cardoso de Andrade): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Alguns Srs. Deputados levantaram dúvidas quanto ao apoio do Governo ao sector cooperativo. Vejamos a situação: no que respeita aos fogos em curso, excluído o programa de recuperação de imóveis degradados porque se trata de obras e não de fogos novos, temos em curso 37 752 fogos.

No programa de apoio técnico e financeiro (em préstimos às cooperativas de habitação e associações de moradores) encontram-se em curso 12 751 fogos, o que representa 33,7 % dos fogos novos em curso. Na promoção directa, por exemplo, encontram-se em curso 12 616 fogos, ou seja, 33,4 % dos fogos em curso.

Se compararmos esta situação com a de 1976, verificamos que o peso dos fogos em curso era de 28,2 % na promoção directa e no programa de apoio às cooperativas apenas de 7,6 %. De 1976 a 1978 tínhamos 33,6 % em promoção directa e para cooperativas o peso era de 8,3 %.

No que respeita aos fogos iniciados, verificamos que se iniciaram 19 835 fogos no período de 1975 a 1981. A média anual foi a seguinte: de 1974 a 1975, de 1544 fogos; no período de 1976 a 1978, de 2334 fogos; e no período de 1980-1981, de 5066 fogos. Isto significa que no período de 1980-1981 se deu início à construção de 51 % do total de fogos do programa de cooperativas de habitação, enquanto no período de 1974-1975 se iniciaram apenas 8 % e no período de 1976 a 1978, 35 %.

No que respeita ao crédito concedido, foram concedidos empréstimos às cooperativas de habitação no montante de 9,1 milhões de contos.

No ano de 1981, concederam-se 4 132 200 000\$ até Novembro, o que representa, no volume global de crédito concedido às cooperativas, 45,1 %.

No período 1980-1981, foram concedidos 73 % do volume global de crédito às cooperativas, enquanto que desde o início do programa até 1979 apenas se concederam 27 %.

Saliento ainda que desde Outubro foram aprovados reforços de financiamento para 48 empreendimentos, com o número global de 3443 fogos, e no montante de 1 500 000 000\$, aproximadamente.

A situação descrita é a prova concreta da importância crescente que o movimento cooperativo tem e do apoio real e efectivo que a Aliança Democrática lhe presta.

O Sr. Sousa Gomes (PS): — A quem?

O Orador: — No plano das infra-estruturas, onde subsistem efectivamente problemas porque existem fogos em curso e fogos em conclusão sem infra-estruturas, em resultado da desarticulação entre as várias entidades intervenientes — está incluído no plano de

investimentos de 1982 um programa para a execução de infra-estruturas para apoio a 10 097 fogos. Se considerarmos que se encontram em curso 12 000 fogos, vemos a situação no que respeita a infra-estruturas.

De forma determinada, o Governo vem apoiando a promoção habitacional de natureza social, fomentando a acessibilidade das famílias, designadamente no sector cooperativo.

Para além das acções concretas já explicitadas, o Governo vai ainda aprovar medidas legislativas, definindo as condições do financiamento à construção do sector cooperativo e do acesso dos sócios das cooperativas ao regime de propriedade individual e de propriedade colectiva.

O Governo prossegue, assim, de forma determinada, a criação de condições para uma maior acessibilidade das famílias à habitação, nomeadamente no sector cooperativo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, novamente, para pedir esclarecimentos ao Governo os Srs. Deputados Eduardo Pereira, Veiga de Oliveira, Octávio Teixeira, Gomes Fernandes, Sousa Gomes, Aquilino Ribeiro Machado e Mário Tomé.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Ministro, ouvi com bastante atenção a sua exposição, mas é completamente difícil referir-me a todas as citações que fez. Só depois da leitura do *Diário da Assembleia* isso seria possível, de tal forma citou números que é impossível qualquer referência.

No entanto, quero chamar-lhe a atenção para dois ou três pontos, independentemente de na minha própria intervenção procurar dar resposta a alguma das questões que levantou.

Chamo a sua atenção e a da Câmara para o facto de que nessa quantidade de números que lançou estabeleceu, algumas vezes, relações entre eles e tirou conclusões que eu me permito dizer que não podem tirar.

Os números impressionam sempre. Os Ministros que são engenheiros sabem lidar bastante bem com eles, mas os deputados que são engenheiros estão prevenidos contra isso, pois também sabem lidar com esses números.

Vou citar-lhe um caso a respeito exactamente do Fundo de Fomento da Habitação, que com certeza lhe agradará.

O Fundo de Fomento da Habitação é ameaçado de extinção porque não serve, porque não produz.

Em 1970 investiu 87 000 contos; em 1973, 352 000 contos; em 1974, 291 000 contos; em 1977, 6 milhões de contos. Crescimento: 6900 %! Que tal?

Mas o Fundo de Fomento da Habitação tinha um determinado número de unidades: 171 em 1970, acabou com 1011 em 1977. Eia, tanta gente! Bem, mas o investimento por unidade de trabalhador passou de 100 para 5934 contos em 1977! Que tal? É impressionante este número! Como se trabalha no Fundo de Fomento da Habitação!

O Sr. Ministro desculpe, mas citou números que não se podem aceitar. Por exemplo, o crédito tem vindo a aumentar. Mas como o crédito dos primeiros contratos é por 25 anos, desde que eu faça 10 000 con-

tratos no primeiro ano e a AD faça dois contratos no segundo ano, nesse ano o nível de crédito aumenta, mas o que diminuiu foi o peso da política de crédito no conjunto.

O Sr. Ministro preocupou-se mais com a eficácia de algumas instituições e não propriamente com a política que o Governo deve determinar a essas instituições. É por exemplo com relação ao Fundo de Fomento da Habitação, que detém a política habitacional (ou devia deter), fez considerações de produção e de finalidade que não deveria fazer, e gostaria que o comparasse com a Junta Autónoma das Estradas.

Não se pode falar do Fundo de Fomento da Habitação com o mesmo espírito com que se fala da Junta Autónoma das Estradas, a não ser para o comparar à Junta Autónoma das Estradas, autêntica Direcção-Geral ocupada num programa, e ninguém lhe vai dizer se o custo das estradas subiu ou desceu, se tem funcionários a mais ou a menos, que as estradas são necessárias. Mas o Fundo de Fomento da Habitação continua sempre comparado com outros organismos do Estado, sem considerar da sua função iminentemente social no campo da habitação, que não pode ser facilmente substituído por qualquer outro organismo.

Relativamente à reunião sobre o crédito realizada em Cascais e as suas conclusões, apenas queria chamar a atenção do Sr. Ministro para o facto de que as conclusões não foram bem as que citou.

A primeira conclusão foi a de que era necessário modificar imediatamente a política actual da habitação. Esta é que é a grande conclusão da reunião de Cascais.

A segunda conclusão — e essa é mesmo do Dr. Silva Lopes — é a de que se o produto crescesse a 4 %, a taxa de crescimento do crédito à habitação podia subir para 7 % ao ano. Essa é que é a segunda conclusão do Dr. Silva Lopes.

A terceira conclusão — também do Dr. Silva Lopes — é a de que é preciso reduzir o défice da balança de pagamentos. É preciso que o crédito da banca não cubra parte do défice do sector público administrativo e seja mais utilizado em créditos como o da habitação.

Portanto, do colóquio sobre a habitação realizado em Cascais, embora com muitos intervenientes ligados a uma política bancária com a qual nem eu nem o meu partido estamos de acordo, não foi bem essa a situação que resultou. Aliás, gostaria que o Sr. Ministro se tivesse referido às três intervenções estrangeiras — uma belga, uma francesa e uma espanhola — e atentasse na contribuição da promoção pública citada por esses bancários — não sei se eram bancários se eram banqueiros, penso que eram bancários — nos seus próprios países.

Em relação à intervenção do Sr. Secretário de Estado — e já agora é um pouco também em relação à do Sr. Ministro —, para terminar, eu diria apenas: pode ser que esses números revelem alguma coisa. Agora o que lhe garanto, Sr. Ministro, é que não se construiram casas com esses números e que o défice habitacional subiu desde 1977 para cá.

O Sr. Presidente: — Há outros Srs. Deputados inscritos. Não sei se o Sr. Ministro ou o Sr. Secretário

de Estado querem responder já ou se respondem no fim?

O Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Viana Baptista): — Sr. Presidente, preferia responder no fim, porque creio que só nos restam 25 minutos do tempo do Governo para hoje, que temos de economizar para o resto do debate.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Ministro. Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes, naturalmente que não irei abordar todos os problemas que levantou, porque, em intervenções expressamente feitas para o efeito, o meu Grupo Parlamentar focará essas questões.

Em todo o caso, queria dizer já o seguinte: o Sr. Ministro continua a não responder a algumas das perguntas concretas que lhe foram feitas. Lá terá as suas razões. Em todo o caso, registe-se, não responde.

De entre as questões que, muito rapidamente, gostaria de levantar, começarei pelo problema das rendas e dos inquilinos. O Sr. Ministro fez vários raciocínios a respeito do que poderia vir a suceder em determinadas hipóteses. Naturalmente que essas hipóteses, que não estão prefiguradas nem expostas à Câmara como proposta de lei que anunciou vir a fazer, serão consideradas por nós na altura oportuna e quando tenham uma forma concreta.

Mas o que está, já hoje, de pé é o sistema que é cego e que, no fundo, representa um aumento brutal da possível pressão do senhorio sobre o inquilino e uma permissividade quase total do despejo em casos de sucessão de contrato. Isto é instrumento cego.

Eu diria que, se é que há situações de injustiça que devem ser corrigidas — e nessa altura corrijam-se —, com instrumentos cegos não é possível nenhuma correção; vão antes agravar-se, por outras vias, essas situações de injustiças ou até criar outras novas. É esta a questão.

Quanto às outras hipóteses e àquilo que o Governo pensa vir a fazer, mas que ele próprio não sabe ainda bem o que é — ou talvez até não venha a saber nunca —, isso será por nós considerado quando for apresentado.

A segunda questão é relativa ao Fundo de Fomento da Habitação. O Sr. Ministro veio dizer-nos esta coisa espantosa: eu recusei, quando discuti a lei do OGE, considerar contas de ordem para o Fundo; fiz uma comparação que era manifestamente inaceitável: comparava só o que ia directamente do OGE para o Fundo e excluía as verbas que iam através das contas de ordem. Mas, mais: não figura na lei do OGE nem no decreto-lei orçamental nenhuma conta de ordem para o Fundo, que eu saiba, e agora, súbita e extemporaneamente, o Governo cria mais 15 milhões de contos de contas de ordem.

É uma forma muito *sui generis* de lidar com a lei do enquadramento do OGE: rasgando um pouco aqui, um bocado acolá, dobrando, embrulhando-a ou talvez fazendo dela papel de embrulho! Mas isto é um problema do Governo que nós oportunamente comentaremos.

Em todo o caso, devo dizer o seguinte: a questão essencial que lhe foi colocada foi parcialmente respondida, mas de uma maneira que eu suponho que deve ser esclarecida: o Governo continua a pensar como plano máximo, a construção em média, até 1988, de 50 000 fogos por ano, o que significaria, como ontem disse, o aumento e não a diminuição das carências.

Por outro lado, o Governo entende que o máximo que o sector público poderá fazer é qualquer coisa como numa média de 55 000 fogos que anunciou, 16 000 fogos por ano. Isto é: vai ter uma intervenção claramente diminuída, ao contrário dos exemplos de toda a OCDE que mostram que o sector público tem que ter uma intervenção claramente predominante. Se é esta a resposta, Sr. Ministro, confirme-a, porque então ficaríamos a saber que, com este Governo e com o seu plano, não iremos ter a recuperação das carências, mas, ao contrário, vê-la-emos agravadas.

Finalmente, Sr. Ministro, gostaria de lhe dizer o seguinte: não sei que contas fez o Sr. Ministro, tão pouco sei quais os instrumentos a criar — e nós também temos ideias a esse respeito — para mobilizar poupanças para um plano nacional de habitação, mas devo dizer-lhe que o Sr. Ministro tem muito pouca confiança no sector privado porque, apesar de tudo, e embora tenha mesmo dado um papel insignificante ao sector público na promoção de novas habitações, deixou ao sector privado um número médio que ele, já hoje, supera.

Gostaria, assim, de lhe perguntar, Sr. Ministro, porquê essa falta de confiança no sector privado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Talvez por deformação profissional, gosto muito de números. Mas confesso que números em catadupa, como aqui nos foram apresentados, não é, de facto, uma maneira de se conseguirem discutir as questões, pois não há possibilidade de tomarmos nota de todos os números e de os analisarmos e compararmos. No entanto, referir-me-ei a duas ou três questões que foram suscitadas pela intervenção do Sr. Ministro e do Sr. Secretário de Estado.

Em relação ao chamado encontro de Cascais, julgo que talvez valesse a pena o Sr. Ministro ler mais intervenções e ler, nomeadamente, as conclusões.

Mas sobre a questão do crédito que referiu, chamo-lhe a atenção para que na análise da necessidade de aumentar os depósitos a prazo — e nós poderemos estar de acordo com isso — falta, muito simplesmente, uma questão essencial: é que neste momento o problema do crédito não reside na carência de depósitos a prazo; reside, sim, na limitação quantitativa do crédito. Por isso a banca tem excedentes de liquidez.

Uma outra questão é relativa ao problema dos fogos iniciados nestes dois anos de Governo AD, nomeadamente pelo sector cooperativo, e que foram referidos há pouco pelo Sr. Secretário de Estado. O Sr. Ministro certamente saberá que, dos fogos iniciados em 1980 e 1981, nenhum deles foi acordado

ou negociado com as cooperativas, ou quaisquer outras entidades. Foram negociados antes, porque só depois da negociação, só depois de todo o processo burocrático é que se iniciam. Por isso eu perguntaria, em termos de sector cooperativo, quais os contratos que, em 1981, foram assinados com as cooperativas para iniciar novos fogos nos próximos anos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Aliás, a sequência do início de fogos mostram bem qual foi o crescendo de negociações nos anos anteriores a 1980.

Uma outra questão está relacionada com o problema dos custos médios da habitação referidos pelo Sr. Ministro. Embora os números de que disponho sejam um pouco superiores aos que o Sr. Ministro referiu, não é essa a questão que me interessa discutir aqui. Chamaria, muito simplesmente, a atenção do Sr. Ministro para o seguinte: é que, quando faz a deflação de 1979 para 1981, depois de deflacionados os valores, mesmo assim, os valores médios dos empréstimos para aquisição de casa própria aumentaram, em termos reais, 50 %. Ao fim e ao cabo, isto apenas vem confirmar aquela minha afirmação de ontem: é que o actual sistema de crédito, que o Governo manteve durante dois anos em regime de exclusivo, promoveu, pura e simplesmente, um constante esbanjamento de recursos, porque, inclusivamente para as pessoas poderem recorrer a alguma bonificação de crédito, tiveram que aumentar as suas entradas iniciais. Por conseguinte, junte este aumento do valor médio dos empréstimos — em termos reais da ordem dos 50 % — com o aumento das entradas iniciais que foram exigidas às pessoas que quiseram adquirir habitação e veja para onde foi este surto especulativo nos dois últimos anos de Governo.

Finalmente, chamar-lhe-ia a atenção para a questão dos números: quando refere — e já vou deixar de lado o problema da legalidade, digamos assim, do orçamento do Fundo de Fomento da Habitação, etc. ... — que em 1982 estão previstos no OGE, como ponte de financiamento, 3 413 000 contos, este valor, em termos nominais, é cerca de 20 000 contos inferior ao de 1975.

Ora, deflacione o valor de 1982 para 1975 ... Por acaso não pode dar valor negativo, Sr. Ministro, mas olhe que pouco falta! ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gómes Fernandes.

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — Sr. Ministro, vou pôr-lhe muito rapidamente, duas questões.

A primeira, sobre a área do urbanismo, é somente para ficar a entender, e para nossa orientação, se o que o Sr. Ministro disse quer dizer sinteticamente isto: que a legislação que o Governo tem em preparação comete às autarquias locais o poder de iniciativa de aprovação e aplicação dos planos e atribui somente ao Governo o poder de ratificação e de acção normativa.

Esta questão é muito importante para nós.

Segunda questão: o Sr. Ministro criou um certo suspense à volta da intervenção do Sr. Secretário de Estado relativamente ao movimento cooperativo. Ora o Sr. Secretário de Estado também alinhava números que, efectivamente, pecam, como já foi aqui referido, por um raciocínio falso à partida: é que não é possível, como o Sr. Secretário de Estado sabe pois conhece bem o Fundo do Fomento da Habitação, comparar as concretizações e as acções, em termos de números, do movimento cooperativo em 1974 e 1975, e em 1980 e 1981, por exemplo. A dinâmica do movimento é diferente, porque numa fase de arranque os números, como já foi aqui referido pelo meu camarada Eduardo Pereira relativamente a outra questão, não podem comparar-se a uma data mais tardia.

De qualquer maneira, o que não foi aqui referido foi que, para além dos reforços de financiamento de 1981 — que foram significativos mas que eram inevitáveis, e é bom que isto fique claro, porque de contrário criava-se uma situação social, ao nível da construção civil, que o Governo não teria possibilidade de controlar —, não foram dados quaisquer números relativamente ao lançamento de fogos novos. E isso era importante referir-se. Aliás, talvez fosse também importante comparar-se com os anos anteriores, até com o ano de 80 que esteve já sob o Governo AD.

Outro aspecto importante, e que foi uma pergunta aqui ontem feita, é o de que as cooperativas responderam a um desafio do Secretário de Estado do Fomento Cooperativo com vista à concretização de 30 mil fogos num prazo de 5 anos com um mecanismo de financiamento escalonado e devidamente especificado. O Sr. Ministro já se referiu à questão de uma forma muito vaga. Os números que citou não se aproximam destes e, assim, gostaríamos de saber se, quanto a este desafio a que as cooperativas responderam, o Governo agora aguenta a parada e lhe vai dar continuidade.

Este é outro aspecto muito importante.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Gomes.

O Sr. Sousa Gomes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sem entrar em questões de fundo que vão ser de seguida apresentadas pela minha bancada de intervenções, julgo que não podemos passar em claro algumas das respostas que amavelmente o Sr. Ministro nos quis dar. Porque a verdade é esta: se quanto aos factos nós não temos muitas dúvidas, ante estes dois anos de Governo AD, de uma certa incapacidade de materialização de uma política de habitação, a verdade é que também que hoje, perante os números, nós não podemos ignorar certo tipo de tratamento que não pode ser aceite. Por exemplo, o Sr. Ministro diz-nos que no triénio 1977-1979 se investiram 19 milhões, por parte do sector público e que no triénio seguinte, incluindo já, portanto, as estimativas previstas para 1982, há como que um aumento de 90 %.

Mas, Sr. Ministro, não se esqueça de deflacionar os valores em termos constantes — eu penso que assim nem 10 % de aumento se terá efectuado, o que mostra que, efectivamente, a promoção pública

no País estagnou ou praticamente não evoluiu de forma nenhuma perante as carências a que tem que dar resposta.

Também nos disse o Sr. Ministro que a formação de capital fixo financiada pelo crédito bancário era, em 1976, de 25 % e, em 1981, de 86 %.

Muito bem. Mas o que é que isto mostra? Mostra como em relação ao produto nacional a formação real de capital fixo na habitação não aumentou, antes se tem mantido estagnada em torno dos 4 %, o que significa ainda que o crédito bancário tem sido prevalementemente, nestes últimos anos, utilizado para acesso à habitação não construída, ou seja, para a transferência de activos existentes no património nacional na posse de privados para a posse de novos utentes.

É legítimo, é necessária uma política deste género, mas o que não podemos é tirar conclusões apressadas destes números.

Isto mostra que efectivamente, quando neste momento existe um custo financeiro da ordem dos 22 % da aplicação de capital, não se pode aceitar passivamente uma situação como a actual de carência de política de rendas.

Também disse o Sr. Ministro que a poupança privada não cessa de diminuir. Nós últimos números, e para cada fogo, nós teríamos que mais de um terço da poupança — entrando, portanto, com o custo das infra-estruturas, com os apoios do Estado e com as bonificações —, hoje, mais de metade dos custos de poupança aplicados numa habitação não são privados.

É verdade! Mas vamos comparar isso não apenas com valores internos mas também com externos.

É que o problema, Sr. Ministro, está em que, ao imobilizarmos numa habitação 1000 contos essa imobilização representa uma poupança, quer seja privada quer seja pública. Toda ela existe e tem que ser afecta a um dos sectores. Quando muito podemos discutir se a proporção estará correcta... Mas não nos diga que não existe poupança. O que não existe é o regime adequado a que essa concretização de formação de poupança se possa realizar ao ritmo adequado e de acordo com os agentes que a podem fazer.

Não vou continuar, pois apenas quis notar que vale a pena não nos embalarmos na discussão de alguns números sem ter em conta a realidade deflacionada, designadamente nestes tempos em que o monetarismo também imprime muitas reflexões; convém antes, ponderar algumas das conclusões que seriam possíveis de uma leitura directa das afirmações do Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aquilino Ribeiro Machado.

O Sr. Aquilino Ribeiro Machado (PS): — Sr. Ministro e Sr. Secretário de Estado: Quero somente fazer algumas pequenas observações suscitadas pelas intervenções que tive oportunidade de ouvir.

Qualquer das exposições não escamoteia o facto de, em 1978, terem sido construídos, na totalidade do país (no continente), 35 242 fogos; em 1979, 37 516; em 1980, 39 312; e não havendo ainda dados disponíveis referentes a 1981, o que significa que relativa-

mente a 1979 houve um crescimento de 6,45 % em número total de fogos e que de 1979 para 1980 houve um crescimento apenas de 4,79 %, ou seja, um decréscimo no ritmo do número de fogos acrescentados.

Se atendermos à circunstância, tomando por base os elementos fornecidos pelo INE, com as devidas reservas, de que estes fogos se repartem fundamentalmente por 78 % para os fogos não urbanos e por 22 % para os urbanos; se atendermos ainda à circunstância de os fogos não urbanos terem uma média de 1,43 fogos por edifício — o que significa edifícios de tipo manifestamente rural, ou seja, a grande quantidade da construção que se pratica no país; se verificarmos ainda que na região de Lisboa a percentagem de fogos relativamente ao total dos centros urbanos chega por uma módica quantia de cerca de 5 %, vemos que estamos perante um panorama extremamente preocupante, dado que nos locais onde as carências são mais sensíveis a construção tem retrogradado. E isto sem que se encontre uma resposta significativa em termos de acção promotora por parte do Estado, para pôr cobro a este estado de coisas.

Por isso, peço ao Sr. Ministro resposta para as seguintes perguntas: qual o número de fogos promovidos directamente pelo Fundo de Fomento da Habitação para este ano? Qual o número de novos fogos a lançar em contratos de desenvolvimento para este ano através do Fundo de Fomento da Habitação?

Um reparo ainda ao Sr. Secretário de Estado quanto a sua avaliação do apoio por parte do sector público às cooperativas: grande parte dos programas foram lançados por volta do ano de 1976 e os projectos e os pedidos foram sendo apresentados nos anos subsequentes. Não têm pois, qualquer validade ou relevância comparações de situações inexistentes com aquelas que neste momento se apresentam, em virtude de os regimes não estarem ainda criados.

Mas, em todo o caso, também uma pergunta: qual o número de fogos que este ano vão ser apoiados através do Fundo de Fomento da Habitação em regime cooperativo e qual o número de novos fogos que, através das acções SAAL, que são também cooperativas, se pensa levar a efecto?

E por que tudo isto se insere num esquema que tem, com certeza, algo a ver com o conhecimento da realidade, sem o que se está a actuar às cegas, eu pergunto ao Sr. Ministro: nas considerações que fez no tocante à extensão do crédito e outras possibilidades interventoras do Estado, entrou em linha de conta com o conhecimento de quais as taxas de substituição necessárias para os edifícios em estado de obsolescência? Qual a taxa de crescimento por aumento natural da população? Qual a mobilidade interna prevista para acréscimo de fogos nos centros urbanos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Ministro e Sr. Secretário de Estado: Queria colocar-lhe muito rapidamente algumas questões.

Assim, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário de Estado, relativamente ao Fundo de Fomento da Habitação — e nós já vimos que quanto ao seu financiamento está previsto o aparecimento de um organismo

com esse fim — e ao apoio técnico que era específico do Fundo, o que é que se pensa fazer em relação à produção de habitação social.

Depois, em relação ao Vale da Amoreira, queria perguntar qual é a perspectiva que existe para os ocupantes, qual o objectivo que presidiu à desocupação selvagem de grande parte deles e, finalmente, como é que se justifica que aquelas habitações estivessem praticamente prontas e se mantivessem desocupadas há cerca de 2 anos.

Por outro lado, cerca de 15 cooperativas de habitação económica no Algarve, estando dispostas a construir 2605 fogos queixam-se de terem os seus projectos bloqueados por falta de financiamento.

Vou dar alguns exemplos: a de S. Gonçalo de Lagos — 600 fogos; a Instaladora de Portimão, Núcleo Independente — 204 fogos; a Instaladora de Portimão, Núcleo da Figueira — 135 fogos; a Instaladora de Portimão, Núcleo de Pontal — 320 fogos; a Lagoense, Núcleo de Parchal — 200 fogos; a Noso Tecto, Albufeira — 200 fogos; a Nova Terra, Loulé — 300 fogos; a Cooabitual, Faro — 132 fogos; a Associação de Moradores «Bons Camaradas», Faro — 136 fogos.

Todos estes e mais alguns exemplos menos relevantes em número dão um total de 2605 fogos que se encontram bloqueados à espera de financiamento. Gostaria de saber o que se pensa fazer em relação a isto e qual a causa de tal situação.

Em relação ao problema das rendas de casa e do seu descongelamento, o Sr. Ministro disse que a renda média é excessivamente baixa. Ainda bem que as estatísticas têm uma consciência de justiça social que falta ao Governo... Efectivamente, o facto de considerar que as rendas são baixas na média não exclui a possibilidade de a grande maioria dos casais e das pessoas que precisam de casa estarem impedidas de a arranjar, mesmo que a renda média seja de duzentos e tal ou quinhentos escudos.

De facto, não são as estatísticas que dão a habitação; elas têm, sim, é «esse carácter de justiça social» que eu já referi e que falta ao Executivo.

Queria ainda pôr a questão do descongelamento das rendas, pois o Sr. Ministro, no seu discurso de ontem e segundo me parece, apresenta uma contradição entre a limitação da renda — o seu congelamento — e a necessidade da distribuição da carga tributária. Parece-me que a perspectiva a que isto leva, e que, aliás, ressalta de toda a noção que o Sr. Ministro aqui deixou sobre as questões da habitação, é a de que aqueles que têm a renda baixa, congelada deveriam ser, desenvolvendo esse raciocínio, obrigados a pagar imposto. Quero perguntar-lhe se esta minha dedução não tem a sua lógica, dentro da lógica que o Sr. Ministro apresentou.

Efectivamente o descongelamento das rendas que se pretende, no sentido de ser uma garantia de habitação saneando todo o mesmo problema, está directamente ligado ao sentido geral da AD o problema da habitação, isto é, para a AD a habitação não é uma necessidade social — o que, é contrário ao que a própria Constituição consagra. E diz-se que é ao Estado que compete garantir-lá!... Mas só passa a ser necessidade social, no entender do Governo, quando contempla os níveis economicamente baixos. Até ai

é um problema individual. Mas isto é uma perspectiva que não cabe numa sociedade de hoje... é quase uma perspectiva da Idade da Pedra, pois a própria estruturação e organização da sociedade capitalista leva a que a habitação seja um serviço social, que deve ser preservado e garantido pelos poderes constituídos para organizar e dirigir a sociedade.

E daqui evolui-se para um conceito que já nem a Câmara Corporativa fascista admitia. Há um parecer da Câmara Corporativa relativo ao sector privado que diz que «o ponto chave está no peso do sector privado a trabalhar na modalidade de renda livre. A iniciativa em empresas lucrativas move-se, na aplicação de capitais, em busca de taxas altamente remuneradoras; que isso não é concordante com programas sociais de habitação...» E conclui o parecer: «Tudo isto quer dizer que se impõe uma reorientação profunda no sentido de a construção passar a ser essencialmente constituída por programas de intenção social.»

É óbvio que o fascismo não resolveu, nem poderia resolver, o problema da habitação, mas não teve a desfaçatez de negar o evidente, isto é, que a habitação tem um carácter iminentemente social e que não pode ser deixada nem à iniciativa privada na construção e no planeamento, nem, como o Sr. Ministro lhe chama, ao esforço meritório, que depois se propõe compensar, em termos paternalistas e moralistas, daqueles que tudo fazem para ter uma habitação.

Não sei se isso será uma forma de fomentar a construção clandestina, mas suponho que sim.

Para preservar fundamentalmente — e é aí que reside a política e a filosofia do Governo — a iniciativa privada no campo da habitação, com todo o negócio que isto envolve e os lucros chorudos que daí advêm para os construtores e especuladores privados, vão-se procurar as contradições onde elas efectivamente não existem. O Sr. Ministro diz que há contradição entre os que podem e não querem e os que não podem e querem. Então, uns serão premiados e os outros penalizados, pelo menos pela passividade do Governo em promover a habitação social.

O Sr. Ministro diz que faltam recursos para garantir a habitação. Mas não faltam recursos: o que sucede é que os recursos financeiros são desbaratados pelos empresários privados. Se houvesse um planeamento estadual no sentido da habitação social e se não se pagassem as indemnizações aos grandes capitalistas e latifundiários, havia recursos financeiros.

E todos sabem até que ponto a construção de habitação tem uma grande importância na dinâmica da economia, tanto a jusante como a montante.

A lei que foi posta em prática há pouco tempo — e isto para terminar — deveria, e até o próprio Governo concorda, privilegiar a estabilidade e garantir o direito à habitação, de modo que as pessoas não se sintam angustiadas, como se sobre elas pese uma espada, uma ameaça de desocupação.

Quanto à perspectiva familiar da habitação, isto é, ao facto de a transmissão do fogo apenas poder ser garantida aos familiares em linha directa e muito próxima, ela é, efectivamente, um factor de instabilidade, pois sabemos que há pessoas que vivem sob o mesmo tecto obrigadas pela falta de habitação compatível com as suas possibilidades económicas, pois se

há falta de habitação há também falta de dinheiro para a habitação que existe — e esta é outra contradição.

Esta lei vai, portanto, introduzir uma nova época de despejos, com toda a injustiça e arbitrariedade que isso significa.

No fundo, para garantir a possibilidade dos grandes negócios da iniciativa privada, cresce e aprofunda-se a contradição entre a oferta e a procura. Foi o que se passou nos talis sessenta anos e o que o Sr. Ministro dizia que queria acabar.

Há uma contradição entre o congelamento da renda e o rendimento que querem tirar da aplicação do capital aqueles que o aplicaram — é uma contradição efectiva, é óbvio —, logo, diminui a oferta ou então esta só existe para rendas especulativas, de luxo.

Há depois a contradição entre o descongelamento e a capacidade económica dos cidadãos, portanto, a procura diminui.

São as contradições fundamentais da sociedade que os senhores querem preservar e que leva a todas as arbitrariedades e situações de miséria e de injustiça social. É a contradição entre a oferta e a procura que os senhores, desta maneira, nunca conseguirão resolver.

Aliás, ainda há um outro factor: o aumento das rendas provocado pelos custos de produção da habitação, que está nas mãos da iniciativa privada, leva a que o contribuinte seja afectado de duas maneiras. Primeiro, quando há uma alta dos custos de produção da habitação, essa alta reflecte-se no abaixamento do nível de vida, pois repercute-se noutros produtos. Há, então, uma baixa do salário real, uma diminuição do poder de compra. Este poder de compra, já afectado pela alta dos custos de produção generalizada, vai ser de novo afectado pelo aumento das rendas que têm que estar de acordo com as necessidades de corresponder a esse aumento dos factores de produção e, mais, do lucro que tem de ser auferido pelos produtores privados da construção e que o Sr. Ministro está disposto a proteger da forma mais descabelada, ou seja, dando-lhe todas as possibilidades para poderem exercer a sua actividade lucrativa e especulativa à custa da necessidade de habitação das pessoas.

E hoje a habitação não está só vedada às pessoas mais careciadas; há quem tenha o seu pecúlio, quem tenha possibilidade de pagar renda ou adquirir casa e não a possa arranjar. Isto enquanto há casas vazias!...

Enfim, é a anarquia total, correspondente à anarquia da produção em que estamos metidos.

Eram estas as questões que queria pôr.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, estamos a um minuto da hora prevista para a suspensão da sessão, pelo que a suspenderei já.

Antes lembro que retomaremos os trabalhos às 15 horas, com as respostas dos Membros do Governo às questões que lhe foram postas.

Chamo ainda a atenção da Câmara para o facto de, nesta fase do debate e deixando de parte o encerramento que está previsto para amanhã, os tempos disponíveis dos grupos parlamentares e do Governo somarem, nesta altura, cerca de 6 horas — mais precisamente 5 horas e 54 minutos. Isto reforça a neces-

sidade de os trabalhos recomeçarem, exactamente, às 15 horas.

Está suspensa a sessão.

Eram 13 horas.

No recomeço da sessão, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Tito de Moraes.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Algum dos Srs. Membros do Governo deseja responder aos pedidos de esclarecimento que foram feitos antes da interrupção para almoço?

O Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Viana Baptista): — Sr. Presidente, antes de responder, peço-lhe o favor de me informar de quanto tempo dispõe ainda o Governo.

O Sr. Presidente: — O Governo dispõe de 24 minutos, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Viana Baptista): — Sendo assim, Sr. Presidente, preferia reservar-me mais para o fim da sessão, de forma a poder responder à globalidade das questões postas não usando, agora, da palavra.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Ministro. Tem então a palavra o Sr. Deputado Teixeira Lopes.

O Sr. Teixeira Lopes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Esta intervenção visa demonstrar a faléscia da gestão autárquica e governamental no campo da habitação, processada inexoravelmente pela AD na área metropolitana do Porto. Tarefa fácil, aliás, porquanto a AD não possui, de facto, uma política sectorial e regional de habitação.

Com efeito, o descrédito, total, das câmaras AD no Grande Porto, para o qual tem contribuído decisivamente a infelicidade no domínio da habitação, é tão evidente que não há hoje um só município, ressalvando os míopes políticos e os que usam antolhos reaccionários, que não reconheça que a mudança prometida pela AD — uma habitação condigna para cada português, repetida, vezes sem conta —, não passa de falaciosa e vã promessa.

Tal é a vergonha, que o CDS, parceiro da AD, cínica e oportunisticamente — perspectivando a perda de um bom número de câmaras da responsabilidade da actual coligação maioritária, quando das próximas eleições — vem a público denunciar que a gestão da Câmara do Porto (com presidente do PSD) é «catástrofica, pela inépcia total em face dos problemas com que a cidade é flagelada» (sic).

Espero que, depois destas «sentidas» declarações do CDS, pronunciadas pelo seu deputado Anacoreta Correia, a AD assuma a consequente atitude que leva à queda antecipada da Câmara Municipal do Porto.

O espaço de tempo de que disponho leva-me, desde já, passando por cima de considerações genéricas de política autárquica — ou do cidadão perante a sua

autarquia — a referenciar, apenas e sumariamente, algumas das muitas questões que põem a nu a incapacidade dos autarcas e do governo da AD no desenvolvimento da problemática habitacional do Grande Porto.

Quanto à Habitação Social, constata-se o agravamento consecutivo das condições de habitação do povo português, bem ao contrário do que o governo AD vem, com desfaçatez, a propalar continuadamente.

Como exemplo cito o que foi a gestão socialista da Câmara Municipal do Porto (1977 a 1979) e o que é a actual gestão AD (1980-1981) quanto à habitação social.

Os autarcas socialistas no referido período entregaram, construíram e tinham em construção 3315 fogos e deixaram 3463 fogos prontos a concursar; por sua vez os autarcas da AD limitaram-se a concluir e a entregar 292 fogos, duvidando-se que consigam concluir a entrega, até final de 1982, de mais 328 fogos.

Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados da Maioria: Concordam que o apoio por parte da AD à habitação social está bem patente na triste realidade portuense?

As cooperativas de habitação económica e associações de moradores, que representam 2973 fogos (só no Porto), componentes relevantes de solução para um grande número de carentes de habitação, não têm merecido, minimamente, o apoio da AD e do seu governo.

De facto, as cooperativas e as associações de moradores da área metropolitana do Porto, sob jurisdição da AD, estão hoje bloqueadas pelos mais variados pretextos; assim, por exemplo, a CHELOURO guarda há meses que seja desbloqueado o seu estudo prévio, as de Santo Ildefonso, HAZAL e CETA esperam, igualmente há meses, que os seus processos de infra-estruturas sejam resolvidos, a Associação de Moradores Serralves com projecto aprovado desde 1979 aguarda que a Câmara do Porto ceda definitivamente o terreno que lhe prometeu, etc., etc. ...

Enfim, pode-se afirmar, sem qualquer exagero, que não há uma única cooperativa ou associação de moradores no Grande Porto que não tenha os seus processos dependentes de decisões camarárias.

E como não há habitação condigna sem infra-estruturas, vejamos agora o comportamento irresponsável da gestão AD quando intervém nessa área crucial.

O Plano Regional de Abastecimento de Água ao Grande Porto está profundamente comprometido, bastando para tal que a barragem de Crestuma/Lever esteja operacional, atendendo a que a captação de Zebreira no rio Douro, a jusante desta barragem, poderá vir a ser afectada em termos de diminuição dos caudais subterrâneos, o que fará com que as torneiras das habitações do Grande Porto, no ano de 1984, possam não deitar pinga de água.

Situação de eventual calamidade pública, para a qual os autarcas da AD não apresentaram ainda qualquer alternativa.

É de espantar, mas é um facto!

E sobre o saneamento?

Para além da falta de tratamento dos efluentes que vão poluindo — onde estão os conscientes e atentos monárquicos do PPM? — inexoravelmente os rios e as praias da área metropolitana do Porto, para além ainda das insuficientes redes de saneamen-

to do Porto, Gaia, Matosinhos, Valongo, Gondomar e Maia, verifica-se a indispensabilidade de novos colectores, atendendo à expansão do parque habitacional, para evitar que se agrave a situação de insalubridade já existente e que ameaça a saúde pública.

O que fez a AD? Nada, pois deixou adormecer na gaveta do esquecimento, que tão bem conhece, os planos directores de saneamento existentes.

Quererá a AD, câmaras e Governo, agravar a situação de degradação habitacional, ao ignorar a epidemia de peste e cólera que assolou o Grande Porto no fim do século passado e os recentes surtos de cólera de 1971 e 1974?

O tempo que me resta não permite pronunciar-me, como desejaria, sobre a recolha, tratamento e reciclagem dos lixos, dos aquedutos de águas pluviais, arroamentos, iluminação pública e transportes, factores indissociáveis da qualidade de habitação.

Srs. Membros do Governo e Deputados da Maioria, a situação é a mesma, isto é: a inoperância, a incompetência, a falta de dedicação agravam quotidianamente as condições de habitabilidade.

O Governo e as câmaras AD do Grande Porto desconhecem os novos princípios de urbanismo para o equipamento social que prevêem no seu estudo de localização e de programação o conceito de equipamento integrado.

Daí, os autarcas da AD não entenderem os objectivos educacionais (abrir a escola ao mundo exterior), de animação urbana (que visam a atracção e a irradiação de cada equipamento) e económicos (destinados a conseguir plena utilização com economia do custo de construção).

A prova mais gritante que demonstra, no mínimo, o desconhecimento destes princípios é a inexistência de qualquer plano director de localização de equipamento em função de habitação.

Estou a lembrar-me, por exemplo, da localização, licenciada pela câmara AD do Porto, do complexo SHERATON/ITT, que agride globalmente uma cidade em benefício da mais completa e desenfreada especulação imobiliária; especulação esta que encontra na política de solos praticada pela AD no Grande Porto campo para as mais diversas e estranhas negociações.

Política de solos e especulação imobiliária que permite, até, que a câmara AD do Porto, proponha a venda em regime de propriedade horizontal de habitações sociais, com fins confessadamente lucrativos; atitude que impede, obviamente, que a população economicamente desprotegida tenha acesso a uma casa condigna.

Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados da Maioria: Será que para a AD é conveniente ignorar o conceito de equipamento integrado?

Será que, para a AD, é conveniente ignorar uma política de solos com objectivos sociais?

Finalmente e sobre as zonas verdes, quer na sua estrutura principal (parque da cidade, desporto ao ar livre, matas urbanas, parque de campismo e parque suburbano), quer na estrutura secundária (parques infantis e juvenis, zonas para idosos e adultos e zonas de convívio e encontro), não mereceram por parte das autarquias da AD do Grande Porto e do Governo qualquer atenção e estímulo.

Não sabe a AD que não há habitação condigna sem zonas verdes compatíveis?

A AD e o seu Governo reconhecem que não têm uma política sectorial, regional e nacional de Habitação? Que não têm, no caso vertente, uma política global de habitação para a área metropolitana do Porto?

Esta minha breve intervenção, envolvendo o Grande Porto, serve como paradigma para avaliar e exemplificar os resultados da política da AD no domínio da Habitação.

Com efeito, na Área Metropolitana do Porto vivem e trabalham à volta de 10 % dos portugueses, registando-se os mais dramáticos problemas de habitação, desde os velhos bairros degradados, simbolizados pela Sé, à proliferação da habitação clandestina, às ilhas, e às rendas incomportáveis para os que iniciam a vida.

Perante este quadro dramático e do seu contínuo agravamento, resta acrescentar que a AD tem prometido e não tem cumprido.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pinto Nunes para pedir esclarecimentos.

O Sr. Pinto Nunes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejava fazer algumas perguntas ao orador do Partido Socialista, que acabou de falar acerca deste problema da habitação.

Mas antes disso desejo manifestar aqui a minha agradável surpresa — quero frisá-lo bem — quanto aos números revelados pelo Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes, já que efectivamente, não estando em causa, da minha parte, qualquer dúvida sobre a capacidade de realização dos Governo da AD, a orquestração sistemática sobre a não realização «disto e daquilo» tem sido de tal ordem que qualquer capacidade efectiva, demonstrada, de realização aparece submersa por este tipo de campanha.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado do PS, começo por dizer que penso não devemos considerar, a nível desta Assembleia casos pontuais que de modo nenhum são os únicos, infelizmente, no contexto nacional, facto que ninguém tem o direito de ignorar. O Partido Socialista sabe muito bem que também ele não teria possibilidade de os resolver em período inferior, na minha opinião, a uma geração.

Neste contexto faço, ao Sr. Deputado, as seguintes perguntas: entende V. Ex.^a que há alguma razão para privilegiar o Porto, ou o Grande Porto, relativamente a qualquer outra região do país? Entende V. Ex.^a que o Porto tem sido discriminado, em sentido negativo, no que respeita ao tratamento do problema da habitação, em relação ao resto do país?

Gostaria de ver estas questões respondidas, sobretudo num contexto numérico, se possível, que foi o transmitido pelo Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes, esta manhã.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Teixeira Lopes.

O Sr. Teixeira Lopes (PSD): — Sr. Presidente, eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado do PSD que uma análise deste tipo admite, perfeitamente, uma partida do particular para o geral e não o inverso, o que de facto está no espírito de análise do pensamento científico.

Por outro lado, ao falar da área do Grande Porto — e da política catastrófica seguida, aliás, avaliada pelo CDS —, pretendo fazer uma amostragem, visto ser a população do Porto de 1 milhão de habitantes, isto é, 10 % da população nacional, no sentido de significar concretamente, sem dúvida nenhuma, o triste panorama de habitação no nosso país.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para um protesto, o Sr. Deputado Pinto Nunes.

O Sr. Pinto Nunes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Agradeço ao Sr. Deputado do Partido Socialista o ter-se dignado responder-me, já que só a atenção conta, uma vez que qualquer tipo de elucidação não existiu — e o Sr. Deputado sabe-o bem.

Não queria deixar de ser delicado, em correspondência com a delicadeza que recebi do Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, é para fazer duas perguntas ao Sr. Deputado Pinto Nunes.

O Sr. Deputado referiu, com agrado, a demonstração da capacidade de execução do Governo — quer deste quer dos restantes governos da AD. Pergunto, pois, o seguinte: em primeiro lugar, perante a capacidade de resolução do Governo e as duas hipóteses por este ensaiadas de acordo com as palavras proferidas esta manhã pelo Sr. Ministro, que capacidade de resolução é esta que nos aponta, em termos de futuro próximo, o cenário de, em 1982 — primeira hipótese —, haver a construção de 35 700 fogos? Sabe o Sr. Deputado Pinto Nunes que estes 35 700 fogos, projectados pelo Governo, para 1982, são um número inferior aos 36 430 fogos construídos em 1976?

Que capacidade de resolução do problema da habitação é o demonstrado por este Governo quando prevê, para o futuro, números inferiores aos que se verificaram em anos anteriores?

Na segunda hipótese, prevê o Governo construir 47 000 fogos em 1982, representando cerca de 10 % do crédito e em 1986, 65 000 fogos, representando 26 % do crédito.

O Sr. Deputado Pinto Nunes é capaz de fazer as contas e ver o que significa esta evolução do número de fogos construídos e do crédito sujeito à habitação, em termos de manutenção, ou mais, de agravamento do actual surto inflacionista, especulativo, no sector da construção?

Estas são duas questões que gostaria de deixar aqui registadas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pinto Nunes.

O Sr. Teixeira Nunes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Octávio Teixeira: Foi amplamente dito pelo Governo — e julgo que por qualquer Governo que se tenha seriamente ocupado deste assunto desde 1976 — que o problema da habitação em Portugal não era, de forma nenhuma, resolúvel a curto ou a médio prazo.

Falei há momentos — e o Sr. Deputado ignorou-o — na necessidade de considerarmos, pelo menos, o período de uma geração para corrigir uma situação que começa por distorções que o Sr. Deputado bem conhece, pois contribuiu para elas, através do seu partido, pelo menos no aspecto já aqui referido pelo Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes de que há 7 ou 8 anos o mercado da habitação era, em 56 %, destinado a arrendamento, ao passo que neste momento está reduzido a 3 %.

Isto é uma distorção do mercado da habitação, das soluções possíveis, que antes de uma geração não pode ser resolvida.

Foi dentro deste contexto que o Sr. Ministro disse, aqui, haver duas hipóteses de resolução do problema, equacionando-as em termos globais, do ponto de vista da economia da Nação e das próprias finanças do país — aspectos que o Sr. Deputado, como economista, não pode ignorar, sob pena de passar um atestado de incompetência a todos os seus colegas.

Quanto à capacidade de realização demonstrada, basta apreciar, em valor absoluto ou em termos comparativos, os números de fogos aqui apresentados pelo Sr. Ministro, quer a propósito da evolução do trabalho do Fundo de Fomento da Habitação quer em termos de concretização de utilização de fundos (utilização real e não apenas de lançamento, como foi feito em anos anteriores).

Seja em 1980, seja em 1981, em termos de efectiva mobilização de fundos, tais números são um facto e foi a esse facto que eu me quis referir e que os senhores não conseguem apagar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pinto Nunes: Não tenho dúvidas acerca da capacidade técnica dos meus colegas, em termos profissionais.

Penso ter dúvidas é sobre a utilização dessa capacidade técnica em termos políticos, isto é, em termos de camuflarem ou não a verdade, e realidade.

Os números podem ser jogados, interpretados ou camuflados.

A situação real é a de, face a uma das hipóteses apresentadas pelo seu Governo, se irem construir, em 1982, menos fogos do que os construídos em 1976. Isto é uma realidade incontestável.

Por outro lado, como esta manhã tive oportunidade de referir, o esforço do sector público, previsto para 1982 é, em termos reais e relativamente ao OGE, cerca de 0 %, se comparado com o esforço do OGE em 1975.

Outra questão prende-se com a resolução do problema da habitação pelo sistema de arrendamento pelo sector privado. Tal como tive oportunidade de

referir, na minha intervenção, de modo algum esse poderá ser o caminho para a resolução do problema da habitação.

Em Portugal ou em qualquer outro país a experiência demonstra isso mesmo, porque o sector privado só constrói para arrendamento se isso lhe der lucro. Está dentro da sua lógica de actividade.

O problema da habitação não pode ser um problema de negócio: tem de ser encarado sobre a perspectiva da resolução de uma questão social.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Em relação a números de fogos para arrendamento, do sector privado, posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que em 1975 — o tal ano de que os senhores falam, arrepiando-se —, dos fogos construídos pelo sector privado destinados à venda, 45 % destinavam-se ao arrendamento.

Em 1979, já com o ano de 1975 muito longe, apenas 7 % desse número de fogos se destinaram ao arrendamento e, como tive oportunidade de dizer ontem, em 1980, em Lisboa, efectuaram-se somente 300 contratos de arrendamento.

É assim que os senhores querem resolver o problema da habitação em Portugal? É impossível!

Os senhores podem querê-lo mas querem-no, como já ontem referi, sob a perspectiva de encarar o problema da habitação como o de um grande negócio, de um «negócio chorudo» em que os largos milhões de contos de bonificações de crédito e de bonificações do Estado — referidos hoje de manhã pelo Sr. Ministro — não vão para os beneficiários da habitação mas antes para os especuladores imobiliários, para os que constroem e simultaneamente especulam, fundamentalmente, com os terrenos.

Era esta a situação que os senhores queriam manter no próximo futuro se, por acaso continuassem no Governo, mas, felizmente para o povo português, não terão oportunidade de implementar nenhum dos hipotéticos planos que têm em mente.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para um protesto, o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Sr. Presidente, muito brevemente, quero dizer duas coisas.

Penso que o Sr. Deputado Octávio Teixeira tem razão sobre determinados aspectos. Quando o Sr. Deputado fala de alteração do mercado, no que diz respeito a fogos para arrendar, quando refere que no ano passado houve 300 fogos para arrendamento, em Lisboa, eu acredito no número, embora não tenha, neste momento, dados de verificação possível. Isso corresponde a toda uma orientação que vem de há anos, corresponde a toda uma situação de facto que o Sr. Deputado não refere!

É evidente que desde que se entrou numa política económica de desvalorização, com fixação simultânea de rendas e com um aumento enorme da contribuição predial, se afastou o mercado do investimento de capital em prédios.

Toda a gente sabe que, há 20 ou 30 anos, o sonho das pequenas economias privadas era o investimento num prédio, o que hoje em dia não é feito por nin-

guém. Hoje não há ninguém que tenha pequenas economias, de trabalho ou seja do que for, que se lembre de investir em prédios de rendimento. Trata-se de um investimento que acabou.

Enquanto não for possível relançar tal tipo de investimento — e com certeza que a alteração do mercado nesse sentido demorará anos — não será possível ao mercado de fogos para arrendamento ser, de longe ou de perto, uma contribuição sensível para a resolução do problema da habitação.

Neste ponto estou de acordo com o Sr. Deputado. Penso, todavia, que não pode ser, como disse o Governo, só o investimento público ou o investimento cooperativo a resolver o problema da habitação. Tem que ser também o investimento particular.

Quanto ao problema dos solos, o Sr. Deputado Octávio Teixeira talvez não tenha completamente razão. Eu próprio, pessoalmente, já aqui na Assembleia falei, há mais de um ano, na necessária municipalização, organizada e sistemática, de todos os terrenos urbanos de construção.

Esta é uma ideia que existe e que poderá vir a ser realizada quando os municípios estiverem armados das infra-estruturas necessárias para poderem dar resposta à urbanização, problema que tem sido suscitado neste debate e que não tem tido, no meu parecer, a resposta cabal que tem de ter.

Não se pode entregar hoje completamente aos municípios a política de urbanização, não se pode fazer a descentralização da urbanização, enquanto eles não dispuserem de meios técnicos e humanos necessários para procederem a essa política de urbanização. Isto é uma espécie de círculo vicioso, já que para os municípios disporrem desses meios técnicos e humanos é imperioso que algumas dessas urbanizações estejam feitas.

Nós não podemos deslocar arquitectos, engenheiros, etc., para as diversas municipalidades se eles não tiverem onde viver, se não tiverem condições de recepção. É preciso dotar os municípios dos equipamentos necessários para poderem proceder aos planos de urbanização. Essa é uma das grandes funções municipais e há-de ser um dos meios possíveis para resolver o problema da habitação em Portugal.

Mas não quero alargar-me mais por agora, já que farei uma intervenção de fundo acerca desta matéria.

O Sr. Presidente: — Chamo a atenção dos Srs. Deputados de que não tendo sido previstas, no acordo feito entre os Grupos Parlamentares, intervenções para protestos, esclarecimentos, etc., os Srs. Deputados que pedem a palavra para esse efeito vão prejudicar a ordem de inscrições dos oradores. Peço, portanto, que sejam breves.

Tem a palavra, Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que, de facto, há esse prejuízo, mas tais intervenções são descontadas no tempo de cada partido.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, é evidente que são descontadas. Chamei no entanto, a vossa atenção para que não se prolongue o diálogo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pinto Nunes.

O Sr. Pinto Nunes (PSD): — Sr. Presidente, vou ser muito breve, tanto mais que o Sr. Deputado Sousa Tavares deu todas as respostas que eu poderia dar ao Sr. Deputado Octávio Teixeira.

Gostaria, no entanto, de frisar uma questão — para que não seja esquecida —, qual seja a de o Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes nas suas intervenções nunca ter remetido a resolução do problema da habitação para o sector privado. Por amor de Deus, Sr. Deputado! É tempo de não se insistir no que não foi dito.

O que concretamente se afirmou foi que nem o sector cooperativo, nem o Estado têm, de forma alguma, na resolução do problema de toda esta componente social os meios, ou a esperança de os ter, para o resolver em tempo humanamente válido, embora esse aspecto não fosse alienado pelo Governo. Insistir-se em que não é assim não é, pelo menos, justo.

Relativamente aos dados que citou, quanto ao número de arrendamentos efectuados em 1975 e em 1980, o Sr. Deputado, como economista, tem obrigação de saber que há uma coisa que se chama «viscosidade nas decisões». Assim sendo, não é de forma nenhuma surpreendente que o número de arrendamento efectuados em 1975 tenha sido da ordem que referiu em comparação com o ano de 1980 — o que, aliás, é consequência de situações que o Sr. Deputado conhece melhor do que ninguém, já que, volto a repetir, contribuiu para elas —, em que o número de arrendamento de fogos se traduziu na ordem dos 300.

Não recuso tal número. Ele está perfeitamente dentro, na sua ordem de grandeza, daquilo que o Sr. Ministro aqui disse, já na discussão do OGE, quanto a uma irrisória percentagem do destino de habitações compradas para arrendamento.

Estes aspectos estão amplamente respondidos.

Termino com uma nota à sua afirmação peremptória de que o Governo não vai cumprir o programa que se propôs executar, registando aqui a vocação, incontestável, para bruxo que o Sr. Deputado manifesta.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Trata-se é de uma constatação da realidade, Sr. Deputado.

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, gostaria de responder, muito brevemente, às questões colocadas pelos Srs. Deputados Sousa Tavares e Pinto Nunes.

Começando pelo fim, devo dizer que, de facto não sou bruxo, pois para fazer a afirmação que fiz não é preciso ser bruxo.

Os Governos AD estão no poder há 2 anos e nada fizeram. Logo, é lógico, evidente e nítido que não o fariam mesmo que continuassem no Governo, o que não irá acontecer, já que o funeral está marcado, tem prazos, limites conhecidos de toda a gente.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Risos do PSD.

O Orador: — Em consequência, a questão não é essa. Não sou bruxo, não tenho a intenção de o ser e neste caso não é necessário sê-lo.

Sr. Deputado Sousa Tavares, eventualmente sem querer, o Sr. Deputado chegou à conclusão do que nós ontem afirmámos, isto é, de que é necessário construir para arrendar em Portugal, já que a grande maioria das famílias portuguesas não têm capacidade de recorrer ao crédito — tal como ele existe actualmente — para a aquisição de habitação própria, não têm capacidade financeira para adquirir casa, sendo necessário que haja uma oferta para arrendamento.

Acontece é que, como o Sr. Deputado disse, não há, quer em termos quantitativos quer em termos do valor da renda, acessível à grande maioria da população portuguesa oferta por parte do sector privado.

Conclusão lógica e imediata: tal oferta para arrendamento, de que a grande maioria da população portuguesa necessita, terá de vir do sector público. Reside aí a nossa questão, que nunca foi posta em termos de: ou construção pelo sector público ou construção pelo sector privado.

O que dissemos ontem — e já o referimos várias vezes — foi que o papel essencial, principal, determinante — mas não exclusivo! — na promoção de oferta de habitação tem de caber ao sector público e ao sector cooperativo.

O Sr. Deputado aparece-me, agora, defendendo a política de rendas — e esta é uma outra questão — seguida pelo actual Governo, perspectivada no sentido de que, sendo preciso aumentar a oferta para arrendamento, a única forma de o fazer é dar condições de lucro, de rentabilidade ao investidor privado, estando em consequência o Sr. Deputado de acordo com a política deste Governo, no que respeita aos decretos de liberalização das rendas — mais ou menos condicionadas.

Gostaria de saber quais as razões de fundo que levaram o Sr. Deputado Sousa Tavares a mudar de atitude, de opinião, desde o tempo em que era deputado-reformador até ao momento actual, em que é deputado do PSD, na medida em que, quando era ainda deputado-reformador, numa intervenção que aqui fez, quando focou o problema da habitação e da sua possível resolução, referiu explicitamente como última — e sempre a última — medida a ser tomada, o mexer no problema do arrendamento, do congelamento das rendas, da liberalização das rendas.

Quais as razões políticas de fundo que o levaram, em menos de 2 anos, a mudar de opinião, Sr. Deputado?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Sr. Presidente, refiro-me só à última parte.

Não mudei de opinião, Sr. Deputado Octávio Teixeira. Não disse que não continuava a considerar a questão das rendas, como uma medida final de resolução do problema da habitação, nem disse que tal deveria ser desacompanhado de todas as soluções prévias, que estão na base da resolução do referido problema.

Acontece é que à medida que o tempo vai passando o problema das rendas torna-se cada vez mais agudo. Estou convencido de que nem o Sr. Deputado Octávio Teixeira pode concordar em que existam lacetes, em Lisboa, arrendados por 82\$50. Não há ninguém que concorde com tal situação porque isso é um absurdo. Não há ninguém que possa concordar em que grande parte dos imóveis das cidades de Lisboa e do Porto estejam a deteriorar-se, estando-se assim, a deixar destruir um capital imobiliário colosal, já que nenhuma casa é reparada, tendo-se, inclusivamente, entrado num regime de tolerância total e absoluta, uma vez que não se pode, de forma alguma, obrigar os senhorios a fazerem obras, dado não terem rendimentos para isso.

O problema das rendas começa a ter uma acuidade extraordinária e não há possibilidade de relançar o sector privado da habitação, de resolver grande número de casos de fogos degradados, sem que se mexa no problema das rendas.

Estou perfeitamente de acordo em que tal problema deve ser o último capítulo de um plano nacional de habitação. Tal é evidente, já que neste momento se libertarmos as rendas sem concomitantemente desenvolver um plano de habitação, isso conduzirá a um caos social, à alteração de situações sociais já estabilizadas ou adquiridas. Ora, com isto ninguém pode estar de acordo.

Há, no entanto, outro argumento que não pode ser esquecido é o de que há dois anos não estava tão pronunciada a perspectiva de entrarmos numa política sistemática de desvalorização da moeda, perspectiva a que infelizmente, parece, nos estarmos a habituar.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — A desvalorização, vem, pelo menos, desde 1977.

O Orador: — É impossível manter uma certa fixidez do arrendamento com uma política sistemática de desvalorização da moeda.

Penso que isto é perfeitamente razoável e normal de entender.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, penso que este diálogo não vai contribuir para o esclarecimento da situação.

Estamos a atrasar o debate e não podemos manter um diálogo como o que tem vindo a decorrer até agora.

Há outros Srs. Deputados inscritos que acabarão por não poder falar, já que o tempo se vai esgotando.

O Sr. Ministro, certamente o mais interessado em conhecer estas opiniões, já sabe quais as posições dos Srs. Deputados Octávio Teixeira e Sousa Tavares, pelo que um diálogo assim só serve, em nosso entender, para esgotar o tempo que temos para discutir, um assunto desta importância.

Peço aos Srs. Deputados que terminem o diálogo, já que podem expor os seus pontos de vista aquando das intervenções para que estão inscritos. Este «toma-lá-dá-cá» não pode continuar. Apelo à vossa compreensão, Srs. Deputados.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de fazer um ponto de ordem à Mesa.

Agradeço ao Sr. Presidente a urbanidade e a delicadeza com que tem estado a dirigir os trabalhos. Queria dizer, no entanto, que em vez de nos fazer pedidos, ordene a discussão, suspendendo a palavra quando entender que o diálogo está a mais. Tal é da competência do Sr. Presidente.

Nós não estamos a usar de figuras regulamentares e, por conseguinte, o Sr. Presidente pode suspender o diálogo no momento que entender fazê-lo. Pela minha parte, pode ter a certeza de que não falarei depois do Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Presidente: — Agradeço a sua sugestão, Sr. Deputado Sousa Tavares.

Não gostaria, no entanto, de usar os poderes que sei ter, já que acredito que os Srs. Deputados compreendem a situação e espero que se coibam de dar um curso aos trabalhos como o que estavam a dar.

Tem a palavra, para uma interpelação à Mesa o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, sem qualquer falta de respeito para com a Mesa, nomeadamente para com o Sr. Presidente gostaria de referir que, neste caso concreto, nos termos em que este debate foi programado, nenhum interventor, nenhum Sr. Deputado é prejudicado pelo facto de haver este diálogo, na medida em que os tempos estão marcados. Cada partido tem o seu tempo determinado para intervir ao longo de todo o debate.

O que pode acontecer, pelo facto de querer interpellar o Sr. Deputado Sousa Tavares, é falar primeiro que qualquer outro Sr. Deputado, mas de modo algum, estou a tirar um segundo que seja a qualquer Sr. Deputado, em termos de intervenção.

Nessa perspectiva, peço ao Sr. Presidente que, por 30 segundos, me dê autorização para fazer uma última intervenção quanto a este caso concreto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Houve alguns pontos que foram aqui referidos pelas intervenções da bancada do PSD a que não me referirei, já que há camaradas meus, inscritos para intervir, que irão focar exaustivamente esses aspectos.

Gostaria, no entanto, de frisar aqui uma conclusão das palavras do Sr. Deputado Sousa Tavares, as quais vão no sentido de o Sr. Deputado — que é neste momento, para além de Deputado, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, continuar contra a política seguida por este Governo, em termos de habitação, na medida em que continua a considerar que o último aspecto a ser analisado deve ser o problema do arrendamento, quando o Governo o considera o primeiro e único aspecto.

O Sr. Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD está, portanto, contra a política seguida por este Governo no que respeita à habitação.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Herberto Goulart.

O Sr. **Herberto Goulart** (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes iniciou a sua intervenção de ontem referindo que a presente interpelação ao Governo constituía uma oportunidade de expor o conjunto de linhas programáticas para a política de habitação.

Compreende-se que ao Sr. Ministro interessaria deslocar a discussão para um plano programático, mas o programa do Governo já foi discutido nesta Assembleia na altura própria, em Setembro passado.

Não se trata de reeditar tal discussão, apesar de na sua intervenção desta manhã o Sr. Ministro continuar a manifestar preferência pelos projectos futuros, pelas intenções gerais, por cenários alternativos.

No que nesta interpelação, a nosso ver, interessa é apreciar o sentido da política habitacional que vem sendo praticada pelo Governo, medida através das acções concretas verificadas ou anunciadas.

Naturalmente que tal apreciação tem de ser efectuada no quadro das carências habitacionais que este terceiro governo da AD herdou.

Curiosamente e apesar dos negócios de herança decorrerem predominantemente no plano familiar, o Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes localizou as responsabilidades herdadas pelo Governo de que faz parte, agora pela primeira vez com o pelouro da Habitação, no período que vai dos governos Provisórios aos governos que antecederam os da AD.

Entendemos porém que não pode deixar-se de fazer uma referência necessariamente ligeira, ao facto de que a grave crise habitacional com que Portugal se debate neste início do ano de 1982 é, em grande parte, o resultado da herança que nos foi legada pelo regime fascista. Poderá dizer-se que durante tão longo período a oferta de habitações foi sempre inferior e inadequada à procura potencial, daí resultando que grande parte da população portuguesa se viu afastada, permanentemente, do acesso a habitações condignas, por falta de meios financeiros necessários à compra ou aluguer de casas. Recorde-se, abordando apenas o aspecto quantitativo, que já em 1966 se estimava a carência total de alojamentos em cerca de quinhentos mil fogos, a qual em 1974, dado neste intervalo um nível de produção inferior às necessidades de reposição, teria subido para 530 000 fogos.

Tal estado de coisas resultou fundamentalmente do Estado ter remetido para a iniciativa privada o papel de promotor, quase exclusivo, da produção de habitações, permitindo-lhe simultaneamente apropiar-se e especular com o solo urbano.

Tal opção determinou que os fogos produzidos pela iniciativa privada constituindo na ordem de 90 % do total de habitações concluídas em cada ano, correspondessem apenas à procura de uma escassa faixa da população portuguesa, aquela de réditos mais elevados.

Se interessa recordar, ainda que sucintamente, que as graves carências habitacionais dos portugueses têm grande parte da sua origem na herança do próprio 25 de Abril, que as muitas e positivas orientações e acções realizadas com o advento do regime democrático foram insuficientes e não tiveram tempo para

se manterizar por completo, interessa em particular realçar o paralelismo entre a opção de base da política de habitação do anterior regime e as orientações concretas, palpáveis, que, mais do que os discursos programáticos ou declarações de intenção, se vão perfilhando no horizonte da real política habitacional dos governos da AD.

Falando ainda de heranças, há que não ignorar que o Governo ora interpelado é o sucessor de dois anteriores governos da AD, com uma continuidade de governação já superior a dois anos, sendo pois de interesse também concretizar, novamente de forma breve, esta componente da herança do VII Governo.

Um relance sobre a acção governativa, neste campo, nos anos de 1980 e 1981, permite-nos concluir como aspectos principais:

- 1.º Não foi estabelecido nenhum plano global e coerente da política habitacional que, dando resposta imediata às mais gritantes questões de injustiça social, conduzisse à resolução a prazo dos problemas habitacionais com que o País se defronta. Refira-se apenas, como indicativo global, que o repetido objectivo de construção de 50 000 fogos/ano, de si insuficiente para a resolução do défice habitacional no período de uns vinte anos, continuou distante dos valores efectivos de cada um dos dois anos.
- 2.º Apesar da intenção declarada de incentivar agora um programa de contratos de desenvolvimento de habitação, a realidade é que nos dois anos antecedentes a gestão AD não conduziu praticamente à negociação de novos contratos, com sacrifícios da colocação de fogos no mercado com características de qualidade e preço que os tornavam mais acessíveis a camadas sociais que não têm acesso ao mercado de habitação da iniciativa privada livre e com a agravante de várias centenas de fogos estarem concluídos e não lançados no mercado durante muito tempo, como já ontem foi aqui, exuberantemente, demonstrado.
- 3.º Foi sendo insuficiente o apoio financeiro às actividades das cooperativas de habitação económica, minimizando-se o seu significativo potencial de canalização de poupanças e a sua capacidade realizadora.
- 4.º Foi desprezado o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados, assim se acelerando a degradação do parque habitacional envelhecido.
- 5.º Reduziu-se, em 1981, o número de fogos iniciados pelo Fundo de Fomento da Habitação, correspondentes apenas a empreitadas decididas em 1980, já que o anterior Ministro da Habitação não deixou o Fundo criar no último ano quaisquer novos compromissos.
- 6.º Foi alterado o artigo 5.º da Lei de Solos, ultrapassando-se a simples cedência de terrénos da Administração por concessão do direito de superfície, também pela cedência em propriedade plena a entidades de direito privado. Se se associar tal medida

à não transferência para as autarquias locais da competência para decidir da expropriação por utilidade pública, com manutenção de toda a morosidade que caracteriza o processo actual, bem se comprehende como os governos AD em dois anos não avançaram um passo para contrariar a especulação com terrenos urbanizáveis ou que facilite a utilização de solos urbanizados no sentido do embaratecimento do custo final das habitações.

7.º Finalmente, refira-se que do crédito à aquisição de habitação própria fizeram os governos da AD uso como principal instrumento financeiro de promoção habitacional (em condições agravadas, para os beneficiários, desde 1980), como se ignorassem que a larga maioria da população do País não dispõe de meios financeiros para adoptar esta solução, a qual vem sendo sucessivamente mais onerosa, levando à imobilização de maiores recursos financeiros para uma mesma oferta de habitação, como se verificou claramente dos dados apresentados pelo Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes, esta manhã.

Da orientação concretizada pelos governos, de que o actual é o continuador, pode concluir-se que o sentido mais evidente da política habitacional prosseguida, tem sido o do enfraquecimento da capacidade de intervenção do Estado e a da dificultação da promoção social de habitação, para entregar todo o comando da produção e oferta habitacional aos grandes promotores privados.

É em continuidade desta política que tem prosseguido o actual Governo.

Apesar de o Sr. Ministro ter afirmado o seu desinteresse pelo empenhamento em soluções pontuais, que o 8.º Governo até ao momento concretizou, se bem que ligadas pelo nexo bem visível de se enquadarem numa política a favor dos promotores privados, dos senhorios e dos grandes especuladores de terrenos.

As novas alterações ao crédito para aquisição de habitação própria, os novos esquemas sobre transmissão do arrendamento, a actualização anual das rendas comerciais e acima de tudo a decisão de extinção do Fundo de Fomento de Habitação, são as medidas efectivas e bem gravosas do 8.º Governo no seu curto período de existência.

Acima de tudo, para esta Assembleia da República e para a opinião pública, entendemos que o que importaria seria a justificação pelo Governo das razões de tais medidas e decisões.

Num debate desta natureza, julgamos importante que o Governo defina com clareza a sua atitude perante questões bem concretas, como algumas das perguntas já aqui formuladas e ainda sem resposta. Pela nossa parte, há questões que julgamos que não devem ser arredadas do debate.

Em concreto, gostaríamos de colocar ao Governo algumas questões.

Primeira: como prevê a substituição das competências do Fundo de Fomento da Habitação, que não seja mas da área financeira ou da área normativa —

visto que foram apenas essas duas que citou, nomeadamente em relação a um novo instituto financeiro — a criar e às diversas Direcções-Gerais do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes?

Segunda: no seu recente Congresso, as cooperativas de habitação económica afirmaram a disposição de assinarem com o Governo, um protocolo segundo o qual se comprometeriam à realização de 30 000 fogos, nos próximos 6 anos, e afirmando que tinham em carteira projectos que permitiriam, de facto, neste ano de 1982, lançar de imediato o início da construção de 6000 fogos.

O Sr. Ministro — ou o Sr. Secretário de Estado, não me recordo agora bem —, citou, nos objectivos imediatos do Governo, o apoio à construção de 3000 fogos, da iniciativa das cooperativas, isto é, metade do que as cooperativas, no seu Congresso, afirmaram ter de imediato disponíveis, citando também, para o final deste período de 5 anos, uma disposição de apoio na ordem dos 4000 a 5000 fogos, aparentemente contrariando as palavras de elogio que aqui endereçou ao movimento cooperativista de habitação.

Terceira: que medidas efectivas, tem, para já, este Governo, como intenção, de forma a garantir uma maior acessibilidade de solos urbanizados — já que o próprio Sr. Ministro citou que esta era uma área prioritária da política da habitação — através de esquemas que sejam, simultaneamente, impeditivos de mecanismos de especulação?

Quarta: que medidas concretas pretende o Governo realizar, na sequência da sua experiência de dois anos de governação, de forma a promover a recuperação de imóveis degradados, considerando que o custo da recuperação dos referidos imóveis permite manter o nível do parque habitacional, a custos incomportavelmente inferiores aos que decorreriam de novos fogos de substituição?

Quinta: dado que o direito à habitação é um direito consagrado constitucionalmente, no mesmo plano do direito à educação e à saúde — e sabendo nós que é elevadíssima a percentagem de população que, em termos de aquisição e aluguer de habitação em condições normais, tem de ser considerada insólita — gostaria de perguntar ao Governo — independentemente da afirmação das suas intenções de, no futuro, poder haver esquemas de rendas subsidiadas —, neste início do ano de 1982, após dois anos de estar no poder o que é que, em concreto, propõe para esta elevada percentagem de população, que não consegue ter condições de assumir o direito que a Constituição lhe consagra?

Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: em termos mais gerais, o MDP/CDE acusa o Governo de prosseguir uma política habitacional que vai contra os interesses da maioria da população, nomeadamente da mais carenciada, que desvia o Estado dos seus deveres constitucionais e que, inclusive, provoca o próprio descontentamento das empresas de construção civil, preocupadas com a falta de perspectivas que lhes permitam retomar a actividade de construção a níveis verificados anteriormente.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se duvida do carácter alarmante das proporções atingidas pelas carências existentes no sector habitacional, quer em termos quantitativos, quer qualitativos.

O número de famílias mal alojadas corresponde «grosso modo» a um terço das famílias de Portugal Continental (652 000 segundo os números que serviram de base à Proposta de Lei do Plano 1977-1980, das quais 552 000 por se encontrarem em fogos superlotados, 35 000 por viverem em alojamentos sem ser fogo e 66 000 por viverem em sublocação).

Em termos qualitativos e que resultaram do censo de 1970, sempre em relação ao Continente, apenas 29 % dos fogos dispunham de água canalizada, luz eléctrica e casa de banho com instalações sanitárias. Cerca de 53 % não dispunham de abastecimento de água, 67 % não dispunham de casa de banho e 43 % de instalações sanitárias.

As disparidades regionais são também evidentes. Beja, Bragança, Castelo Branco, Faro, Guarda, Vila Real e Viseu têm mais de 40 % de habitações sem nenhum destes equipamentos.

As habituais dificuldades das nossas estatísticas não assumem aqui qualquer relevância.

A quantificação da dimensão do problema só tem interesse porque sublinha e evidencia que se não trata apenas de uma questão que tem a ver com a atração exercida por Lisboa em relação ao resto do País gerando as «barracas» da cintura da cidade ou dos jovens à procura da sua casa própria.

É uma questão nacional a da habitação.

O escasso tempo de que dispomos para intervenção neste debate, dispensa-nos de tomar posição aprofundada numa querela em que o partido interpelante e o Governo interpelado não poderão deixar de querer situar esta intervenção, ao menos como seu pano de fundo essencial: é o urbanismo concretamente em Portugal uma construção ideológica da classe dominante e, como tal, consequência, na própria essência, dos interesses da classe dominante?

Pela nossa parte, adiantamo-lo desde já, consideraremos o urbanismo como técnica, como meio de intervenção sobre um fenômeno, sobre um aspecto do complexo fenômeno social.

Isto é, falaremos de urbanismo na sua finalidade de intervenção sobre a realidade, enquanto meio e métodos de actuação, com a clara intenção de «ordenar» o espaço urbano e a sua utilização.

Consideramos a política de habitação parte integrante e decisiva das acções urbanísticas que respondem e orientam os movimentos populacionais pelo fornecimento conjugado de locais para trabalho, serviços sociais e residência.

Como tal, pensamos que a política de habitação tem, como pressuposto e condição de êxito, a disponibilidade e custo mínimo do solo e a capacidade de antecipação na sua distribuição e equipamento.

Importa pois que, assim sendo, nos detenhamos a reflectir sobre a situação portuguesa quanto à disponibilidade e custos dos solos e à capacidade de antecipação na sua distribuição e equipamento.

É conhecido o impacte causado na Espanha dos anos 70 quando Mário Gaviria se lembrou de contar, a traços largos, a história dos planos de urbanização, partindo da premissa de que, para alguns senhores, a

situação ideal para fazerem o que lhes convém é a inexistência de planos.

Assim, dizia Gaviria, sempre que possível evita-se que existam planos aprovados.

Tal como ele, também nós, poderíamos começar com esta questão muito concreta.

Quantas e quais são as povoações portuguesas que dispõem de planos de urbanização?

Prosseguindo, Mário Gaviria, apontava como um dos processos de não fazer, o ir fazendo, de modo a que tudo se processasse a um ritmo tal que, de facto, o plano continuasse a não existir.

Só que os exemplos que dava, não se aproximam dos *records* portugueses, mesmo quando recordava os 8 anos gastos até à altura na elaboração do plano de Tudela (30 000 habitantes) ou os 10 anos de preparação do plano de Alcalá de Henares (que, entretanto, tinha passado de 20 000 para 100 000 habitantes).

O mecanismo descrito é, no entanto, semelhante. Quando existe um plano está ultrapassado e os regulamentos de edificação também desadaptados em relação às necessidades. Aplica-se, portanto, casuisticamente o plano antigo à espera do plano novo.

Teoricamente está em vigor o plano anterior. Continuam, por isso — e porque a vida não pára — a dar-se licenças de construção e de loteamento. Por vezes, é certo, tem-se a amabilidade de informar os autores do novo plano, das licenças que se vão concedendo.

De qualquer modo, este é o momento propício para o exercício de todas as formas de pressão — e, inclusivamente, de corrupção — para que o novo plano modifique as zonas do antigo e transforme as zonas de moradias de um só piso em zonas de altos blocos e torres e as zonas verdes ainda não expropriadas em zonas para construção.

A medida que o novo plano vai sendo desenhado, acentuam-se as pressões a que as «fugas de informação» dão preciosa ajuda.

Os proprietários que descobrem ter tido a «infelicidade» de lhes «cair» uma zona verde, procuram impedi-lo.

Usam-se amizades, influências. Compra-se directamente ou indirectamente.

Que tal encarregar os projectistas de prepararem um projecto de construções precisamente (e por coincidência) situadas na futura zona «ameaçada» de verde?

É um exemplo, apenas. Há também os factos consumados. A construção que depois ninguém terá coragem para demolir e que acaba por ser legalizada.

E há os casos mais simples: reduzir a largura de uma rua, eliminar ou mudar de sítio a rua que atravessa determinado terreno.

É ainda Gaviria quem se encarrega de destruir uma objecção fácil: não, não há proprietários interessados na rapidez dos planos.

A verdade é axiomática; «Ganha-se mais «aguentando» o terreno sem vender nem construir: esperando».

O tempo escasso de que dispomos impede que acompanhemos até ao fim a denúncia de Mário Gaviria. Das novas etapas que ele assinala, até ao plano de sector estar completo, às alterações sub-reptícias de cada projecto em concreto, aos aumentos de anda-

res ou recuados, às modificações feitas depois da licença de habitação, aos «olhos fechados» dos fiscais.

A semelhança deste «modelo» espanhol com o que entre nós se passa é evidente mesmo para os não especialistas.

Invocá-lo, corresponde, no entanto, a chamar a atenção para um dos factores de estrangulamento e, como tal, para um dos componentes que uma política de habitação digna desse nome terá que revestir.

A política de habitação não pode partir, exclusivamente, da verificação de carências.

Terá que considerar como pressuposto para a sua equação, o custo para o consumidor das habitações lançadas no mercado — e nesse custo englobando o somatório renda + transportes, uma vez que aí reside o fulcro do problema social da habitação.

Na verdade, diversamente do que em Portugal alguns, em particular nos últimos anos, têm procurado fazer acreditar é no custo e não no ritmo da construção que está o essencial de uma estratégia.

Pelo menos, de uma política de habitação social-democrata para quem é evidente que é na maioria de famílias de mais baixos rendimentos que se encontra a mais forte percentagem das que mais carecem de habitação e de que o direito à habitação implica que os encargos familiares que dele possam resultar não podem impedir, ou sequer cercear, os meios de melhoria do nível de vida, e menos ainda os de subsistência das famílias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Correndo embora o risco de algum «salto lógico» no desenrolar da argumentação exposta — e a programação do nosso tempo também só permite fornecer esclarecimentos se o interessado em obtê-los para isso dispuser do seu tempo — gostaríamos de acentuar como o quadro português é inadequado à obtenção de solo disponível a custo mínimo e, pelo contrário, favorece a especulação com o solo urbano.

Passaremos assim a enunciar algumas medidas, simples, de políticas adequadas à obtenção dos objectivos referidos, nomeadamente face à inexistência de uma carta de valor dos solos.

Em primeiro lugar, e partindo do pressuposto de que o quadro jurídico do processo de expropriações se não afasta do constante do Decreto-Lei n.º 485/76, de 11 de Dezembro — no essencial, sequência do Decreto-Lei n.º 576/70, de 24 de Novembro — é urgente a actualização do valor matricial dos terrenos nos aglomerados urbanos e em zonas diferenciadas dos aglomerados urbanos e, igualmente, a exigência de impostos fortemente progressivos de modo a desencorajarem a imobilização.

Quando em relação à propriedade agrícola é generalizadamente aceite, no mínimo, a tese das exigências inerentes à função social da propriedade, resulta incompreensível que o não seja relativamente ao solo urbano ou urbanizável.

A contribuição predial relativamente a tais terrenos deverá ser adequada à devida após a construção, mas de modo a que a edificação se traduza em benefício fiscal para o proprietário do solo urbano ou urbanizável.

Tal actuação corrige a injustiça relativa hoje corrente que atinge os proprietários abrangidos por medidas de expropriação face aos não abrangidos. Do

mesmo modo, importa assegurar que a tributação não é incorporada no custo final, o que contribuiria indirectamente para o agravamento dos custos.

Ainda que com importância menor haverá igualmente que rever, de modo a conferir-lhe auténtica eficácia, o direito de preferência na aquisição pelo Estado e Municípios de terrenos urbanos e urbanizáveis e prédios urbanos pelos valores declarados na escritura.

A correcção da generalizada evasão fiscal à sisa é essencial enquanto tal imposto persistir.

Importará ainda distinguir entre a construção clandestina de iniciativa individual e de recurso e o lançamento incontrolado de operações urbanísticas por promotores que procuram os menores custos de terrenos à custa dos custos máximos de manutenção e equipamento pela colectividade.

Só uma política de solos digna desse nome permitirá não só reduzir o custo final da habitação pela minimização do valor do terreno, mas terminar o ciclo de transacções sucessivas que é, por si só, inerente à especulação fundiária, e reduzir os custos de transportes e manutenção de serviços, obrigados a um permanente desequilíbrio pela continua abertura de faixas especuláveis, à margem de quaisquer planos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A importância dada, nesta primeira intervenção, a política de solos como condição de uma política de habitação, tem natural significado.

Também, por quanto não é possível resolver o problema da habitação em Portugal fazendo apelo a uma lógica de economia de mercado. Os terrenos urbanizáveis não crescem indefinidamente com a procura. E o desajustamento natural, ou artificialmente provocado, que gera a especulação.

Poucos duvidariam da lógica que atribui os lucros inerentes à transformação de um prédio rústico em terreno para construção ao proprietário que suportou o custo dos investimentos necessários a tal transformação.

Mas quando tal modificação se produz pela acção estadual ou municipal sem que nenhum investimento o próprio tenha realizado, bem pode falar-se de socialização dos custos e privatização dos lucros.

Quando todos pagamos as obras públicas que valorizam, os serviços que planeiam e definem o destino do solo, é chocante que também paguemos a mais-valia que de tudo isto resultou para os proprietários.

É porque a política de habitação é uma forma de justiça social pressupondo a redistribuição de rendimentos que a AD não tem e não pode ter, uma política de habitação.

Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.

Entretanto, reassumi a presidência o Sr. Presidente Oliveira Dias.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — É apenas para dizer uma breve frase, Sr. Presidente.

É que eu tencionava, à medida que o ia ouvindo, aplaudir a intervenção do Sr. Deputado Magalhães

Mota mas não o posso fazer devido à última frase que proferiu, do que tenho pena.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aquilino Ribeiro Machado para uma intervenção.

O Sr. Aquilino Ribeiro Machado (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Srs. Deputados: Algumas breves considerações sobre o problema em debate.

Antes de mais, gostava de deixar referido que, no nosso entendimento, a habitação é, para além da prestação de um serviço indispensável, um factor importante de redistribuição de rendimentos e é segundo esse factor que nós devemos encarar o desenvolvimento da política habitacional.

Em segundo lugar, gostava de deixar também suficientemente sublinhado que todas as políticas tendentes a resolver os problemas das carencias habitacionais nos domínios do mercado, ou seja, dentro da lógica e dos mecanismos do mercado, não têm consistência e não funcionam porque o mercado não tem razão de ser dentro do processo da satisfação desta necessidade essencial.

Efectivamente, verificamos que uma faixa significativa da população não tem acesso ao mercado, não tem possibilidades de obter casa, quer para arrendar quer para compra, dados os baixos níveis de rendimento que aufera. Essa população está fora do mercado.

Para além disso, há razões que também já aqui foram invocadas e que são significativas: os bens, os factores da produção são limitados e como tal o mercado, dentro de um sistema limitado, não funciona.

Cumulativamente com isso há outra verificação que é necessário desde já referir. Estamos perante uma ausência total de uma planificação nacional para a habitação, compreendida e entendida como um factor de fixação das populações nas zonas mais desfavorecidas do País para em seu redor se construir algo que seja um chamariz que evite os fluxos migratórios que se têm verificado para a periferia e para as grandes cidades.

A habitação é, pois, também um facto de redistribuição equilibrada do território.

Estamos a verificar também que o mercado actualmente existente dentro da faixa limitada em que subsiste está praticamente confinado à venda de propriedade horizontal. E isto significa, antes de mais nada, uma distorção — como já aqui foi referido —, que em grande parte resulta das altas taxas de juro hoje praticadas que tornam mais atractivos os depósitos a prazo do que o investimento habitacional.

Mas, para além desse factor, que é importante e não se pode escamotear, é preciso dizer que os preços atingidos pela aquisição da propriedade imobiliária já não são acessíveis à maioria das pequenas poupanças e não têm atractivos suficientes para as captar.

Neste momento, verifica-se em Lisboa, mais ou menos, um preço por casa assoalhada — nesta forma um pouco grosseira de avaliar as coisas — na ordem dos 1200, 1300 contos, o que, pouco mais ou menos,

significa rendas de 250, 260 escudos por metro quadrado. Estas rendas estão para além de todas as possibilidades da maioria das famílias; estas rendas acarretam, antes de mais nada, a impossibilidade da desagregação dos vários núcleos familiares em coexistência forçada, atrasam as taxas de nupcialidade desejáveis, produzem uma distorção significativa em toda a pirâmide social.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Muito bem!

O Orador: — Verificamos ainda que grande parte do crédito imobiliário foi canalizada para a compra de habitações em edifícios já construídos e edifícios velhos. Daí que se tenha verificado, como sublinhou o Sr. Silva Lopes num encontro sobre o crédito, um aumento anual de 30 % a 40 % do valor do crédito concedido.

Isto significa também que a maior parte dos proprietários procura desenvencilhar-se de situações quase impossíveis, em muitos casos pela estagnação das rendas, e conduz à transferência da propriedade, com todos os inconvenientes que daí resultam, de fixação das populações, de imobilidade da mão-de-obra e do trabalho.

Seguindo nesta esteira e num caminho que se nos afigura pernicioso, que se nos afigura contrário aos mais elementares interesses nacionais no que diz respeito à possibilidade de intervenção sobre o fenômeno das carencias habitacionais para as classes mais desfavorecidas, o Governo e os municípios afectos à actual maioria propõem-se vender o seu património imobiliário. Nós manifestamos o nosso total desacordo com esta tendência que, aliás, neste momento, em virtude de o crédito ter sido refreado, se encontra também sustida. Mas o propósito está subjacente e contra ele nos insurgimos.

O Sr. Sousa Gomes (PS): — Muito bem!

O Orador: — A lógica de toda a actuação do actual Governo, tanto quanto transparece das intervenções que tem efectuado no sector, é a de restituição aos interesses privados de todas as possibilidades de intervenção no sector.

Estamos a reverificar a entrada em força de um capitalismo selvagem na reconstrução da cidade de Lisboa e de outras cidades dominadas pela actual maioria ...

Os Srs. Carlos Lage (PS) e César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — ..., com as consequências que daí resultam da densificação incomportável para a maior parte das infra-estruturas existentes, com a insuflação do parque automóvel sem capacidade de o supor tar, com infra-estruturas que não foram dimensionadas para tanto, sem equipamentos sociais suficientes. Isto em nome do negocismo, isto sem consideração para com as populações que moram nessas habitações antigas, e agora demolidas para dar lugar a habitações novas, com a descaracterização da cidade que daí resulta e que se faz com todos os *amens*.

Aplausos do PS e da UEDS.

Sr. Ministro, nós estamos a verificar que nesta tendência para a privatização conduz também, nas disposições que foram adoptadas e que dizem respeito à modificação dos contratos de arrendamento, no que concerne à sua transmissão, à mesma lógica interna com a qual não concordamos e que, no fundo, significa restituir ao capital privado, à custa dos interesses sociais das classes menos desfavorecidas que irão suportar tal embate, o interesse pela manutenção das habitações.

Disse um dia um ex-ministro do Estado Novo, depois de ter sido votada na Assembleia Nacional a Lei do Inquilinato: «Eles não sabem o que fizeram; julgam que votaram a lei do inquilinato, mas o que votaram foi a lei do senhorio.»

Esse ministro chamava-se Mário de Figueiredo.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Pudera!

O Orador: — Sr. Ministro e Sr. Secretário de Estado, estamos neste momento nesta mesma linha de tendência: o senhorato volta a estabelecer-se e a instituir-se, e isto deixa-nos muito perturbados, deixa-nos perplexos.

Accitaremos, tendencialmente, numa estrutura não tão inflacionária como a presente, que se encare um esquema de actualização de rendas. Todavia, julgamos que esse esquema de actualização de rendas terá de ser estabelecido tomando em conta a necessidade de uma quota-parte significativa desse aumento se se destinar exclusiva, obrigatória e vinculativamente para a reparação e melhoria das habitações. De outro modo estamos apenas a meter mais dinheiro nas mãos daqueles que se habituaram a não o gastar na habitação.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, com as rendas condicionadas que estabeleceu não resolveu um problema essencial, muito embora tendencial e aproximadamente tenha procurado entrar em linha de conta com a necessidade de interesse do capital desmotivado: são as luvas, à partida.

Nestas coisas há sempre uma luta da bala contra a couraça; a lei prepara instrumentos e os prevaricadores defendem-se e encontram formas de alterar a lei.

Muito embora se tipificasse o crime de recepção de luvas no Decreto-Lei n.º 845, ele tornou-se uma prática corrente. O que é que é possível prever para que neste sistema agora criado outro tanto não suceda?

Referindo-me ao Fundo de Fomento da Habitação, direi que não concordamos com o seu desaparecimento, em termos de resolução do Governo, não só porque não foi criada uma estrutura alternativa mas porque o Fundo, com as suas potencialidades, não foi reexaminado, não foi encarada uma sua reestruturação, não foi sequer integrada na altura própria grande parte dos seus funcionários, o que cria agora problemas sociais difíceis. Portanto, porque julgamos que o Fundo de Fomento da Habitação, no domínio da construção directa, no domínio dos acordos mediante convenções com os municípios e no domínio da intervenção indirecta como órgão intermediário entre o

Estado e as instituições de crédito, muito ainda terá a fazer, não concordamos com o seu desaparecimento e contra ele nos insurgimos.

No que diz respeito ao panorama actual dos planos de urbanização de escritos estamos de acordo com o que foi dito pelo Sr. Deputado Magalhães Mota. Ele referiu que o custo das habitações é um agregado do custo próprio das habitações, das infra-estruturas e dos transportes. Mas ainda mais do que o custo dos transportes é o seu tempo sacrifício diário de grande parte da população.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Hoje, em Lisboa, desce-se a Avenida da Liberdade mais devagar de automóvel do que noutros tempos se descia de *calèche*! Isto significa o estrangulamento e a asfixia da cidade.

Temos, pois, de entrar em conta com esse factor mas só através da possibilidade de o Estado levar por diante, em conjunto com as câmaras, para o qual não têm disponibilidades, planos concentrados, planos integrados, planos em que haja possibilidade efectiva pela dimensão de intervir no fenómeno habitacional.

Para finalizar, queria referir-me a um caso só. Diz respeito a uma associação de moradores, «Os Progressistas», que se situa na periferia de Lisboa, em Camarate.

Essa associação de moradores pediu ao Fundo de Fomento da Habitação que lhe facultasse um empréstimo para, dentro do regime do SAAL, levar por diante o seu programa de substituição das casas que actualmente são terrários infectos, as quais tive a oportunidade de visitar. Trata-se de gente batalhadora e que não tem medo de adoptar a sigla «Os Progressistas», muito embora isso lhe tenha trazido já bastantes amargos de boca.

Essas pessoas dirigiram-se várias vezes ao Fundo de Fomento da Habitação; este mandou-as assinar e levar por diante vários inquéritos sócio-económicos. Mas nunca estavam certos! Os modelos nunca eram os últimos! Isto ao longo dos anos.

Finalmente mandaram para o Fundo, através da Câmara Municipal de Loures, um pedido correspondente ao financiamento que desejavam e este documento perdeu-se. Perdeu-se...! E, mais uma vez, as esperanças e as expectativas criadas morreram, ou estãõ em vias de morrer, mas não a revolta, que, naturalmente, vive ainda no coração desta gente.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

Entretanto, assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pinto Nunes.

O Sr. Pinto Nunes (PSD): — Sr. Deputado Aquilino Ribeiro Machado, a intervenção de V. Ex.^a foi evidentemente uma declaração de princípios no sentido de se mostrar inimigo do senhorato.

É uma atitude iminentemente ideológica que respeitamos mas o que verdadeiramente está em causa — julgo que ninguém terá dúvidas disso — é a ques-

tão de como construir habitações em Portugal na situação existente, que não vem nem de há 1 nem de há 2 anos. Nem V. Ex.^a nem o seu partido o podem ignorar porque estiveram no poder anos suficientes para terem abordado o problema e para não o poderem ter resolvido, como aliás era óbvio.

Em particular, V. Ex.^a referiu-se à questão da estagnação das rendas e eu fiquei sem perceber bem — e por isso lhe faço este pedido de esclarecimento — qual a sua posição relativamente a este ponto.

Reconhece que, de facto, isso constitui uma barreira ao investimento continuado em habitação para alugar? Ou será que V. Ex.^a, pura e simplesmente, minimiza o facto por que à partida se declara inimigo do senhorato?

A outra questão que lhe quero colocar decorre da anterior: qual então a alternativa?

Entretanto, agradeço que não me considere um defensor dos senhorios porque não o sou, nem o problema deve aqui ser posto nesses termos.

Depreendi da sua intervenção que os senhorios não podem aumentar as rendas — V. Ex.^a esclarecerá.

O Sr. Deputado também se manifestou inimigo de que os detentores de casas alugadas que não rendem valores as possam vender directamente aos interessados a preços que, obviamente, não são os preços de transacção da construção recente.

Peço, pois, a V. Ex.^a que me esclareça se pensa que por esta forma se melhora o nível de construção para alugar ou se de alguma maneira isso contribui para, mais uma vez, constituir uma achega à resolução do tal problema da habitação que a todos transcende e que transcende esta geração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aquilino Ribeiro Machado para responder.

O Sr. Aquilino Ribeiro Machado (PS): — Vou responder muito rapidamente porque não tenho muito tempo.

Sr. Deputado, antes de mais quero dizer, taxativamente, que não há dúvida nenhuma — é um dado objectivo — de que o congelamento das rendas é desmotivador para a iniciativa privada e para o investimento na habitação. Simplesmente, nós não estamos de acordo com a forma por que os senhorios pretendem actualizar as rendas, e na altura própria diremos qual a forma ...

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Com certeza.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — É só para perguntar qual é essa forma, pois não a conheço.

O Orador: — Sr. Deputado, essa forma está indicada no diploma que foi aprovado para as rendas condicionadas.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Olhe que não!

O Orador: — Se o Sr. Deputado não o lê...! Eu leio-o!

No tocante aos níveis de construção, nós sabemos que eles têm de obedecer a diferentes requisitos de economicidade em que se entra em linha de conta com o factor da necessidade da quantidade e da qualidade e que estas têm de ser equilibradas em face da crise.

Mas, Sr. Deputado Pinto Nunes, neste momento nós julgamos que, muito embora a iniciativa privada tenha um papel importante a desempenhar na resolução do problema, a acção do Estado exige-se determinante na presente situação e, eventualmente, também de futuro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Também para solicitar esclarecimentos ao Sr. Deputado Aquilino Ribeiro Machado, tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Pinheiro.

O Sr. Emídio Pinheiro (CDS): — Sr. Deputado Aquilino Ribeiro Machado, uso da palavra só para lhe perguntar se na proposta que V. Ex.^a acaba de enunciar toma em consideração todos os estudos feitos pelos ministros do PS, quer do I quer do II Governos Constitucionais, ou se, por outro lado, V. Ex.^a não está tão metido no assunto de forma a que não possa responder neste momento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aquilino Ribeiro Machado para responder, se desejar.

O Sr. Aquilino Ribeiro Machado (PS): — Nós não temos muito tempo ...

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Nós emprestamos!

O Orador: — Muito obrigado!

Evidentemente que estes estudos já feitos e a análise acompanhada da situação pressupõe um ajustamento permanente. E é tomando em conta esses estudos já feitos e outros que ainda hão-de ser feitos que nós iremos fundamentar, oportunamente, uma proposta estruturada e objectiva com vista a resolver o problema.

O Sr. Emídio Pinheiro (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Emídio Pinheiro (CDS): — Penso que vai ser relativamente fácil chegarmos a acordo sobre uma nova lei de rendas, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carreira Marques.

O Sr. Carreira Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Sector Cooperativo da Habitação está vocacionado para participar activamente na resolução do problema habitacional do nosso país.

Novos e mais correctos conceitos de justiça social perspectivados a partir da Revolução de Abril, vieram conferir às organizações populares, criadas a par-

tir de então, um papel determinante na definição dos objectivos a atingir.

Assistiu-se então, a partir de 1974-1975, à formação e constituição de numerosas associações de moradores e cooperativas de habitação económica com particular destaque nas regiões de Lisboa, Porto, Setúbal, Santarém, Alentejo e Litoral Algarvio, com a preocupação de promover o acesso à habitação aos estratos populacionais de mais baixos rendimentos.

Muitas destas cooperativas e associações de moradores estão organizadas em núcleos locais, o que representa uma alternativa à promoção pública ou privada empresarial, já que estas só muito dificilmente chegarão às vastas zonas rurais. Nessas zonas a construção de habitações depende quase exclusivamente da iniciativa das próprias populações, quer individualmente, quer associadas em cooperativas e associações de moradores. Por outro lado, e tendo em conta o conhecimento pouco rigoroso das necessidades habitacionais que é patente nos organismos centrais do Estado, o aparecimento das cooperativas passou a permitir um planeamento «natural» da promoção da habitação. As pessoas aderem às cooperativas de habitação onde têm necessidade de alojamento e isso permite uma realização ajustada dos programas habitacionais às necessidades concretas.

As cerca de 50 000 famílias associadas em cooperativas de habitação económica, ao participarem no processo de elaboração dos projectos, na programação dos equipamentos colectivos, na gestão e conservação dos empreendimentos, contribuem de forma decisiva para a adequação dos fogos à dimensão e ao rendimento dos agregados familiares, para além de constituirem um obstáculo sério ao desenvolvimento da anarquia urbanística que avassala o nosso país, dado que o diálogo e os contactos locais e a ligação permanente entre as autarquias e as cooperativas para a selecção de terrenos, permite que estes, dentro dos condicionalismos conhecidos, sejam os mais adequados com a consequente racionalização e ordenamento do espaço construído, a economia de infra-estruturas, a realização dos equipamentos e a comodidade dos futuros residentes.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Com a adesão às Cooperativas e Associações de Moradores, muitos milhares de famílias canalizaram as suas poupanças para o investimento na habitação, poupanças que de outro modo permaneciam inactivas ou seriam desviadas para consumos supérfluos, muitas vezes com o consequente dispêndio de divisas. E algumas destas poupanças estavam destinadas a ser investidas na construção clandestina. Conhecem-se já hoje vários casos de populações que estando em vias de se lançarem nos clandestinos, optaram pelas cooperativas como alternativa correcta. Estamos convencidos que o desenvolvimento dos programas cooperativos, se pode tornar num importante factor de contenção da construção clandestina pela integração dos seus potenciais interessados no circuito de satisfação das necessidades em alojamento. Aliás, o problema dos clandestinos, que se faz sentir particularmente na periferia dos grandes centros urbanos, destruindo solos de aptidão agrícola, dificultando e em muitos casos impossibilitando a sua infra-estru-

turação, comprometendo o ordenamento do território, não se resolve com ameaças ou repressão, ou só com leis e campanhas publicitárias e muito menos com a política do «bulldozer».

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É intensificando a construção legal através da urbanização dos terrenos necessários à construção de alojamentos condignos e acessíveis aos vários grupos e estratos sociais que se poderá deter esse fenómeno que em algumas zonas assume aspectos catastróficos.

Convém ainda recordar que o processo cooperativo facilita a diminuição dos custos e o encurtamento dos tempos de execução das obras, exactamente porque são os próprios interessados a participar nas várias fases do empreendimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O que acabamos de referir são razões suficientemente fortes e determinantes, hoje praticamente aceites sem contestação, e que motivam as populações a enveredar pelo processo associativo.

Estas mesmas razões, ou razões semelhantes, foram tomadas em conta quando em 1975 foi decidido o lançamento de um Programa confiado ao Fundo de Fomento da Habitação, que compreendia nomeadamente o apoio institucional, técnico e financeiro às cooperativas de habitação económica. Esse programa previa o lançamento de 5000 fogos/ano que estava a ser atingido até que o III Governo suspendeu os financiamentos em 1978. Em Dezembro desse ano achavam-se concluídos 281 fogos; 3372 estavam em construção; 2840 estavam adjudicados; mais de 9000 tinham projecto em fase de elaboração e havia terrenos já consignados com capacidade para mais de 20 000. Tais perspectivas eram animadoras porque permitiam encarar o Programa dentro do ritmo inicialmente previsto. Mas após um lapso de tempo em que houve algum desbloqueamento dos pedidos de financiamento, chegou-se a Outubro de 1980 e daí para cá a situação torna-se francamente desoladora. Em Agosto de 1981, estavam parados a aguardar reforço de financiamento 1776 fogos das cooperativas de habitação e nessa mesma data as cooperativas aguardavam resposta a novos pedidos de financiamento para poderem iniciar mais 5097 alojamentos.

Estavam nesta situação, por exemplo, cooperativas como a Tripeira, Porto Alerta, Sete Bicas, Norte Coop., Água Viva, Lar Transmontano etc. — só para citar cooperativas do Norte, e do Algarve como é o caso da CHE S. Gonçalo de Lagos com 600 fogos, os 4 núcleos da CHE Instaladora de Portimão, com cerca de 700 fogos, a Che Lagoense com 200 fogos, etc., para não citar uma lista de mais de 100 cooperativas nesta situação.

Milhares de pessoas de baixos rendimentos e associadas em cooperativas e associações de moradores vivem hoje uma situação dramática. Muitas aguardam ainda em barracas ou noutras situações de degradação semelhantes que o actual governo da AD concretize a «prioridade das prioridades» e desbloqueie os financiamentos já solicitados para o início da construção das casas a que têm direito.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Outras olham incrédulas para os bairros inacabados das suas cooperativas e associações de moradores porque este Governo não cumpre o que lhes prometeu. Outras ainda vêm aproximar a data da liquidação das primeiras amortizações e nem sequer podem ocupar os fogos que lhes foram distribuídos ou porque não estão acabados por falta de financiamento, ou porque, estando prontos, lhes falta as infra-estruturas que muitas vezes as câmaras não podem executar por falta do cumprimento integral da Lei de Finanças Locais ou, como acontece no Algarve, as câmaras não dispõem dos 3 milhões de contos que o Primeiro-Ministro anunciou ir pôr à sua disposição para saneamento básico, no âmbito das prometidas medidas de combate à seca.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Com esta marcada política de classe de estrangular as iniciativas das populações mais carenciadas, não concedendo os financiamentos prometidos para que se iniciem programas aprovados e com terrenos legalizados e para concluir programas em curso, o Governo, aqui, sim, hipoteca o futuro, porque afasta do acesso à habitação milhares de portugueses que de outra forma continuarião a viver em condições sub-humanas e promove também, por esta forma, o recurso à construção clandestina.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Impõe-se que nesta interpelação o Governo responda a questões muito concretas e precisas. Questões que são colocadas por todo o movimento cooperativo habitacional. Questões que podem ter algumas dificuldades técnicas mas que exigem resposta que traduza uma precisa vontade política de, no imediato, desbloquear toda a gama de situações que entravam o início e o prosseguimento de numerosos programas habitacionais cooperativos, e a curto, médio e longo prazo, reflete uma linha de orientação programática clara com vista ao apoio técnico e financeiro de que as cooperativas de habitação e as associações de moradores carecem para a realização dos seus justos objectivos.

Está o Governo disposto a transferir para as autarquias locais os terrenos com aptidão urbana que mantém sob a sua jurisdição?

Está o Governo disposto a transferir para as autarquias locais o poder de declaração de utilidade pública dos terrenos com capacidade de construção de habitação?

Está o Governo disposto a assumir os prejuízos inerentes dos resultados da não ocupação das habitações prontas decorrentes do bloqueamento dos processos de infra-estruturas já com parecer favorável da DGERU?

O Sr. Silva Graça (PCP): — Não!

O Orador: — Está o Governo disposto a libertar o financiamento dos fogos entrados no Fundo de Fomento da Habitação, ao abrigo da lei em vigor, e que há longos meses aguardam decisão?

O Sr. Silva Graça (PCP): — Não!

O Orador: — Está o Governo disposto a assumir os prejuízos que resultam dos atrasos do pagamento dos autos de medição e adiantamentos e que originam o agravamento do custo do fogo em face das correspondentes revisões legais dos preços?

Está o Governo interessado em actualizar o montante por fogo a ser financiado, tendo em conta os preços homologados por metro quadrado de construção?

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Não!

O Orador: — Está o Governo disposto a aceitar que os juros dos financiamentos só contem a partir do momento da movimentação das verbas pela CHEs e só sejam amortizados a partir do sexto mês a partir da conclusão da obra? E que a amortização dos fogos só se inicie 6 meses após a sua conclusão?

Tendo em conta a anunciada extinção do Fundo de Fomento da Habitação tem o Governo alguma proposta alternativa para as funções que estão atribuídas àquele organismo, nomeadamente as do Sector de Apoio às Cooperativas de Habitação Económica?

Estas são algumas das dezenas de interrogações que se ouvem um pouco por todas as cooperativas de habitação e comissões de moradores. Interrogações que, a nosso ver, bem, a Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica (FENACHE) acolhe no caderno reivindicativo recentemente aprovado do seu I Congresso e que, como já vem sendo hábito, o Governo não se dignou responder, dentro do prazo, aliás generoso, que a própria FENACHE propôs.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os recentes contactos que mantivemos com variadas organizações cooperativas e associativas permitiram-nos a recolha de elementos, de informações e de opiniões de pessoas das mais variadas tendências políticas que em resumo se podem traduzir deste modo:

A manter-se o actual estado de bloqueamento de pedidos de financiamento, de atraso ou falta de pagamento de autos de medição, de recusa para o lançamento de novos empreendimentos, a habitação social e cooperativa estará comprometida, o descontentamento cresce e o recurso ao clandestino ganha nova dimensão.

Este governo já demonstrou que com esta política de desastre nacional não serve os justos e legítimos anseios e interesses das populações de menores recursos.

Este governo e a AD já demonstraram a sua incapacidade e falta de vontade política para cumprir os próprios compromissos eleitorais.

Este Governo perdeu, de facto, a legitimidade para continuar alojado na área do poder.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Emídio Pinheiro, Pinto Nunes e Gomes Fernandes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Pinheiro.

O Sr. Emídio Pinheiro (CDS): — Sr. Deputado Carrera Marques, como o seu partido já reconheceu,

“ Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes, aquando da discussão nesta Câmara do Orçamento Geral do Estado, reforçou a sua posição no sentido do sector cooperativo. Isso despertou da sua bancada, pela voz do Sr. Deputado Octávio Teixeira, um remoque no sentido de não credibilidade no sector privado.

Eu penso que o Governo tem de dar resposta quer ao sector cooperativo, quer ao sector público, quer ao sector privado, conforme os sectores a que se destina.

Pode não ser um fomentador de cooperativas mas deve dar resposta àquelas que se apresentam com credibilidade.

Gostaria, pois, de pedir ao Sr. Deputado se é capaz de me fornecer alguns dados sobre, por exemplo, qual o custo do metro quadrado de construção apresentado pelas habitações construídas em cada um dos sistemas para o mesmo tipo de acabamento e também, em relação ao prazo das construções, o que é que se tem passado no sector cooperativo.

Agradecia imenso que respondesse a estas perguntas directas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pinto Nunes.

O Sr. Pinto Nunes (PSD): — O Sr. Deputado Carreira Marques referiu contactos com cooperativas de habitação, nomeadamente com a FENACHE.

Devo dizer-lhe que também tivemos desses contactos, que consideramos altamente frutuosos, de sensibilização do problema, tal como aconteceu com a delegação que nos procurou e que foi atendida no seio da Comissão de Obras Públicas e Habitação.

Da troca de impressões havida, nomeadamente sobre as conclusões do congresso que o Sr. Deputado referiu, houve alguns aspectos que não puderam ser respondidos pela delegação e que todos concordámos ser do maior interesse.

Dado que o papel das cooperativas, unanimemente reconhecido como muito contributivo para a resolução do problema da habitação em Portugal, dará ou deve dar lugar a uma solicitação assinalável, dado que, por outro lado, ninguém tem o direito de ignorar as limitações de ordem financeira e até mesmo administrativa a que a apresentação de processos e o seu financiamento se deve subordinar, peço ao Sr. Deputado que me informe se conseguiu — porque, de facto, não o conseguimos ainda — obter algo de constructivo para este debate, nomeadamente para o Governo, quanto a alguns aspectos. Um deles diz respeito aos critérios de atendimento dos pedidos das cooperativas, dado que é de esperar — e basta o que vem sendo referido quanto ao ano de 1981 para o documentar — que as solicitações normalmente ultrapassem bastante as possibilidades de atendimento.

Perguntava-lhe, pois, quais os critérios de atendimento que neste momento estão propostos pelas cooperativas de habitação no sentido de haver, em todo o processo, o mínimo de justiça.

O outro aspecto é o seguinte: é do conhecimento geral que uma cooperativa de habitação, tem, pelo seu lado, carências de financiamento normalmente mais elevadas do que aquelas que qualquer particular ou industrial de construção pode ter, até pela essên-

cia das coisas, e, por outro lado, apresenta-se perante uma entidade financiadora com um poder negocial reduzido, uma vez que é uma entidade difusa em termos de sujeitos.

Ora, foi informado pelas cooperativas se havia qualquer processo da prestação de garantias junto da banca — que também tem as suas regras de funcionamento —, no sentido de se verificar a aceleração de processos que de facto interessa a todos, sem qualquer dúvida, aos próprios interessados na construção, ou sejam, às cooperativas, ao Governo, à banca, etc.?

Gostaria, pois, que me dissesse alguma coisa sobre estes aspectos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes Fernandes.

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — Sr. Deputado Carreira Marques, vou ser muito breve dado que não disponho de muito tempo.

Como V. Ex.^a fez uma referência ao caderno reivindicativo da FENACHE, eu gostaria de lhe perguntar — até no interesse da independência do próprio movimento cooperativo, que deve ser preservada e defendida — se não considera essencial para o futuro da viabilidade e do relançamento do movimento uma resposta inequívoca da parte do Governo relativamente ao contradesafio que a FENACHE lhe fez de aceitar um programa de 30 000 habitações em cinco anos, financiado conforme um esquema que apresentou.

Tratou-se, efectivamente, de um desafio a que as cooperativas responderam e pensamos que o essencial para a viabilização futura do movimento e para a sua vida no futuro é também a resposta do Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carreira Marques.

O Sr. Carreira Marques (PCP): — Sr. Deputado Emídio Pinheiro, o nosso tempo é escasso mas quero dizer-lhe que, apesar de isso não ter aqui sido reconhecido, nomeadamente por entidades governamentais, tanto os custos como os prazos de execução das obras são manifestamente mais baixas quando são promovidas pelas cooperativas ou pelas associações de moradores.

De seguida respondo ao Sr. Deputado Gomes Fernandes dizendo que, de facto, estou de acordo em que o Governo deveria, desde já, declarar a sua abertura para negociar com a FENACHE este autêntico desafio que lhe é proposto: o do lançamento de 30 000 fogos à média de 6000 fogos por ano em cinco anos, que, aliás, segundo me informaram, é uma média que está abaixo das suas potencialidades, já que pode ser alargado para 8000 ou 9000 fogos por ano.

E exactamente porque preservamos a autonomia do movimento cooperativo é que respondo ao Sr. Deputado Pinto Nunes a propósito dos números que me pede, dos critérios que não foi capaz de conseguir da própria FENACHE.

E o que eu respondo vai no sentido de solicitar que o Governo dê resposta ao caderno reivindicativo da FENACHE porque aí esta reivindica ser ouvida em todas as decisões e naturalmente que também nessa.

Quanto à questão de a FENACHE ser uma personalidade difusa dir-lhe-ei que para mim é extremamente confuso e estranho o que o Sr. Deputado afirma dado que a FENACHE é uma Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica perfeitamente legalizada e não é em nada uma personalidade difusa. É uma personalidade jurídica perfeitamente definida no quadro jurídico e constitucional português.

Se porventura a banca tem dificuldades em negociar com uma entidade deste tipo — que, digamos, é um tipo novo — é um problema de adequação, é um problema de adaptação, mas isso não pode, de forma nenhuma, prejudicar os empreendimentos das cooperativas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Pinheiro.

O Sr. Emídio Pinheiro (CDS): — Sr. Deputado Carreira Marques, era apenas para lhe dizer que, infelizmente, o problema da habitação não se resolve com esta interpelação ou com pedidos de ratificação, mas com um trabalho constante.

Assim aguardarei pelos elementos de que V. Ex.^a dispõe e, em qualquer oportunidade, podíamos trocar opiniões sobre o assunto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pinto Nunes.

O Sr. Pinto Nunes (PSD): — Sr. Deputado Carreira Marques, peço-lhe desculpa, porque é culpa minha não me ter feito entender. Eu não quis, de forma nenhuma, diminuir nem a importância nem o valor financeiro da FENACHE. Apenas referi que é reconhecível que o poder negocial de uma cooperativa é mais reduzido do que o de uma entidade que tenha outros valores de garantia. É pois para tentar obviar a esse inconveniente — que é por mim reconhecido — que eu pergunto se há aproximações sobre a criação de qualquer mecanismo que possa simplificar os processos de negociação dos financiamentos, sempre — e sempre — em benefício de uma maior aceleração da utilização das cooperativas como factor de construção de habitações e no sentido de vir ao encontro dos naturais anseios justificadíssimos dos seus sócios. Foi isto que procurei exprimir.

Este é um assunto que nos preocupa e passa pela resolução deste tipo de problema a valorização do contributo que as cooperativas podem dar.

Quanto ao caderno reivindicativo, penso que a sua resposta não se coaduna com o meu pedido de esclarecimento visto que é óbvio que se não puderem ser atendidos os tais 6000 fogos ou mesmo se puderem ser atendidos, fatalmente será necessário fazer intervir critérios para que um estado de insatisfação — que é reconhecido, aliás a título muito justo, nas cooperativas — possa ser ultrapassado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Habitação.

O Sr. Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo (Cardoso de Andrade): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O objectivo do Governo, quanto ao

sector cooperativo, no programa apresentado pelo Sr. Ministro é o da construção de 20 000 fogos em cinco anos. Em trabalhos realizados com o Sr. Secretário de Estado do Fomento Cooperativo, o movimento cooperativo entendeu propor 30 000 fogos no mesmo período. Pensamos que a proposta deve ser articulada no conjunto das modalidades a construir e essas modalidades representam 80 000 fogos de promoção de custos controlados e 20 000 fogos de cooperativas.

Dentro desta articulação entre o sector cooperativo e as restantes modalidades será possível aumentar ligeiramente o acréscimo que tínhamos inicialmente fixado.

No que respeita às cooperativas de habitação económica no Algarve e no Norte — aqui referenciadas por vários Srs. Deputados — elas terão resposta dentro do programa agora anunciado e no quadro das medidas legislativas que já foram esta manhã referidas, nas quais se insere uma linha de financiamento integrado à construção do sector cooperativo e duas linhas de financiamento, uma para a aquisição de habitação pelos sócios das cooperativas no regime de propriedade individual e uma outra no regime de propriedade colectiva.

Ainda no que respeita aos números, e tal como foi referido esta manhã pelo Sr. Deputado Gomes Fernandes, apesar de ter havido uma certa inércia, digamos assim, no início da dinâmica do sector cooperativo, não há dúvida de que neste momento os números apresentados mostram o peso efectivo do sector cooperativo, por um lado, a sua dinâmica, e, por outro — e isso também é inequívoco —, o apoio que o Governo tem dado ao movimento cooperativo.

Vozes do PS: — Olhe que não!

O Orador: — A este propósito referirei que, em relação ao total dos processamentos efectuados, o peso dos processamentos efectuados pelo Fundo de Fomento da Habitação ao sector cooperativo foi em média, em 1974 e 1975, de 4,4 % ...

O Sr. Carreira Marques (PCP): — Quantas cooperativas existiam?!

O Orador: — ...; em 1976, 1977 e 1978 de 10 %; em 1979 de 14,4 %; em 1980 e 1981 de 27,5 %.

Por outro lado, referirei ainda que anualmente, em relação aos fogos iniciados no sector cooperativo, em 1975, se iniciaram 1544 fogos; em 1976, 2335 fogos; em 1976, 1419 fogos; em 1978, 3249 fogos; em 1979, 1156 fogos; em 1980, 6493 fogos; e em 1981, 3639 fogos.

Relativamente ao Sr. Deputado Mário Tomé, como neste momento não se encontra presente, não lhe darei neste momento a resposta ao seu pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carreira Marques.

O Sr. Carreira Marqués (PCP): — Sr. Secretário de Estado da Habitação, mexer em números é muito bom, contudo é preciso ter-se um certo cuidado.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Secretário de Estado também se esqueceu de dizer — o que é fundamental para se perceber números — que em 1975 havia 23 cooperativas constituídas com 10 000 associados; em 1976, 94 cooperativas com 28 000 associados; em 1977, 148 cooperativas com 44 000 associados; e, em 1978, 181 cooperativas com 46 500 associados.

Sr. Secretário de Estado, o que tem a dizer a isto?

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Secretário de Estado, aprenda a fazer contas!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, faremos agora o intervalo regimental.

Está suspensa a sessão.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Após o intervalo, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Oliveira Dias.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, aproveito a ocasião para informar que, segundo consenso na Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, hoje não haverá sessão durante a noite e que acabaremos os nossos trabalhos pelas 20 horas e 30 minutos. Amanhã não haverá período de antes da ordem do dia e a sessão que se realizará da parte da manhã será dedicada às intervenções dos Srs. Deputados que desejarem usar da palavra e que disponham ainda de tempo, e ao encerramento do debate nos termos previstos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Durante os 6 anos de funcionamento normal desta Assembleia, este é o primeiro debate sobre política habitacional aqui realizado. Esperemos que ele se torne vivo, aberto e franco para que dele possa o povo português tirar as suas conclusões.

A nossa contribuição procurará: caracterizar a grave situação actual; exigir uma adequada política de solos; mobilizar o sector de construção civil; apelar para a poupança popular; alertar para certas formas de a crise se agudizar e para formas de a resolvirmos.

As carências habitacionais — alojamentos, equipamentos sociais e infra-estruturas várias — nunca foram até agora rigorosamente determinadas, nem caracterizadas.

Contudo, o que se conhece dos seus aspectos quantitativos, qualitativos e de distribuição regional, apontam claramente para uma situação de extrema gravidade e exigir soluções adequadas.

O apuramento preliminar do censo 81 e os elementos que possuímos sobre rendimentos familiares e custos de construção, permitem-nos afirmar que a política habitacional iniciada pela AD em 1979 é, de um modo geral, mais conservadora do que as de Salazar ou Caetano; é confusa nos instrumentos que

aplica; não se apoia nos agentes mais adequados; não resolve as carências mais gritantes; está cada vez menos ajustada à realidade portuguesa; não serve; tem de ser completamente reformulada.

Esta Assembleia da República devia mesmo reservar para si um papel mais activo na definição da política habitacional, na planificação e programação das grandes acções, na atribuição dos meios e no controle do seu desenvolvimento durante os próximos anos.

Aos normais factores de crise habitacional acrescem hoje outros, alguns dos quais se agravaram depois de 1978: aumento de migração interna de famílias que não encontram no interior do país condições de vida e que, impedidas de emigrar, procuram os centros urbanos e industriais do litoral; um elevado número de famílias regressadas das ex-colónias quando, anteriormente, havia lugar à saída para aqueles territórios; uma alteração sensível na composição familiar de 3,7 indivíduos em 1970 para 3,3 em 1981; um maior surto de construção clandestina de 1975 a 1977, gerado por uma extraordinária fixação junto dos centros urbanos mais desenvolvidos; o envelhecimento do parque, cuja idade média já era em 1970 superior a 60 anos em 40 % das casas; a descida da produção de 42 000 fogos, em 1974, para cerca de 32 000 de média nos anos seguintes, aliada ao facto de haver diminuído, substancialmente, o mercado de fogos para arrendamento que em 1975 representava 45 % da oferta e em 1981 não representa mais de 10 %; a contínua demolição de prédios de habitação para dar lugar a edifícios de serviços e de comércio; um agravamento nos custos de produção; maior dificuldade a partir de 1978 no acesso ao crédito para construção de casa própria e para o financiamento das cooperativas; o renascimento nos últimos dois anos de especulação fundiária; a falta de cumprimento da Lei de Finanças Locais, conjugada com a falta de um diploma de delimitação das acções das Administrações; maiores dificuldades de transportes; e, finalmente, a situação do Fundo de Fomento da Habitação.

Em 1974, as carências foram estimadas em cerca de 530 000 fogos, dos quais 32 000 se destinavam à substituição de fogos degradados e à entrega a famílias sem casa; 100 000 para atender os casos de sublocação; 350 000 para alojamento de famílias vivendo em fogos superlotados; 48 000 para compensar o défice do período de 1970-1974.

A qualidade desse parque podia ser apreciada através dos seguintes indicadores: apenas 36 % dos fogos possuíam rede de água, embora outros 18 % se encontrassem situados a 100 metros da rede pública; apenas 60 % dos fogos possuíam retretes e 33 % tinham instalações de banho; 65 % dos fogos possuíam energia eléctrica; 23 %, cerca de 500 000 fogos não possuíam rede de água, retrete, instalações de banho e energia eléctrica.

Os elementos do censo 81, que já se conhecem, permitem concluir que: em 17 % dos concelhos houve diminuição do parque recenseado em 1970; em 25 % dos concelhos, embora tenha havido aumento do parque, este foi inferior ao aumento do número de famílias no período de 1970-1981; apenas 58 % dos concelhos houve crescimento do parque superior ao do número de famílias; os concelhos de

capital de distrito apresentam, todos eles, aumento do parque, embora em Lisboa, Coimbra, Santarém, Viseu, Évora, Bragança, Portalegre e Beja o acréscimo do número de famílias tenha sido superior ao acréscimo dos alojamentos.

Pelo conhecimento das actuais condições, somos levados a concluir que, apenas no que se refere à cobertura eléctrica, a situação melhorou consideravelmente, pelo que podemos encerrar esta caracterização afirmando que, quer do ponto de vista qualitativo, quer do ponto de vista quantitativo a situação deve ter piorado na maioria dos grandes e médios centros e não deve ter melhorado, substancialmente, nem no interior do país, nem no mundo rural.

Perante esta situação, e tendo a AD adoptado uma política oposta à que vinha sendo seguida pelos governos socialistas, impõe-se que esta Assembleia impeça que o sector seja abandonado à sorte dos mecanismos de mercado.

A política da AD haverá que contrapor uma política planificada em que os meios, os instrumentos e os intervenientes sejam antecipadamente preparados.

Impõe-se, assim, o arranque imediato de um «programa de emergência», fase preparatória de um «plano nacional de habitação», a executar em vários períodos, marcados pela diferença dos objectivos que se lhes venha a fixar.

Quer este «programa», quer este «plano» deverão ser caracterizados por uma maior intervenção directa e indirecta da Administração, sobretudo, da Administração Local.

Nesse período de emergência, que podia ser fixado em 2 ou 3 anos, o PS propõe que se consiga: a antecipada mobilização pelas autarquias locais de solos, nas zonas de normal expansão urbana, necessários ao desenvolvimento dos programas futuros e o lançamento dos respectivos projectos de urbanização, apoiados em esquemas especiais de financiamento; o lançamento de obras de infra-estruturas municipais ou intermunicipais, nomeadamente, das redes de água, de esgotos e de energia eléctrica, apoiadas em linhas de crédito preparadas para o efeito; intensificar a luta contra as «ilhas», os «bairros de lata» e as habitações mais degradadas; reabrir o ataque aos clandestinos existentes e à prevenção de clandestinos futuros, canalizando, para terrenos das autarquias, as energias, as poupanças e as virtualidades destes «promotores»; o estabelecimento de acções de recuperação e de conservação do parque existente, para o que se deveria estabelecer uma linha especial de crédito; o estabelecimento de contratos/programa entre a indústria da construção civil e as indústrias a montante de forma a tirar partido da planificação de uma economia de escala; a produção de componentes, garantindo uma maior estabilidade dos seus preços e um mais fácil escoamento desses produtos; o crescimento da actual produção de fogos de iniciativa pública, cooperativa e privada, para não atrasar a satisfação das maiores necessidades dos diversos estratos populacionais.

O plano nacional de habitação que o PS propõe contraria, assim, com um período experimental, seria apoiado por um adequado «depósito» de terrenos urbanizados e infra-estruturados, seria encorajado pela

solução das situações mais graves e por um melhor aproveitamento do parque existente e nele se procuraria compatibilizar o papel dos promotores privados, públicos e cooperativos e interessar a indústria da construção civil nas acções planificadas de médio prazo, cujas metas seriam perfeitamente definidas e conhecidas.

Da indústria da construção civil, da sua eficácia, da sua modernização, da sua valorização tecnológica, do seu tipo de gestão, depende, em grande parte, o êxito dos programas e a redução dos custos de produção.

A nossa construção civil, apesar das dificuldades com que se debate, garante: apreciável contribuição para o produto, grande peso na formação do capital fixo — da ordem de 60 %, elevado valor acrescentado bruto, gerando apreciável grau de transformação dos factores — cerca de 55 % da produção facturada; grande criação de emprego, utilizando cerca de 25 % da mão-de-obra de todo o sector industrial e de 9 % da população activa total, com elevado efeito multiplicador nas indústrias de montante e de jusante — da ordem dos 2,3; grande cobertura territorial e grande flexibilidade no referente à dimensão empresarial, permitindo grande adaptação às necessidades surgidas; importantes receitas fiscais e parafiscais, quer durante o ciclo de produção, quer no largo tempo de vida útil dos produtos acabados; não compromete a balança de pagamentos, dada a grande incorporação de produtos nacionais, que rondam os 95 % do produto final.

Actualmente, muitas empresas do sector apresentam, como já dissemos, sérias dificuldades, sobretudo devido ao facto de o Governo continuar a considerar o sector como mero regulador de tensões conjunturais, como simples porta de entrada do trabalhador rural no mundo da indústria, sem se preocupar em criar as condições que lhe possibilite desempenhar o papel a que tem direito no conjunto da economia nacional.

O Governo nada tem feito para criar melhores condições às empresas de construção civil.

O sector possui hoje 37 000 unidades empresariais, das quais 92 % possuem menos de 10 trabalhadores (contra 78 % em 1970 e 85 % em 1974); dispõe do apoio de menos de 4000 técnicos, englobados nos seus 225 000 trabalhadores; realizou em 1980 menos de 150 milhões de contos de volume de trabalhos, o que representa cerca de metade do que lhe deveria ser exigido, tomando por base os actuais níveis europeus.

Uma parte considerável das empresas deste sector estão mal estruturadas e financeiramente desequilibradas.

Muitas destas empresas trabalham com margem de segurança muito deficientes, no que se refere a fundo de manejio e a autonomia financeira. No que se refere às fontes de financiamento, pode afirmar-se que a regra é a relativa pequenez dos capitais próprios, insuficientes mesmo para, em muitos casos, cobrir o seu immobilizado corpóreo.

Algumas das empresas debatem-se igualmente com dificuldades no que diz respeito à gestão de uma carteira de obras muito irregular e, no que se refere ao seu aprovisionamento em materiais de construção, nem sempre vêm asseguradas as suas encomendas.

Não existe, nem individualmente, nem a nível de associação, formação adequada de trabalhadoers e de quadros.

Dispenso-me expor, exaustivamente, o que um plano nacional de habitação podia contribuir para modificar esta situação, referindo apenas alguns resultados mais evidentes.

Garantindo às empresas, especialmente às de maior dimensão, o lançamento de programas de trabalho, conhecidos no início de cada quinquénio, podemos proporcionar-lhes condições para o seu racional dimensionamento; preparando um conjunto de incentivos fiscais, cuidadosamente atribuídos, como prémio à eficiência, à inovação, ao cumprimento dos prazos das obras, iremos proporcionar-lhes uma melhoria da sua rentabilidade financeira; garantindo a rationalização e a normalização de métodos e de processos construtivos, iremos proporcionar-lhes uma economia de custos; preparando planos de formação de mão-de-obra especializada e de quadros, iremos proporcionar-lhes uma melhoria de competitividade; estimulando, com adequado apoio bancário, todos os programas de construção — públicos, cooperativos e privados de habitação — de custo controlado, inclusivamente com garantia de compra, iremos proporcionar-lhes novos e mais rentáveis espaços de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Todos estamos conscientes das dificuldades de mobilização do crédito à construção, à aquisição e à manutenção de rendas resolúveis, pedra fundamental de qualquer política de habitação. Todos estamos conscientes das dificuldades dos longos períodos de amortização dos créditos exigidos por novas operações.

Devemos realçar que, sem essas novas operações, o problema habitacional não se resolve em termos de criação de condições compatíveis com os baixos rendimentos dos agregados familiares que desejem beneficiar desse crédito.

Pensamos mesmo que, incentivando novas operações, estaremos a dar um passo decisivo para garantir o êxito das operações de crédito já iniciadas.

Refiro-me à necessidade de criar, a partir da construção civil, condições que possibilitem um crescimento do produto nacional, compatível com o nível que temos de atingir a curto prazo se quisermos ter acesso à Europa da CEE, e gerador da qualidade de vida digna a que os portugueses têm direito, à melhoria das condições de emprego e à baixa das taxas de desemprego e ao acesso a certos bens, dos quais se destaca hoje, aqui, a habitação.

Se este Governo teimar em manter uma política conservadora da construção e da habitação estará a criar as condições que irão anular o crescimento do produto e aumentar o desemprego, terá dificuldade em controlar o défice da balança de pagamentos, até porque irá também dificultar o lançamento das infra-estruturas de atracção turística e provocar o afastamento dos nossos emigrantes, com a consequente diminuição dos nossos activos líquidos em moeda estrangeira.

Um governo não deve remeter-se ao papel de condutor do crédito bancário para a cobertura dos saldos negativos das contas do sector público administrativo. Neste caso tornar-se-ia mesmo difícil a manutenção do baixíssimo nível de construção habitacional a que AD tem vindo a propor desde 1978.

Se conseguirmos criar as condições para a mobilização de poupanças para a habitação e se conseguirmos transformar o sector da construção civil, aumentando a sua produtividade e diminuindo os seus custos de produção, se para além disso mobilizarmos um grande stock de terrenos urbanizados, então poderemos tornar agressivo este sector, criando condições para que, por arrastamento, o produto nacional cresça também atingindo níveis suficientes para garantir a continuidade desta política.

Das condições apontadas será porventura a poupança a mais determinante do êxito deste plano nacional de habitação.

A taxa de poupança dos portugueses, em 1980, acercou-se dos 27,5 %, dos quais cerca de 7,5 % foi gerada pelos emigrantes sendo a contribuição da poupança empresarial insignificante e sendo negativa (-4 %) a poupança pública.

Haverá pois que activar a poupança geral e estabelecer formas especiais para a poupança privada a prazos compatíveis com aplicações desta natureza.

O nível de poupança é suficientemente baixo para permitir justificadas esperanças de melhoria.

A crise habitacional pode ser vencida se conseguirmos o enquadramento da promoção pública com formas de apoio à promoção cooperativa e privada de custo controlado que atinja a maioria da população portuguesa que deseja viver numa casa digna.

Colocada perante um plano nacional de habitação, preparado para si e à sua medida, haverá poupança. O povo está sempre disposto a poupar se essa poupança lhe vier resolver os seus problemas. A questão está, pois, em saber: poupar para quem? Poupar para quê?

A resposta a estas perguntas será diferente de governo para governo, de modelo para modelo.

Necessitamos de mudar de política, devemos mudar de governo para que as respostas satisfaçam à maioria da população portuguesa.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para formular pedidos de esclarecimento, os Srs. Deputados: Luís Coimbra, João Porto, Pinto Nunes, Emídio Pinheiro e Sousa Tavares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Ouvimos com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Eduardo Pereira. Devo dizer que estamos de acordo com a caracterização que fez na sua exposição, concretamente no que se refere ao envelhecimento do nosso parque habitacional. Essa matéria é preocupação de todos e julgo que também do Governo.

Duvido que se prosseguirmos sem uma inversão total nas políticas que foram seguidas anteriormente — e julgo que tal inversão se está a verificar agora — poderemos dizer que dentro de 20 anos existirá alguma zona urbana de consistência histórica, porque todas elas cairão por falta de conservação.

Mas o Sr. Eduardo Pereira, na caracterização que fez e com a qual estou de acordo, falou igualmente numa macrocefalia.

Julgo que não pode ser imputada ao Governo da AD a contínua e progressiva macrocefalização do País.

Julgo que se prosseguisse esta tendência — que não vem de agora nem dos dois últimos anos de Governo da AD, mas que vem já dos anos 40, 50 — no ano 2000, 85 % da população portuguesa estaria concentrada em Lisboa. Isso levaria ao crescimento de bairros da lata, já não digo na periferia, que seria urbanizada, mas uns quilómetros à frente.

Noutro aspecto da caracterização feita pelo Sr. Deputado, houve também um factor fundamental. Julgo que considerou como nefasta a situação de o mercado para arrendamento ter diminuído — até pela crítica que fez à ausência de ordenamento do território que contrarie essa macrocefalia — depois de ter caracterizado numa parte da sua intervenção, mais vincadamente de opção política, a situação difícil que muitas empresas do sector da construção civil atravessam e de ter proposto algumas medidas de política de solos, com as quais penso que, de um modo geral, o Governo concorda.

Gostaria que me dissesse quais são, de facto, as grandes divergências de fundo, em matéria de política habitacional, entre as ideias que propõe o recente Plano Nacional de Habitação, que ainda não tivemos oportunidade de conhecer mas de que o Sr. Deputado falou, e as medidas que o Governo agora apresenta para tentar relançar um sector que é, e continuará a ser, uma das grandes prioridades nacionais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Porto.

O Sr. João Porto (CDS): — Sr. Deputado Eduardo Pereira, não vou indagar sobre as questões concretas que aqui desenvolveu. Limitar-me-ia, para já, a colocar uma questão que se situa mais em procurar entender, pela minha parte, as razões políticas que podem motivar a posição que o Sr. Deputado aqui desenvolveu, não digo em pormenor, no aspecto estratégico geral.

O Sr. Deputado foi Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção. Nunca, então, lhe ouvimos falar nem defender algo a que pudesse chamar-se, com propriedade, um Plano Nacional de Habitação. Estranho, por isso um pouco que, nesta altura, quando o seu partido é oposição, e só nesta altura, o Sr. Deputado venha defender a tese de um Plano Nacional de Habitação procurando propor algumas linhas que poderiam enformar esse Plano.

Será que, na altura em que o Sr. Deputado era Ministro, lhe não convinha estar sujeito a um Plano Nacional de Habitação, que tivesse previamente sido objecto de debate público e ao qual, portanto, tivesse obrigação de se sujeitar, uma vez aprovado?

Ou será que apenas a AD, e não o Partido Socialista, tem a obrigação de formular e de desenvolver um Plano Nacional de Habitação, coisa que «logicamente» o Partido Socialista não estaria obrigado?

Gostaria que me desse uma razão suficientemente clara para entender o contexto em que a sua intervenção foi formulada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pinto Nunes.

O Sr. Pinto Nunes (PSD): — Sr. Deputado Eduardo Pereira, a sua intervenção pareceu-me de tal modo

identificada com as posições aqui apresentadas pelo Governo, que julgo que os ataques que lhe dirigiu pretendiam ser apenas um distanciamento — afinal bem pequeno — só porque V. Ex.^a é deputado do Partido Socialista.

Gostaria de abordar dois aspectos. Um, relativamente ao Plano Nacional de Habitação. Como V. Ex.^a muito bem sabe, nomeadamente por já ter tido responsabilidade de Governo, esse Plano não resolve tudo se não tiver em atenção as condicionantes, em termos minimamente realistas.

Pensa o Sr. Deputado que as condicionantes que o Governo invoca, nomeadamente o volume de crédito anual, em termos de economia nacional, e a sua distribuição pelos diversos sectores de investimento, não seriam condicionantes, da mesma ordem de grandeza, para um Governo socialista?

V. Ex.^a ao falar no Plano Nacional de Habitação e nos elementos que deveriam contribuir para incrementar a produção de habitações, não referiu os seguintes aspectos: o problema da retenção de casas com rendas baixas — problema que foi referido aqui quando se discutiu o OGE — que se estima respeitar a 10 000 habitações cujos proprietários, tendo adquirido habitação própria, não largam porque o custo dessas casas é perfeitamente suportável e porque talvez tenham esperança — graças ao sistema de congelamento das rendas, ainda em vigor — de obter indemnizações ou de negociar a sua saída.

Refiro isto porque, dentro da penúria terrível que nos afecta, esta potencialidade de 10 000 habitações não pode ser, de forma nenhuma, negligenciada.

Pergunto-lhe concretamente se, de facto, considera que este aspecto merece ser tratado convenientemente.

Por outro lado, V. Ex.^a não referiu um outro aspecto que também me parece ser importante, que é o da autoconstrução. Pelo menos num concelho que eu conheço bem, que é o da minha residência, o concelho de Almada, estimam-se em 10 000 as habitações clandestinas existentes. Presumo que a maioria delas terá sido construída não com base em financiamento bancário, mas graças ao esforço de pessoas que, para além de todo o problema da construção clandestina, se aplicaram em edificar alguma coisa que é seu. E a minha pergunta é esta: pensa também V. Ex.^a que a dinamização da autoconstrução será um bom contributo em Portugal?

Ainda um terceiro aspecto. Tem-se falado muito na desertificação do interior do País, que tem efeitos cumulativamente negativos: o de reduzir as possibilidades de desenvolvimento dessas zonas — deixando em vazio, casas de alguma forma aproveitáveis, conheço muitos casos desses — contribuir para que pessoas que legitimamente procuram melhor nível de vida, venham sobrecarregar as zonas do litoral mais densamente povoadas, como são Lisboa e Porto, instalando-se de qualquer maneira, muitas vezes de forma pouco dignificante, como não aceitariam fazer na sua terra. Sociologicamente isto é um facto comprovado e parece que também não vale a pena discuti-lo. Sobre esse ponto perguntarei: não pensa V. Ex.^a que uma parte não negligenciável da resolução do problema da habitação deverá passar pela instalação da indústria ligeira, muitas vezes bastante ligeira, nas terras do interior, em condições socialmente minimamente aceitáveis, para reter famílias que de outra

forma virão contribuir para agravar o tal problema da habitação, existente em zonas como as da Grande Lisboa e Grande Porto?

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — É uma questão a pôr ao Sr. Ministro da Indústria.

O Orador: — Com certeza. Mas agora ponho a questão ao Sr. Deputado Eduardo Pereira, porque se esqueceu de referir este aspecto quando falou no Plano Nacional de Habitação.

Finalmente, sobre as empresas de construção civil, o Sr. Deputado descreveu uma situação de debilidade financeira com a qual estou de acordo — não sei é generalizar — até por contacto decorrente de formação profissional, que é apreciar contas de empresas. No entanto, a situação que descreveu não foi aqui referida com a generalidade suficiente.

Assim, coloco-lhe a seguinte questão: pensa o Sr. Deputado, que a situação de debilidade financeira, diagnosticada por V. Ex.^a, é absolutamente generalizada? Se o é, não lhe parece ser incompatível com a figuração de grandes exploradores que outras forças políticas assacam, exactamente, às empresas de construção civil?

Gostava de saber a sua opinião.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Pinheiro.

O Sr. Emídio Pinheiro (CDS): — Sr. Deputado Eduardo Pereira, não fora o conhecimento pessoal que tenho de V. Ex.^a, teria ficado extremamente desiludido com a sua intervenção. Tive ocasião de acompanhar V. Ex.^a, enquanto Membro do Governo, e não sou eu que negarei — para além de coisas com que não concordei — actuações perfeitamente conjunturais que V. Ex.^a praticou.

Não me lembro de nenhuma alteração estrutural. Não sei se V. Ex.^a teve tempo de as fazer, mas também nunca vi grande intenção nesse sentido. Mais uma vez aqui trouxe dados de todos conhecidos, não digo num diagnóstico perfeito, um conjunto de dados que devem ser realidade, e não me apercebi haver da sua parte nenhuma terapêutica objectiva, isto é, nenhuma alternativa àquilo que aqui foi posto com um mínimo de consistência.

Não posso deixar de me sentir, de alguma maneira, grato pela defesa que o Sr. Deputado fez da iniciativa privada, no contexto da construção civil. Posso dizer-lhe que, nesse sector, perfilho perfeitamente as suas palavras e, ainda mais, o modo como o fez.

Assumindo a pergunta de fundo, que não repito, do meu colega João Porto, gostaria só de fazer uma pergunta de situação. A construção clandestina teria tido auge até ao tempo em que V. Ex.^a foi Ministro e depois diminuiu, ou a situação foi inversa?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Sr. Deputado Eduardo Pereira, por estranho que pareça, quero unicamente pedir-lhe um esclarecimento. Na sua intervenção referiu-se à possibilidade de instituição de contratos de crédito entre a indústria de construção e as indústrias a montante.

Para minha ilustração pessoal, e porque isto vem ao encontro de certas coisas que penso, pedia-lhe que me explicasse melhor o que isso quer dizer.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eduardo Pereira. No entanto, refiro que só dispõe de 2 minutos.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Presidente, comecei a minha intervenção por dizer que na verdade este é o primeiro debate sobre habitação feito nesta Casa, e não só depois do 25 de Abril. Como durante os 50 anos anteriores não se debatia nada aqui, não se deve ter debatido também o problema da habitação.

Peço à Mesa que não seja rígida na contagem de tempo para me dar a oportunidade de encerrar algumas das questões, que penso serem de muito interesse.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente? É só para dizer que o PSD pode ceder tempo ao Sr. Deputado Eduardo Pereira, no caso de ser necessário, para completar a sua resposta.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado Eduardo Pereira.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Começaria por responder ao Sr. Deputado João Porto, sobre uma questão que me parece enquadrar parte dos problemas. Lamento que o Sr. Deputado João Porto, tendo sido Ministro da Habitação, não tenha procurado nos arquivos do Ministério o Programa de Habitação publicado em Março de 1976, que contém os seguintes pontos: caracterização do problema habitacional; acção legislativa; programas de acção estatal e apoio à indústria da construção civil. No n.º 5 diz: bases para o estabelecimento de uma política habitacional; opções de base na política; os planos regionais; a política de solos; os investimentos. Está aqui tudo. Para descanso do Sr. Deputado, que certamente não as pônsa ler, refiro que são 124 páginas.

O Sr. João Porto (CDS): — Dá-me licença?

O Orador: — Faça favor, desde que não conte no meu tempo.

O Sr. João Porto (CDS): — Agradeço a oportunidade que me dá de o interromper. Efectivamente, eu referi-me à designação Plano Nacional de Habitação. É lógico que conheço os programas dos governos que precederam o meu, pelo menos nas suas linhas fundamentais, simplesmente insisto na questão que coloquei.

Vejo que afinal há uma conjugação, ou pelo menos uma sobreposição, de conceitos e então se até agora se utilizava a expressão política de habitação, porque se pretende utilizar a expressão Plano Nacional de Habitação?

Não tenho dúvidas que precisamos de uma política de habitação. Precisaremos também, com certeza, de um plano de desenvolvimento habitacional do Estado mas talvez não precisemos, a não ser numa óptica socialista, de um Plano Nacional de Habitação. Porque, tal como o Sr. Ministro da Habitação, Obras

Públicas e Transportes aqui expressou, também estou convicto que o cerne da resolução do problema da habitação não pode estar exclusivamente contido na iniciativa pública. Assim, a iniciativa privada tem de ter um papel fundamental, sem prejuízo, é evidente, das responsabilidades que cabem ao Estado, e por conseguinte à promoção pública, sobretudo no campo da satisfação das necessidades das famílias mais carenciadas.

Por conseguinte Sr. Deputado, agradecendo a sua gentileza em ter permitido interrompê-lo, insisto que a questão que coloquei não se levanta à volta de uma política de habitação — porque nunca neguei que o seu Governo a tivesse mas também nunca disse que a tinha — mas à volta do Plano Nacional de Habitação, que ouvi da sua boca pela primeira vez.

O Orador: — Penso que poderia, resumir a resposta a esta primeira parte, explicando talvez tudo, incluindo o Plano Nacional de Habitação, dizendo o seguinte: esta ideia das iniciativas pública e privada é um chavão que a AD exibe com muita frequência, sobretudo quando se trata de construção. Toda a iniciativa de construção neste país é privada. O Sr. Deputado sabe que não merece a pena acenar com «públicos e privados». É sempre iniciativa pública, no sentido de que não é a poupança dos empresários que move empresas, mas sim o recurso à Banca Nacionalizada. E podia ter sido feito por essas empresas ou por empresas estatais. Não nego o sistema que existe mas só me pode falar das vantagens do outro, quando for feito com a poupança das próprias empresas.

Respondo agora ao Sr. Deputado Luís Coimbra, que disse haver uma certa semelhança entre a minha intervenção e as medidas apontadas pelo Governo. Para mim, o problema fundamental está na parte final: para quem é o Plano Nacional de Habitação? Para quem se vai construir? Não discuto que o Governo tenha uma linha de crédito da Caixa Geral de Depósitos e que bonifique a habitação. Faço é a seguinte pergunta: a quem bonifica, para quem bonifica, e com que sentido o faz.

Os créditos são utilizados para beneficiar as famílias que não têm acesso à habitação, ou para financiar empresas, de molde a obterem um certo trabalho? É o destino desse crédito, que não faz acorrer a poupança. O Sr. Deputado Luís Coimbra não pode pedir que se poupe para se emprestar às empresas, o que tem de pedir é que se poupe para ter acesso à própria casa, quando a poupança atingir um determinado nível.

Portanto, o sistema pode ser no mesmo banco, na mesma rua, com os mesmos administradores, mas o porquê e o para quem são totalmente distintos, e é isso que faz a diferença.

Suponho que parte desta resposta serve ao Sr. Deputado Pinto Nunes. O Sr. Deputado falou-me no enquadramento do futuro e nas rendas. Não quero deixar de responder à questão das rendas, até porque no Plano Nacional de Habitação — que o Sr. Deputado João Porto não conhecia — já em 1976, eu escrevi que esse problema tem de ter um tratamento especial.

O problema não está em saber se as rendas devem aumentar ou não. O problema está em saber quem paga esse aumento.

O Sr. Emídio Pinheiro (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O senhor que recebe uma renda de 200 escudos tem todo o direito a ter um aumento nessa renda. O que é preciso é saber se o agregado familiar que vive nessa casa, suporta esse aumento. E se não suportar esse aumento o Estado tem de ajudar, como ajuda nos medicamentos e noutras situações. A renda pode aumentar, mas não à custa dos inquilinos que não a podem suportar.

Aplausos do PS e da UEDS.

O Sr. Emídio Pinheiro (CDS): — Muito bem!

O Sr. Pinto Nunes (PSD): — Dá-me licença, Sr. Deputado? Permite-me só uma correcção.

Não falei do problema das rendas, mas antes da seguinte consequência: ao abrigo de uma legislação que o permitiu, há 10 000 habitações arrendadas mas que estão efectivamente disponíveis — e eu conheço alguns casos —, com prejuízo da sua utilização correcta. O problema das rendas, neste aspecto, é acessório. Há é um caso concreto que não pode ser ignorado, e que eu considero ter dimensão suficiente para ser trazido à colação, no seu Plano Nacional de Habitação.

O Orador: — Sr. Deputado, não me vou debruçar, por falta de tempo, em problemas que dependem mais de uma orientação dos serviços do que propriamente de uma filosofia. O que não posso perceber é o facto de se pretender que a iniciativa privada faça habitações que possam ser suportadas pelas classes mais desfavorecidas deste país, quando todos nós sabemos que apenas o custo da habitação já não é suportado nem pelas famílias médias. É o Estado que as tem de fazer. E nesta parte a iniciativa pública sobrepuja-se à privada — e tem de se sobrepor — porque a iniciativa privada nem sequer lá pode chegar. Isso é fundamental.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — É óbvio.

O Orador: — Em relação à construção clandestina, pôs o problema da dinamização da autoconstrução com a qual estou de acordo. Não estou de acordo é que se pense que a autoconstrução é a solução para quem sai de casa às 7 horas da manhã e regressa às 11 da noite, porque passa 4 horas nos transportes.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — A autoconstrução é um problema de Trás-os-Montes — onde os senhores nunca o fizeram —, e não é um problema de Lisboa, onde o Fundo de Fomento da Habitação tem de fazer casas.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Falou-me também da macrocefalia do litoral. Não considero que ainda exista uma macro-

cefalia no litoral. O litoral português está a fazer uma certa diferença do mundo rural, mas são diferenças aos níveis mais baixos, não são ainda as diferenças que vemos nos países desenvolvidos.

Falou-me da indústria ligeira nas terras do interior. Não percebo, também, como um governo que põe nas suas prioridades a habitação, como problema principal, depois não faz nada. Põe também nessas prioridades a agricultura e não quer compreender que quando temos 30 000 trabalhadores rurais que têm de passar a 14 000, esses 14 000 só podem trabalhar num sítio: na construção civil, porque nenhum outro sector tem capacidade para o fazer. E se não desenvolvemos a indústria da construção civil, estamos a fechar as portas ao desenvolvimento da agricultura portuguesa.

A Sr. Deputado Emídio Pinheiro ficou desiludido. Essa referência, vinda do Sr. Deputado, é uma lástima, vinda da bancada do CDS é um elogio.

Diz que enquanto estive no Governo não se alinhava nada no ponto de vista estrutural. 1976 não era 1981 e 1975 não era 1980. De qualquer forma, refiro que nesse período foram feitos os princípios da regionalização, os Serviços Municipais de Habitação, a política da reparação em vez do fogo novo — porque estamos virados para o fogo novo e temos que nos debruçar para os solos e para as reparações dos fogos existentes — e os Departamentos de Apoio à Construção Civil. A Lei de Solos e o Código de Expropriações, que me parecem peças importantes, não são conjunturais, como o Sr. Deputado Emídio Pinheiro referiu mas são do meu Ministério.

O Sr. Cal Brandão (PS): — Muito bem!

O Orador: — Pergunta quando foi o auge da construção clandestina. Foi em 1974 e 1975, mas as razões são fáceis de ver. Só depois da «panela destapada», os vigarizados de antes de 25 de Abril tiveram coragem para começar a fazer as suas construções. Mas eu posso ler-lhe o preâmbulo da Lei n.º 278 de 1971, que é o primeiro ataque ao problema da construção clandestina. É um decreto-lei de Marcelo Caetano, quando a construção clandestina tinha um incremento muito grande, mormente na península de Setúbal.

O Sr. Deputado Sousa Tavares fala de contratos de crédito da indústria de construção civil. Penso que esta planificação, que o Sr. Deputado Emídio Pinheiro não quis aceitar, é fundamental para se resolver o problema da construção civil. O Plano pode não ter em si, nada de inovador, mas seria importante que, por exemplo, uma Assembleia da República obrigasse a inscrever todos os anos percentagens do Orçamento para a habitação e em que se previse um plano de construção a 5 anos para que os empreiteiros, serviços do Estado, fornecedores e empresas a jusante, pudessem saber o volume de trabalhos com que contavam, para se disciplinarem.

Penso que se deveriam fazer contratos-programa entre empresas de construção civil, não só com as empresas a montante, mas com algumas empresas a jusante, com a intervenção dos serviços competentes do Ministério da Habitação, de modo a garantir que determinado volume de encomendas fosse repartido por determinado volume de trabalho.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Porto.

O Sr. João Porto (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As poucas palavras que quero pronunciar, dizem ainda respeito ao curto diálogo que há pouco tive a honra de travar com o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

O Sr. Deputado Eduardo Pereira insiste em que eu desconhecia o seu plano mas, como não estou a fazer exame, dispenso-me de contra-argumentar.

Em todo o caso, deixo registado que o Sr. Deputado se refere a um programa a que agora chama plano. Parece que, para si, programa e plano são uma e a mesma coisa, o que, manifestamente, ponho em causa.

Aquilo que foi sempre o programa, de repente convém que seja plano!

Mas a razão fundamental desta minha nova tomada de palavra não está no que acabo de referir, está sim em lhe fazer mais um elogio, a juntar àquele que o meu colega Emídio Pinheiro lhe fez, já que assim interpreta as referências deste teor que dimanam da bancada do CDS, porque também eu tenho de me reconhecer desiludido com a circunstância de o Sr. Deputado confundir iniciativa com execução e com financiamento.

Dizer, como julgo ter entendido, que toda a construção é de iniciativa privada porque é executada por empresas privadas de construção e que, noutro sentido, também se pode entender que toda a construção é de iniciativa pública porque é financiada por instituições de crédito nacionalizadas, deixa-me realmente bastante confundido, Sr. Deputado.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Deputado João Porto, não vamos discutir gramática! O Sr. Deputado está a confundir construção com promoção! A construção é privada, a promoção é que pode não ser.

O Orador: — Sr. Deputado Eduardo Pereira, falei apenas em promoção pública e em promoção privada, fiz algumas afirmações de valor sobre uma e outra e o Sr. Deputado, se bem me recordo, invocou que nós desta bancada tínhamos muito a mania de referir a promoção privada e a promoção pública e depois baralhou tudo bastante bem.

Realmente eu fiquei bastante desiludido com a falta de rigor da sua terminologia porque para nós, e julgo que correctamente, a palavra promoção tem um significado bem concreto e eu espero que o Sr. Deputado não pretenda inovar também em matéria de terminologia. Mas, enfim, fica ao seu critério.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Deputado João Porto, a sua bancada não me pode dar 30 segundos para responder à sua pergunta?

O Sr. João Porto (CDS): — Pode, com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Deputado João Porto, gostava de lhe fazer uma pergunta que é a seguinte: há uma empresa — não a classifiquemos agora, classifiquemo-la no fim do raciocínio — que nem é pública nem é privada, é apenas uma empresa, que se organiza e recorre à banca nacionalizada e é da banca nacionalizada, ao fim e ao cabo com o dinheiro de todos nós, ...

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — É?!

O Orador: — Bem, eu tenho lá pouco, o Sr. Deputado não sei! Digo o dinheiro de nós todos em sentido figurado.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Tem mais na Suíça!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Eu não recebo nem rublos nem dólares!

O Orador: — A banca nacionalizada empresta dinheiro a essa empresa para comprar materiais, para salários, para fundo de manéjo e para pagar a subempreiteiros. Pergunto: esta empresa é pública ou privada? Eu não sei e pretendo ser esclarecido.

O Sr. João Porto (ODS): — Sr. Deputado Eduardo Pereira, o Sr. Deputado é engenheiro civil e eu também sou mas tenho muito respeito pelo Direito e pelos conceitos jurídicos.

Embora não me possa considerar particularmente à vontade a dissertar sobre este campo, creio que nada disso que o Sr. Deputado invocou altera a situação jurídica de uma entidade pública ou de uma entidade privada. Uma empresa privada que, por hipótese, trabalha com capitais públicos — ficticiamente porque os capitais da constituição terão de ser necessariamente privados, pelo menos na maioria —, mas supondo que tudo era emprestado, mesmo que assim fosse, não deixaria de ser privada, arriscando-se como tal porque contraiu contratos com entidades públicas e o risco seria todo dela. Creio que para entender isto não é necessário ser-se jurista.

De resto, estou a ver que os seus camaradas da FRS, mais concretamente da ASDI, ilustres juristas, vão abanando a cabeça dizendo que sim. Mas isto é para o atrapalhar!

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Deputado João Porto ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Eduardo Pereira, desculpe-me mas antes de falar é preciso pedir a palavra e saber se tem tempo para o fazer.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Presidente, vou usar os mesmos segundos que o CDS me concedeu.

O Sr. Presidente: — Os mesmos não, vai usar outros!

Risos.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Presidente, serei muito breve. Bastam-me 5 segundos.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Deputado João Porto, como não percebo nada de Direito ...

Vozes do CDS: — Vê-se, vê-se! ...

O Orador: — ..., nesta minha ignorância de engenheiro estava a pensar que essas empresas eram agentes privados de uma promoção pública. Peço desculpa, Sr. Deputado.

O Sr. João Porto (CDS): — Enganou-se, Sr. Deputado, e foi ministro!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Vou ser muito breve, não por falta de tempo para intervir mas por falta de tempo pessoal pois terei de me retirar daqui a pouco.

No entanto, quero fazer uma série de considerações sobre este assunto que me parecem oportunas e, embora não representem uma intervenção de fundo propriamente dita, são matérias de reflexão para todos os partidos atendendo a que, como disse o Sr. Deputado Eduardo Pereira, é a primeira vez que se tenta fazer um debate sobre habitação. Digo tenta porque, no fundo, não se realizou ainda um verdadeiro debate sobre a habitação e seus problemas.

Penso que há uma série de problemas pontuais que qualquer governo pode ir resolvendo e há um problema de fundo, que é um problema geral que diz respeito à carência nacional de habitação. E um problema terrível pois não pode ser resolvido por nenhum governo, só pode ser resolvido por esforço continuado dos variados governos que se vão sucedendo durante um período de tempo bastante largo.

Quero eu dizer que me parece profundamente falsa qualquer discussão deste problema, baseada na acusação política de que este governo fez isto, aquele não fez, este faz, aquele não faz, a culpa é dos governos socialistas, é dos governos AD, é dos governos de 75 ou mesmo dos governos presidenciais.

Digamos que a culpa é nacional, é de nós todos. A culpa é, se quisermos, o termos tido uma situação durante 48 anos que não tratou de nenhuma política de equipamento sociais e, portanto, não cuidou de fazer uma política de habitação. E depois da Revolução, a culpa é da descoordenação de políticas, que muitas vezes se têm contradito até mesmo dentro do mesmo leque político.

É evidente que os vários ministros socialistas não tiveram a mesma política. Mas os Ministros das Obras Públicas anteriores aos do PS também não tiveram a mesma política assim como os ministros que vieram depois, sob égide presidencial, também não a tiveram e até dentro dos governos AD não se pode dizer que haja uma semelhança absoluta de políticas nesta matéria.

Portanto, tem havido uma variabilidade de políticas, uma diversidade de critérios de opção sobre a resolução de problemas que, inclusivamente, tem obstado e adiado a resolução do problema.

É nesse sentido — e começando por onde queria acabar mas, como estou a improvisar, fui arrastado para o fim — que eu entendo que será profundamente útil para Portugal, para todos nós, para a

resolução das carências do povo português — e esta carência da habitação é a mais trágica carência de que o povo português sofre hoje em dia — que se procure, de facto, erguer, construir com a colaboração de todos, um plano nacional de habitação ou uma política nacional de habitação, como lhe queiram chamar.

O PSD estará profundamente aberto a essa ideia e para a execução desse plano pedir-se-ia inclusivamente, o concurso de representantes de todos os partidos para que as linhas fundamentais de uma política de habitação possam ser estabelecidas no sentido de essa política poder ser continuada — evidentemente com determinada margem de opções que constituem a opção política de cada governo — no sentido de ela poder prosseguir e não se estar permanentemente numa oscilação proveniente de ora se optar pela política de compra de casas, ora se optar pelo relançamento do arrendamento e depois se optar por uma política de solos que se põe de parte para se optar por uma política de abandono ao mercado ou por uma política de planificação através do Governo.

Esta definição da política de habitação abarcaria todos os factores que vão desde a política de solos à política de crédito, à política de rendas, à solução do gravíssimo caso de arrendamento urbano. Problemas que, nas suas linhas fundamentais, pudessem ser equacionados e que constituíssem linhas das quais nenhum governo se pudesse desviar na sua política de habitação.

Assim, este plano seria uma lei base da habitação que seria votada e discutida nesta Assembleia da República, por exemplo, e cujo prosseguimento continuaria a reunir o concurso de delegados de todos os partidos.

Penso que esta seria uma ideia altamente construtiva porque, como dizia no outro dia um deputado do PCP, altamente representativo e que, aliás, neste momento está presente, este problema é um pouco o da casa onde todos ralham e ninguém tem razão porque é um problema que só se resolve com dinheiro e com uma política continuada, com ideias continuadas e com uma administração correcta das disponibilidades nacionais, em dinheiro, que existam para o prosseguimento dessa política.

Por isso, penso que seria um concurso extraordinariamente útil — que sairia desta interpelação ao Governo feita pelo PCP — a ideia de construirmos um plano nacional de habitação em que todos os partidos pudessem colaborar e concorrer com o seu *apport* de ideias ou com o seu *apport* técnico, no sentido de podermos realmente planificar para 10 anos, por exemplo, a solução do gravíssimo problema da habitação, que aflige o povo português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Penso que isto é fundamental.

Além disso, quero recordar pequenos problemas pontuais que não vi até aqui nenhum governo atender realmente — alguns até já foram suscitados por deputados que falaram antes de mim — e que me parece que deviam merecer uma maior atenção, pois podiam inclusivamente oferecer um campo para intervenção imediata ao Governo.

Um deles diz respeito conjuntamente a situações imorais, que existem, de rendas antiquíssimas de casas ocupadas por inquilinos a que poderei chamar, numa simplicidade de linguagem, ricos. Ou seja, há pessoas com altas disponibilidades financeiras, que inclusivamente são proprietários de outros prédios, que têm rendimentos vultuosos e que continuam a pagar rendas antiquíssimas, perfeitamente ridículas, que são quase uma ofensa ao senso comum.

Penso que, hoje em dia, começamos a dispor de elementos — através dos computadores, através da política fiscal e do número fiscal atribuído a cada habitante — para dentro de algum tempo podermos, com relativa segurança, saber as disponibilidades financeiras de cada cidadão português, ou da maior parte dos cidadãos portugueses, através do fisco. Não saberemos com rigor porque haverá sempre uma grande fuga mas saberemos com alguma aproximação.

Portanto, em breve poder-se-á começar a resolver o problema da eliminação das rendas desactualizadas através do conhecimento das possibilidades daqueles que podem pagar, que podem sofrer uma actualização de renda.

Aliás, isto está de acordo com o princípio há pouco formulado pelo PSD de que o problema não é pagar mais — e é evidente que os senhores têm direito a receber rendas diferentes das que estão a receber — mas sim saber se as pessoas que estão nas casas podem ou não pagar rendas actualizadas e se, com uma actualização de rendas, nós não poderemos provocar uma extraordinária convulsão social com aspectos que, inclusivamente, não poderemos dominar. Uma coisa é uma situação que é má mas que está estabilizada ou equilibrada, dentro do péssimo que existe, e outra é a criação de milhares ou de centenas de milhares de situações, completamente insolúveis, para as quais não temos resposta porque ela não existe enquanto existir a alta carência de fogos que temos actualmente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A única resposta às rendas antiquadas, é a abundância de fogos. Enquanto existir uma alta carência de fogos, não podemos ter uma resposta completa para levar a cabo uma política de actualização de rendas.

Evidentemente que isto não quer dizer que não possam existir determinados princípios gerais que desde hoje possam ser aplicados a algumas rendas.

Na cidade de Lisboa há casas com 10, 15 e 20 assolhadas, com rendas inferiores a 500 escudos. Conheço casas cujo montante da renda não chega sequer a uma centena de escudos e cujo inquilino usufrui mais de 40 ou 50 contos por mês.

Ora, aí é que começa o crime moral e é o prolongamento dessas situações que nós não podemos, de maneira nenhuma, continuar a admitir.

Não podemos generalizar um princípio de actualização de todas as rendas antiquadas que existem, sem provocar uma tremenda convulsão social.

Portanto, nós e o Governo temos que encontrar o ponto de equilíbrio entre a disposição e a lei, que tem que ser genérica, e simultaneamente a reparação imediata de casos de ofensa ao senso comum sem perturbar as relações sociais.

Este é um problema concreto que creio que devia merecer a atenção de qualquer Governo que ocupe o poder.

Mas, simultaneamente, há uma intervenção que penso que o Estado deveria fazer desde já nos casos vulgarmente chamados, em linguagem popular, de subaluguer e de hospedagem.

Há três ou quatro anos tive ocasião de, através do jornal que dirijo, fazer um inquérito a alguns casos de hospedagem em Lisboa. Verifiquei, por exemplo, que havia nessa altura um pensão na Avenida da Liberdade cujo dono pagava de renda mil escudos para habitação particular e usufruía mais de 90 contos por mês, chegando uma senhora que vivia no corredor a pagar 3 contos por mês para aí poder viver.

Não sei qual o instrumento jurídico de que o Estado se poderia servir para pôr cobro a esta situação mas a existência desses lucros, à custa da miséria alheia, é uma coisa que me revolta.

Situações como esta não se podem prolongar indefinidamente, e elas existem. Há centenas, sobretudo nas cidades de Lisboa e do Porto. Parece-me que é tempo e é absolutamente necessária uma intervenção enérgica nestes casos ou pela cessação do contrato de arrendamento ou até pela figura jurídica, a criar de nacionalização do contrato de arrendamento por parte do Estado. É necessário qualquer coisa, neste género, que impeça que situações destas se prolonguem porque elas são situações de ofensa profunda à honra de todos nós como políticos e até como cidadãos.

Há ainda dois casos pontuais, que já foram aqui referidos em grande parte pelo Sr. Deputado Magalhães Mota, a que gostaria de não deixar de fazer referência.

Não me esqueço das intervenções que fiz, política de habitação, quer na apresentação do programa dos reformadores, há dois anos, quer mais tarde numa discussão sobre o problema da habitação e gostaria que não modifiquesse uma só linha do meu pensamento, de há dois anos para cá.

Penso que a política de habitação começa nos solos e acaba nas rendas e que é na política dos terrenos que teremos que começar não só o saneamento das condições de habitação e a possibilidade de construção em grande escala, como também o saneamento económico das empresas a que se referiu o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

Uma das dificuldades das empresas de construção é muitas vezes a de encontrarem terrenos acessíveis, disponíveis para construir.

A especulação sobre terrenos continua a fazer-se em larga escala, como se fazia antes da revolução.

Conheço um proprietário de terrenos imobilizados à roda da cidade de Lisboa — que até pertence a uma associação de espírito corporativo de empreendimentos urbanísticos — que detém à vontade um capital que, aos valores actuais, é de cerca de um milhão de contos em terrenos que estão imobilizados porque ele não precisa de dinheiro e eles estão a valorizar-se em cada dia que passa.

Há dezenas ou mesmo centenas de situações como esta. Temos que adoptar uma política de solos enérgica e só uma municipalização dos terrenos urbanizáveis, depois de definida essa possibilidade de urba-

nização e realizados os planos de urbanização, é que nos pode dar a chave inicial da solução do problema da habitação.

Mas, para isso como para muitas outras coisas, penso que é necessário que se faça o ordenamento do território, que não está feito. É fundamental para a definição de uma política de habitação, para a definição de uma política agrícola, para a definição de variadíssimas políticas a realizar neste país, que exista uma lei de ordenamento dos solos, que exista uma classificação dos solos nacionais, que não permita a urbanização de terrenos de cultura de primeira qualidade, com tem sido feito barbaramente não só pela invasão das construções clandestinas como até por planos de urbanização aprovados pelas municipalidades.

Ora, as municipalidades não têm ainda nem lhes compete fazer o ordenamento do território.

Esse ordenamento do território e essa classificação dos solos devem ser feitos pelo Ministério da Qualidade de Vida. Aguardamos com a maior ansiedade que o Ministério da Qualidade de Vida cumpra as suas promessas com a maior urgência ...

Risos do PCP.

... e que realize esse ordenamento do território sem o qual não poderá existir uma verdadeira política de urbanização.

Finalmente, queria referir-me à necessidade de desbravar a selva em que se movem os planos de urbanização.

Um plano de urbanização nas grandes cidades, sobretudo em Lisboa e Porto, continua a passar um martírio de 4, 5 ou 6 anos até ser aprovado. Ultimamente isto tem sido relativamente melhorado e tenho que prestar essa justiça ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que tem procurado acelerar esses processos mas que luta contra uma câmara anquilosada de há 200 anos — suponho que desde Manuel da Maia — que criou determinados hábitos de trabalho, que criou tais montanhas de dificuldades à aprovação de qualquer plano de urbanização, que não sei se são formas de dificuldade se são fontes organizadas de rendimento.

Mas o que é certo é que nenhum plano de urbanização, nas cidades de Lisboa e Porto, está apto para a construção em menos de 4, 5, 6 e às vezes mais anos.

Ora, não é possível uma mobilização da construção civil, não é possível um saneamento geral da construção, sem que esse problema básico da urbanização em grande escala seja resolvido.

É também fundamental que existam em abundância e sempre disponíveis terrenos, para leilões ou para qualquer outra forma por que seja resolvido atribuir os terrenos aos empreiteiros, para construção civil pois sem isso penso que não há nada a fazer de sério em política de habitação.

Estes eram alguns dos pontos que queria recordar — embora um pouco descosidos pois, como disse, não preparei uma intervenção de fundo — porque penso que são problemas essenciais que dizem respeito não só ao Ministro que aqui está presente mas, como eu uma vez escrevi e disse, a um conjunto de praticamente sete Ministérios e sem essa acção, sem esse

trabalho colectivo de sete Ministérios, não me parece possível a definição total de uma política de habitação.

Nós estamos abertos a uma discussão de todos estes problemas, a uma colaboração fecunda na elaboração de um plano nacional de habitação. Compreendemos perfeitamente e assimilámos tudo o que o Governo disse — foi candente e profundamente pensado e temos que agradecer isso ao Sr. Ministro — sobre o crédito e sobre as possibilidades de desenvolvimento do crédito para habitação. Mas penso que todo este conjunto de elementos, toda a racionalidade das coisas que giram à roda do problema da habitação e que ultrapassam de longe o Ministério a que o Sr. Ministro preside, devem ser encarados num plano nacional para que cada português possa, num futuro relativamente próximo, vir a ter uma casa.

Aplausos do PSD e do PPM.

O Sr. Silva Graça (PCP): — O CDS não bate palmas!

O Sr. Presidente: — Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O meu grupo parlamentar não tem o tempo que seria necessário para comentar amplamente a intervenção do Sr. Deputado Sousa Tavares, em todo o caso gostaria de, em poucos segundos, colocar-lhe uma pergunta.

Para mim, a sua intervenção, não cabe no discurso político da AD, contraria-o. Por outro lado — e isto é mais grave ainda — o discurso sobre habitação, que nos deu a ouvir, contraria frontalmente a política de habitação do governo da AD. Por isso, a questão põe-se muito simplesmente assim: ou o Sr. Deputado esteve a fazer demagogia — o que não creio —, ou o Sr. Deputado deu uma opinião que é a sua e que não tem contraponto nem na sua maioria, nem no seu governo.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Sr. Deputado, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Queria dizer-lhe só isto: penso que não se contrapõe, mas se se contrapõe pior para a política melhor para mim.

Risos gerais.

Segundo ponto: todas as medidas que acabei de enunciar constam do programa do partido a que eu pertenço. É essencialmente um programa social-democrata e eu sou do Partido Social-Democrata!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas é justamente isso. Oo se trata de decalque da demagogia programática da AD, e é demagogia porque na prática é ao contrário que se assiste — o que eu não quero crer porque o Sr. Deputado tem uma opinião própria, facto que demonstra várias vezes embora nem sempre de uma maneira feliz —, ou então acabou de expor a sua ideia, que

tem muitos aspectos coincidentes com aquilo que dizemos e defendemos, inclusivamente ontem e hoje aqui na tribuna, e que não corresponde em nada à actuação do vosso governo, nem à organização política do vosso partido.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Então tem que se modificar a prática!

O Orador: — A pergunta subsiste e veremos a sua resposta na prática do Governo, nessa altura veremos se temos ou não razão e se o Sr. Deputado tem alguma coisa a ver com a política do seu partido, da sua AD e do seu governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Ou então o Sr. Deputado já é da oposição!

Risos.

O Sr. Presidente: — Está agora inscrito o Sr. Deputado Sousa Gomes. Pergunto-lhe qual o tempo que vai utilizar, visto o seu partido já ter esgotado o que tem disponível.

O Sr. Sousa Gomes (PS): — Sr. Presidente, como se sabe, o meu grupo parlamentar já não tem tempo próprio, mas por gentileza do Grupo Parlamentar da UEDS foram-nos concedidos 17 minutos que amanhã utilizarei numa intervenção. Neste momento, se me permitir, utilizarei meio minuto desse mesmo tempo para colocar uma pequena questão ao Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Presidente: — Certamente, Sr. Deputado.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — O PPM dá-lhe tempo.

O Sr. Presidente: — Pelos vistos, ainda tem mais crédito. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Sousa Gomes (PS): — Sr. Deputado, ouvi com grande surpresa e agrado a sua intervenção. Ela constitui uma inovação por parte da bancada da maioria, por isso a minha única questão é esta: podemos, a partir da sua intervenção, contar com alguma concretização daquilo que disse ou a sua intervenção foi uma iniciativa pessoal que nada tem a ver com a política que vai ser seguida? Desde já lhe digo que a sua iniciativa conta com o apoio e a simpatia da minha bancada.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — O CDS não deixa!

O Sr. Presidente: — Igualmente para solicitar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Agora vai o PPM dizer que também está de acordo!

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou fazer esta intervenção à laia de pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Sousa Ta-

vares porque ele frisou, ao falar na necessidade de um plano nacional de habitação, um aspecto que não é divergente daquele que a oposição democrática aqui propôs, nem é contrário à posição assumida pelo Governo, durante o debate.

Penso que a vantagem política desta interpelação se traduz na não dramatização, na não demagogia, em volta do problema da habitação. Um dos aspectos positivos deste debate pode situar-se no facto de não se terem levantado fantasmas tal como se levantaram aqui há um ano ou dois. Foi possível falar aqui, sem se levantarem grandes clamores, em torno da necessidade de se proceder ao aumento das rendas de casa. Há dois anos, em vésperas da campanha eleitoral para as eleições legislativas, era uma situação impossível. O Grupo Parlamentar do PCP poria logo nos seus jornais em primeira página: «Malandros da AD vão aumentar as rendas!»

O Sr. Silva Graça (PCP): — Olhe que há eleições este ano! ...

O Orador: — Hoje é possível falar no assunto e é necessário que se faça este debate. Há situações de senhorios, não são todos, que são mais explorados que os próprios inquilinos, há inquilinos que pagam, em Lisboa, uma renda de 500\$ ou 600\$ e recebem pelo aluguer de um quarto 5 contos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Sousa Tavares tem toda a razão em ter levantado as questões que levantou, nomeadamente as relacionadas com as rendas de casa e as de política de solos. O Sr. Deputado falou também no Ministério da Qualidade de Vida e, sem lhe pedir esclarecimentos antes para os dar, dir-lhe-ia que está a ser elaborado o Plano de Reserva Agrícola Nacional em que, de uma vez por todas, se define a área nacional vocacionada para resolver os problemas da agricultura portuguesa.

Por outro lado há que salientar, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Veiga de Oliveira, a sintonia que tem havido entre o Governo e a maioria em relação aos problemas da habitação. O Sr. Deputado falou na necessidade de aprovar o ordenamento do território com vista à resolução do problema integrado da habitação. Para isso já foi dado um passo importante aquando da criação de um só ministério, englobando a parte de transportes, obras públicas e habitações. Foi um passo importante com vista a uma visão mais global de todos estes problemas, ao mesmo tempo que retira o poder de autonomia — para nós extremamente prejudicial para o País — das obras públicas face aos restantes problemas nacionais.

Foi este o comentário que quis fazer às palavras do Sr. Deputado Sousa Tavares. Ainda bem que fez esta intervenção, visto que avivou os debates salientando a sintonia em torno de um relativo consenso que tem havido aqui quanto aos problemas da habitação, com vista à inflexão para uma política mais realista.

Aplausos do PPM e do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não tenho propriamente nada a contestar, ninguém me colocou nenhuma objecção de fundo e a única coisa que queria dizer ao Sr. Deputado Sousa Gomes é que esta minha proposta terá seguimento e acolhimento por parte do Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Peço desculpa mas tenho que me retirar!

Risos gerais.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado. Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Anselmo Aníbal.

O Sr. Anselmo Amíbal (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começaria por dizer que é pena o Sr. Deputado Sousa Tavares ter de se retirar porque a minha intervenção visa tratar o problema do aumento da oferta de solos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O aumento da oferta de solos é um dos pontos mais postos em equação nos dizeres do Governo, que não na vossa prática. Aliás, é lógico para o Governo AD. Na vossa lógica, um dos grandes valores no mercado são precisamente os terrenos e por isso permitem isso.

Aquilo que escandaliza alguns Srs. Deputados da AD é a lógica da permissividade à especulação fundará — aliás como às outras especulações — arraste ela os problemas que arrastar.

Mas o que se constata por aí? Constatase o «ver se te avias» nas transmissões de terrenos em completa omisão de obrigatoriedade de conhecimento aos municípios; constata-se o regabofe de alguns intermediários que trocam solos e dividem solos com a mesma facilidade e impunidade de outros colegas de especulação. Constatase a prática de deixar o terreno «esperar» para ver quem dá mais e aproveitar toda a eficácia da inflação, mecanismo que acelera a acumulação de haveres e valores nos bolsos de uns e que os retira das camadas que vivem dos seus ordenados ou pensões.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E o que é que fazem na prática? Quando guardar solos é enriquecimento seguro, os senhores revogam o Decreto-Lei n.º 375/74 pela Lei do OGE de 81 e incentivam assim, ao suprimirem os mecanismos fiscais que desincentivam a não utilização de terrenos disponíveis, o expectante. Mantém um sistema de centralização de todos os processos de planeamento urbanístico e de intervenção na política de solos, com prejuízo directo da competência das autarquias locais na respectiva área do solo e com prejuízo directo na celeridade exigível.

O Sr. Ministro esta manhã, na resposta, no meio dos seus números, encontrou um espaço para reflectir que se pretendia «conceder» aos municípios atribuições e competências em matéria de planeamento e administração urbanística. Mas não foi isto, parte significativa do Decreto de Delimitação de Competências de Julho de 1979? Não foi a AD que desde Fe-

vereiro de 1980, altura de rediscussão aqui do diploma, tem entendido exactamente que é discutível esse sentido do que agora instados vêm «conceder»? O Poder Local não precisa de concessão. Nos termos constitucionais, aliás, urge atacar pontos-chave de desbloqueamento da situação existente. É necessário acelerar a aprovação dos planos de urbanização, reservar as zonas para-urbanizáveis, ter o município conhecimento do que se passa em transmissões nas zonas potenciais de crescimento urbano; é necessário favorecer a expropriação de terrenos urbanizáveis, com o respeito, como já foi referido pela nossa bancada, pela legalidade e pelos legítimos interesses dos proprietários.

Por isso tudo o Grupo Parlamentar do PCP apresenta, cumulativamente à interpelação que se está a fazer, um projecto de lei com medidas de garantia tendentes à efectiva intervenção dos municípios na produção e controle do solo urbanizável. Têm que ser os municípios a gerir o destino do seu território, adentro naturalmente do normativo geral definido pelos órgãos centrais. Têm que conhecer a constituição ou transmissão de direitos entre vivos sobre prédios situados nas áreas abrangidas pelas medidas preventivas previstas no Decreto-Lei n.º 794/76, para que a projectada constituição ou transmissão de direitos não determine ou faça agravar riscos de alteração não autorizada do uso de solos. Não se trata neste momento de fazer a reformulação geral do planeamento e administração urbanística, mas tão-só de definir novos limites para a loteação estabelecida de modo incorrecto.

A vossa Administração Geral não resolve nem deixa resolver, não despacha planos nem os larga de vista. Arrastam-se processos na administração urbanística, onde estão, por exemplo, os processos de Almada e os 11 planos de pormenor, o de Ponte de Sor, o de Sines.

Os senhores têm uma administração urbanística carregada de um elevado centralismo político-administrativo e técnico, que carrega o peso da intervenção que vem de uma Direcção-Geral de Serviços de Urbanização — de triste memória — de Agosto de 48, que desembocou numa Direcção-Geral de Planeamento Urbanístico criada em Fevereiro de 1976 mas só com Lei Orgânica em Junho de 1979.

O Governo quando se apresenta nestes locais, apresenta a sua face de serviço público e de capacidade de gestão. Enche-se de brios lógicos e esquece gravames que tem vindo a praticar sistematicamente. Fala de alto quando diz que se devem criar alternativas ao clandestino. Mas não é este mesmo Governo que, fraudulentamente, defrauda as autarquias na sua capacidade de intervenção perante o clandestino? Mas não é este mesmo Governo que — embora aqui vá dizendo pela boca do Sr. Ministro, há pouco, que é necessário levar a decisão para os municípios — tem emperrado, até ao ridículo, autorizações de posse administrativa e expropriações?

O Sr. Silva Graça (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Ainda aqui, relevemos, de novo, a alteração ao artigo 5.º da Lei dos Solos, isto é, a possibilidade de os municípios passarem a poder vender a promotores privados alienando o capital

fundiário público e desmunicipalizando. Aqui a questão da AD foi célebre: revogou o artigo 5.º da Lei dos Solos e em sua substituição fez o 313/80 que serve, como convém, o Presidente da Câmara de Lisboa nos seus desejos, obras e negócios. A AD em Lisboa já consegue fazer, isto sem que nenhuma voz se levante do vosso lado, uma realização de uma obra de mais de 100 mil contos, sem concurso público, em ajuste directo, como uma qualquer sociedade anónima de responsabilidade limitada ...

Vozes do PCP: — «José Matias».

O Orador: — ... mas de lucros graúdos, pagando em terrenos da cidade. Dir-me-ão que será um aumento da oferta de habitação. Todo sorrimos quando se diz tal coisa. Porque isto é o aumento da oferta de habitações mas para faixas restritíssimas da população portuguesa, dos que menos precisam, daqueles para os quais as centenas de contos são, nos seus negócios, o rendimento mínimo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A indicação do que querem fazer em habitação passou por isto e isto joga e integra-se num mecanismo — num conjunto de mecanismos — muito escuro. Outras operações se agregam aqui: em Lisboa ainda, neste momento, joga-se com a arma da expropriação, pedida ao Governo com urgência, — o que naturalmente não vai demorar muito — para obter os terrenos a preços baratos nas Musgueiras, por exemplo; e tais terrenos, quando estiverem todos na posse do Município, vendidos por tuta e meia ao promotor X ou Y, misturado com uma vaga promessa de construção de fogos para os habitantes da zona degradada. Com total transparência, a Administração AD é, assim, polícia dos pequenos proprietários e é anjo da guarda dos grandes imobiliários.

O Sr. Silva Graça (PCP): — É uma vergonha!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Isto é aumentar um certo tipo de oferta de habitações, que nada tem a ver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, com os interesses das camadas alargadas do povo português.

Mais um aspecto e último: o parque envelhecido já foi aqui falado, com números em apoio, e, entretanto, alberga milhões de portugueses. É particularmente patente nas zonas de casco velho das cidades. Subfinanciado, ou desmuniado totalmente, PRID não avança. Não tem expressão significativa. O recurso ao crédito não é atendido e os Invernos lá chegam com as ruínas e misérias que arrastam. Algumas desejam-nas, para que possam negociar o terreno, acelerada que seja a demolição, sabemos todos isso. É para enfrentar estas e outras situações que o Grupo Parlamentar do PCP apresenta também cumulativamente, com esta interpelação um projecto de Plano Nacional de Habitação onde sejam implementados e financiados Programas de Emergência, onde se destaca o PRID. Mas neste domínio urge ainda adoptar medidas de protecção dos que habitam, nessas casas

envelhecidas. Nas vivem pessoas que, cada vez mais, defendem o seu direito ao arrendamento como um direito fundamental. Sabedores do que vai por aí em matéria de empréstimos à habitação própria, às rendas e luvas que por aí se pedem, essas pessoas defendem o direito ao alojamento, isto é, o direito a ter um tecto, como os trabalhadores defendem o direito ao emprego.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E os Senhores avançam por formas de supressão de preferências, por formas habilidosas que vão dar a legitimação ao livre despejo tão desejado por alguns, enquanto, aliás liberalizam, e aceitam, e incentivam, a existência dos fogos devolutos. De facto, ao suprimirem o mecanismo definitivo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 445/74, que impunha o arrendamento das casas devolutas, estão a incentivar a permanência da desocupação por tempo indeterminado de fogos licenciados para habitações, à espera de quem dá mais ou do seu desvio para fins comerciais ou industriais com arrendamentos actualizáveis anualmente. Há aqui um expresso desejo também de que o locatário possa também ser alvo de despedimento. A AD perfila-se, de facto, e sempre, do lado contrário aos que trabalham e lutam pela vida. Faz legislação já aqui caracterizada como cega, promove uma larguíssima instabilidade nos modos de vida de milhões de portugueses, legislação aliás, de tão aberrante que é, que consegue ver-se diferenciada na região autónoma dos Açores, onde o Decreto Regional n.º 8/81-A proíbe a recusa de arrendamentos de fogos desocupados. Aliás em projectos de lei que apresentamos cumulativamente com esta interpelação, nós propomos a adopção desse regime.

O Grupo Parlamentar do PCP tudo fará para que medidas legislativas novas e diferentes possam refletir já uma alteração da política de habitação, que sabemo-lo todos, só acontecerá quando os senhores não estiverem aí e quando este governo for passado e quando for substituído por um governo que repõe a curso de Abril.

Uma voz do PCP: — É dar ordem de despejo ao Governo!

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na intervenção feita ao longo deste debate pelo meu companheiro de bancada Magalhães Mota, foi evidenciado como uma política de habitação tem, como pressuposto e condição de êxito, a disponibilidade e custo mínimo do solo. Uma segunda condição — redução do custo de produção do fogo, propriamente dito — é, também, de extrema relevância.

São conhecidas as dificuldades nacionais. Sabe-se, por outro lado, que uma casa, com características de durabilidade, segurança, área habitável e integrando serviços urbanos mínimos, é um bem de custo inicial elevado. Sabe-se ainda como as políticas de «embarra-

tamento» alicerçadas na diminuição de áreas e da qualidade de construção se traduziram na diminuição dos prazos de validade — por inadequação ao acréscimo das necessidades familiares — e acrescentaram os défices de reposição por envelhecimento ou deterioração, para não falar no peso das despesas de conservação.

Continuando por realizar entre nós a experimentação de soluções de tipo evolutivo, partindo de núcleos elementares para receberem sucessivas ampliações e beneficiações, as possibilidades de reduzir o investimento inicial por fogo são de outra ordem. A racionalização da actividade da construção civil, o desenvolvimento da pré-fabricação, a normalização e a garantia do fornecimento oportuno dos materiais necessários, o melhor aproveitamento do tempo reduzindo os dilatadíssimos prazos de execução são, obviamente, algumas dessas medidas.

Não deixa de ser impressionante, que ao longo da sua exposição, o Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes tenha demonstrado, mais que a ausência de uma política de habitação, um profundo vício de raciocínio e filosofia política. Tudo se passa como se a habitação fosse, para este governo, um meio instrumental para satisfazer e gerar lucros para a iniciativa privada. Os problemas são, na óptica governamental, o descongelar das rendas de casa, a falta de esforço de alguns que «resistem» a adquirir casa própria aos preços que lhe são pedidos; o único lamento é que as limitações do orçamento não permitem aumentar os subsídios e os incentivos que, afinal, em subsídios indirectos se traduzem.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — O problema da habitação é com os indivíduos. O Estado poderá, caridosa e auxiliar os menos aptos para adquirir a sua casa. Mas não deixa de lhes fazer sentir como, neste esquema concorrencial, estão a mais e prejudicam... a qualidade de vida.

Eis-nos perante uma «política» de habitação que é uma doutrina de boa consciência: os bons e os capazes... arranjam casa. É uma doutrina individualista porque o esforço é com cada um. Por isso é uma política que se permite não o ser.

O problema resolve-se se os indivíduos o resolvem. Depende de cada um que as habitações sejam feitas. O que está em causa não é o Governo, é o trabalho, o engenho, o esforço dos portugueses. Só que esta concepção que subordina os problemas sociais aos interesses dos promotores imobiliários, não é sequer o liberalismo. É o evangelho de uma ordem estabelecida. É tudo o que essa ordem supõe, tudo o que ciosamente defende, tudo aquilo de que se aproveita.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — Importa, pois, recordar que a satisfação da habitação para todos, como necessidade e direito social, exige investimentos e participação da colectividade. Uma política de habitação social fomentando preferencialmente a habitação para as populações de menores recursos é factor de correcção da repartição dos rendimentos. O Estado tem

uma responsabilidade directa e a que não pode exigir-se. Impõe-se uma participação nos encargos com a habitação social. Não pode, nem deve, limitar-se a assegurar o diferencial que atrai os investimentos e o custo do produto-habitação que tem de ser fornecido, como direito que é, às famílias que dele necessitam.

E não pode esquecer-se que existem famílias em relação às quais a colectividade tem de suportar, na sua quase totalidade, os encargos com a habitação.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — Por isso uma acção política, que não procure adiar soluções nem se satisfaça com paliativos, tem de ter uma estratégia de acção.

O que se propõe a quem hoje tem responsabilidades de governo e para quem a ideia de país adiado foi *slogan*, é que nos seja dito quanto custam mais no ano que vem as casas que este ano não fomos capazes de construir. E que, face a esse cálculo simples, nos seja ainda dito quem transfere encargos para as gerações futuras, sem resolver sequer o problema das gerações presentes.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Admitimos que um grupo de famílias portuguesas possa suportar, sem limitações económicas sensíveis, o custo da habitação no mercado.

Não são graves aí os problemas. Possivelmente, haverá apenas que evitar os excessivos dispêndios com construções de luxo, mas uma política fiscal coerente a isso estará atenta. Um segundo grupo de famílias existe sem possibilidades de suportar encargos com a habitação. Terá aí de pensar-se que só o prazo necessários à produção sócio-económica desta parcela de população lhe permitirá reembolsar a colectividade. Mas até lá, o sector público terá de fornecer-lhes locais equipados para a instalação de alojamentos, fomentar as capacidades de cooperação, iniciativa e trabalho das populações.

Como se vê, é fácil a receita. Só que terá de ser feito o contrário do que até aqui... Finalmente, um terceiro grupo de famílias poderá, em parte variável, suportar encargos com a habitação. Aí terá de encontrar-se e definir-se um ponto prévio a uma política de habitação, qual seja o de definir a percentagem do rendimento familiar que se considera legítimo atribuir aos encargos com a habitação, seja ele renda ou amortização de casa própria. Até porque, em nossa opinião, deverá tender-se ao subsídio familiar de renda em vez do incentivo directo à construção e ao construtor ou aos esquemas intermédios que os custos finais já previram e encorporaram. Assim sendo, como é, não se confunda o papel da iniciativa privada na construção civil com o papel de fornecer casa que à iniciativa privada por si só é, e apenas, possível, relativamente aos grupos sociais de maiores recursos.

O tempo de que dispomos para intervenção neste debate não nos permite mais que avançar algumas sugestões. É de uma política que carecemos. Como Mendés France no final da sua «República Moderna», também nós podemos dizer: «É tempo de ver claro. É tempo de escolher e de querer. Uma ou duas gera-

ções viram goradas as suas oportunidades. Mas, agora, trata-se da sorte dos nossos filhos.»

Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No decurso das intervenções de abertura da interpelação ao Governo, os deputados comunistas Silva Graça, Octávio Teixeira e Veiga de Oliveira formularam as seguintes perguntas ao Governo, que continuam sem resposta. O Sr. Ministro quer tomar nota e responder uma a uma?

1.ª Sobre o agravamento das carências nacionais em matéria de habitação.

Durante os últimos 2 anos a falta de habitação, de acordo com os dados estatísticos comparáveis, agravou-se em cerca de 36 000 habitações. Que tem o Governo a dizer sobre estes resultados, face às promessas da AD?

2.ª Sobre a ofensiva tendente à restrição dos direitos dos inquilinos e ao aumento geral das rendas.

O Governo propõe-se liberalizar as rendas de casa, até as rendas antigas. Isso mesmo foi afirmado pelo Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes em recente conferência de imprensa. Com este objectivo iniciou a publicação de um conjunto de diplomas — todos eles chamados à ratificação pelo Grupo Parlamentar do PCP altamente lesivos dos direitos dos inquilinos e pronunciadores de despejos em massa a curto prazo. Da aplicação destes decretos resultarão situações aflitivas e dramáticas para milhares e milhares de famílias, assim como dificuldades para pequenos e médios comerciantes e industriais, estes últimos atingidos por aplicação do 330/81, que prevê a actualização anual dos arrendamentos destinados a comércio, indústria e profissões liberais.

Que objectivos pretende atingir o Governo com estas medidas que irão agravar ainda mais as condições e a qualidade de vida de largas camadas da população, já neste momento deterioradas pela subida desenfreada dos preços de bens e serviços essenciais, pela inflação galopante, por despedimentos em massa, e por medidas restritivas e gravosas no tocante à saúde e segurança social?

3.ª Sobre restrições ao crédito para aquisição de habitação.

Como concilia o Governo este sistema de crédito implementado pelos governos AD, com o facto real de cerca de 70 % das famílias portuguesas com falta de habitação não terem capacidade financeira para a ele recorrerem?

4.º Sobre o estrangulamento do sector cooperativo.

O Governo tem criado as maiores dificuldades ao desenvolvimento do sector cooperativo da habitação (no que é acompanhado pela acção de alguns Presidentes de Câmaras AD, como é o caso de Lisboa e Porto). Estas medidas têm provocado um estrangulamento do sector, com numerosas cooperativas (C. H. E.) e Associações de Moradores, debatendo-se

com graves problemas (boicote ao financiamento para novas habitações, não concessão de reforços ao financiamento já concedido, falta de terrenos infra-estruturados, etc.) e consequente prejuízo para as populações abrangidas.

Que objectivos pretende atingir o Governo com estas medidas de boicote, conhecida que é a importância do sector cooperativo para a resolução mais global do problema da habitação?

5.º Sobre o cancelamento do programa de recuperação de imóveis degradados (PRID).

O Governo suspendeu este plano com o Decreto-Lei n.º 704/76. A suspensão deste programa provocou um agravamento do estado de conservação dos prédios em geral e em particular dos prédios localizados no casco velho dos centros urbanos (casos de Lisboa, Porto, Coimbra, etc.). Face à enorme carência de habitações e dada ainda a importância do desenvolvimento deste programa para a preservação do nosso riquíssimo património arquitectónico, que objectivos pretende atingir o Governo com esta medida?

6.º Sobre o bloqueamento do imprescindível papel do sector público na resolução do problema da habitação.

Sendo certo que a experiência internacional é peremptória ao mostrar que em nenhum país o problema da habitação foi minorado sem a intervenção determinante do sector público, e que assenta grandemente na oferta de habitações para arrendamento, que razões políticas levam o governo da AD a eliminar a participação do sector público no sector da habitação?

7.º Sobre a ilegal denegação de meios financeiros às autarquias locais.

O Governo não aplicou, mais uma vez este ano, a Lei das Finanças Locais e deixou de bonificar o crédito às autarquias para lançamento de novos programas próprios e para a prossecução de outros em desenvolvimento. Destas medidas resultam enormes dificuldades financeiras para as autarquias e em particular para as Câmaras Municipais, que se vêem assim impossibilitadas de controlarem o solo urbano (expropriando, como devem, terrenos para construção), de lançarem programas de habitação social, de apoiarem as Cooperativas de Habitação Económica e as Associações de Moradores, a autoconstrução, de construiram as infra-estruturas e os equipamentos colectivos, etc. Dada a importância do poder local democrático na resolução destes problemas essenciais, que objectivos pretende atingir o Governo com estas medidas impeditivas do funcionamento eficaz das autarquias locais?

8.º Sobre a recusa de descentralizar para os municípios a competência para intervir decisivamente na oferta e controle de terrenos urbanizáveis.

O Governo não descentraliza para os Municípios a capacidade destes elaborarem os seus planos de urbanização (globais, integrados e de pormenor) e expropriarem os terrenos necessários ao eficaz controle do solo urbanizável. A AD e os partidos que a integram, depois de votarem favoravelmente, em 27 de Julho de 1979, uma lei de delimitação em matéria de investimentos em que tais princípios descentralizadores

ficavam claramente consagrados, defendem agora o contrário. Destas medidas centralizadoras, resultam sérios prejuízos para as populações, uma vez que os planos de urbanização se arrastam nos Ministérios e os processos de expropriação são bloqueados a nível do poder central. Que objectivos pretende atingir o Governo com estas medidas antidemocráticas e centralizadoras?

Estas oito perguntas constituem oito acusações à desastrosa política dos governos AD, que vai conduzindo ao crescente agravamento dos problemas da habitação em benefício exclusivo de meia dúzia de especuladores.

São oito razões mais para, a breve prazo, com alívio, vos vermos sair das cadeiras do poder. Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, os senhores estão a mais... adeus!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Vozes do PSD: — Vocês é que estão!

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Américo de Sá.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé, para uma intervenção.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, a UDP tem apenas dois minutos para intervir mas a UEDS fez o favor de me ceder três minutos do seu tempo, pelo que fico com 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Isso será considerado, Sr. Deputado.

Tenha a bondade.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Apesar do 25 de Abril, com a conquista das liberdades, nasceu e desenvolveu-se por todo o País um poderoso movimento de moradores pobres, sobretudo entre os moradores dos «bairros da lata» e das «ilhas», que com a esperança de Abril procuraram de forma generosa e combativa assegurar para si e para os seus filhos uma habitação digna de forma a não hipotecar na miséria do presente um futuro de esperança e de bem-estar.

São numerosos os exemplos dessa luta, em que os moradores organizados em torno das suas comissões e associações de moradores participaram de forma muitas vezes decisiva na defesa e consolidação do processo iniciado no 25 de Abril.

Para muitos milhares de portugueses o 25 de Abril significou, antes de mais, a sua primeira casa obtida quer pela ocupação de fogos criminosamente devolutos, quer ainda pela ação decisiva das associações de moradores e cooperativas de habitação.

Com a criação do SAAL — sem dúvida exemplar como via privilegiada para a tentativa de resolução das carências de habitação dos moradores pobres — a mobilização das populações cresceu de forma espontânea, na medida em que o SAAL constituía para essas mesmas populações a única garantia da sua principal reivindicação — uma habitação digna.

Efectivamente, o SAAL em poucos meses elaborou centenas de projectos — número muito superior aos

que foram produzidos em igual período por qualquer outro sector estatal — o que desde logo lhe criou inúmeros inimigos entre alguns técnicos clientes habituais e morosos dos projectos oficiais — além de que produziu efectivamente projectos inovadores em termos de habitação social em Portugal.

Estes projectos, quer os evolutivos, permitindo uma certa incorporação de autoconstrução quer os projectos de conjuntos de baixa altura foram dimensionados à capacidade de resposta das pequenas e médias empresas — tendo em atenção a estrutura da maioria das empresas do sector.

Importa ainda acrescentar que estes projectos eram elaborados, tendo em atenção os grupos sociais e os locais de habitação das populações a instalar (o chamado direito ao sítio).

É de notar e realçar igualmente a participação activa dos moradores e organizações populares em todo este processo.

Por isso, a extinção do SAAL é fundamentalmente um ataque frontal à organização popular e a supressão por via administrativa de uma nova metodologia de intervenção urbana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Tal como já referi hoje em anterior intervenção o modelo e o quadro político e as medidas dos mesmos decorrentes, descritos pelo Sr. Ministro e entusiasticamente defendidas pela maioria AD baseados na iniciativa privada não só não resolvem como agravam a situação da habitação em Portugal.

Srs. Membros do Governo, a UDP no pode, ao concluir a sua intervenção neste debate, deixar de depor a falta de capacidade e de competência deste governo na indicação das medidas que de alguma forma pudessem minorar a grave situação da habitação no nosso País e, por seu lado, apontar as medidas concretas que entende — não só urgentes como essenciais — para a tentativa de resolução do problema, de forma a garantir aos portugueses a habitação digna que a Constituição da República consagra e centenas de milhares de portugueses exigem.

A solução defendida pela UDP implica desde logo, como sempre temos afirmado, a criação de um serviço nacional de habitação e a adopção das seguintes medidas a curto prazo:

Congelamento das rendas de casa;

Revogação da actual lei do arrendamento urbano;

Proibição imediata dos despejos — a não ser em casos de excepção por comportamento degradante ou criminoso do inquilino;

Legalização das ocupações;

Ocupação dos fogos devolutos — tendo em atenção as prioridades estabelecidas pelas comissões e associações de moradores e as autarquias;

Reactivação do processo SAAL, com garantias do seu pleno e eficaz funcionamento;

Concessão de crédito, a juros baixos às cooperativas de habitação económica e ao PRID;

Aplicação integral da Lei das Finanças Locais;

A médio prazo impõem-se as seguintes medidas: A execução de um levantamento integral do parque habitacional e de um inquérito às necessidades da população. Decerto que o inquérito mandado elaborar pelo Governo, atendendo aos pressupostos aqui expre-

sos na intervenção do Sr. Ministro não permitirá uma avaliação correcta das necessidades de habitação em termos quantitativos e qualitativos;

Elaboração, com a participação das autarquias locais, de planos de Reordenamento do território tendo em vista o desenvolvimento harmónico das regiões, garantindo uma adequada rede de transportes e equipamento social. Obviamente que isto estará directamente ligado à reestruturação do sector produtivo em geral;

Publicação de legislação que permita uma eficaz expropriação de terrenos, sem capacidade agrícola, e que os planos se destinam a habitação e a equipamento social, conferindo para isso grande capacidade de intervenção às autarquias locais;

Tomada de medidas tendentes a incentivar a expansão e a prática do cooperativismo, reformulando o Código Cooperativo, e mantendo a actual disposição constitucional sobre a matéria.

Apoiar a formação e desenvolvimento de cooperativas de habitação económica (de preferência de propriedade colectiva);

Publicação de um novo regime legal referente ao arrendamento urbano, que inclua critérios de fixação de renda em função da capacidade económica dos agregados familiares, subsidiando se necessário os proprietários de imóveis, que não possam efectuar as obras de reparação dos imóveis ou que careçam de rendas superiores à renda auferida para levarem uma vida digna;

Apoio e financiamento de projectos de autoconstrução, englobados nos planos e estudos das autarquias, tendo em atenção a conservação do património nacional e o respeito pelos valores arquitectónicos locais ou nacionais;

Prioridade absoluta nos planos estatais à construção de fogos para alojar os moradores dos «bairros da lata» das «ilhas» e «furnas»;

Publicação de legislação que fixe anualmente as margens de lucro da venda de fogos e o custo dos terrenos.

Importa, ainda, na concretização do Serviço Nacional de Habitação: Elaborar um plano nacional, plurianual, de construção de habitações de iniciativa estatal e autárquica com metas fixadas de forma a diminuir no mais curto espaço de tempo o défice existente no parque habitacional, prevendo também e necessariamente os índices de crescimento;

Municipalização dos solos urbanos com a promulgação de legislação elaborada com a participação das Autarquias Locais — que regule o uso e a utilização dos solos por parte dessas mesmas autarquias.

Claro que o Serviço Nacional de Habitação pressupõe uma perspectiva progressista e de defesa e prossecução dos objectivos constitucionais, que encare a habitação como um serviço nacional básico e fundamental no desenvolvimento do bem estar e progresso das populações.

Por isso a AD e o seu governo, apostados como estão em todos os outros sectores — saúde, educação, etc. — em favorecer as grandes negociações da iniciativa privada, não poderá pôr em execução tal serviço nem, por isso mesmo, dar resposta às gritantes e revoltantes carencias do nosso povo

Por isso governo AD, rua!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, o Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes. O governo dispõe ainda de 20 minutos.

O Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Viana Baptista): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgo que, hoje de manhã gastei cerca de uma hora tentando elucidar a Assembleia em relação àquilo que já ontem tive ocasião de dizer mas de que me acusaram de ser excessivamente vago. Hoje, por outro lado, fui acusado de fazer manipulação de números. Bem, não me pareceu, pois, que estas duas acusações fossem muito graves, parece-me antes que se completam e assim tudo ficará neutralizado.

Não terei possibilidade de dar uma resposta englobando as questões como seria meu desejo, porque as perguntas têm surgido de seguida, e portanto responderei mais ou menos pela ordem em que foram expostas.

Creio que foi o Sr. Deputado Eduardo Pereira, ou o Sr. Deputado Sousa Gomes, — não posso precisar, mas creio que foi o Sr. Deputado Eduardo Pereira — que afirmou que eu tinha manifestado uma preocupação no que diz respeito à recuperação de capitais e daí induzia que se tratava a função financeira do Fundo de Fomento da Habitação de forma idêntica à da Junta Autónoma de Estradas.

Só para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Eduardo Pereira devo dizer, é V. Ex.^a sabe-o bem, que o Fundo de Fomento da Habitação não tem receitas próprias e, como tal, é evidente que, mesmo pela via fiscal, não tem possibilidade de fazer a recuperação económica do investimento. Era apenas a isto que me queria referir e julgo que este aspecto ficou agora perfeitamente claro. É que é por isso também que o Fundo de Fomento da Habitação ficou sucessivamente em dependência crescente do crédito.

Quanto ao Fundo de Fomento da Habitação ter ou não uma função social, eu diria que não. O objecto da actividade do Fundo de Fomento da Habitação, esse sim, é que é orientado por uma função social que pode ser desempenhada por diversos instrumentos.

Mas já agora, a propósito desta matéria, quero referir-me à intervenção do Sr. Deputado Mário Tomé. E peço desculpa se faço alguma ligação entre as palavras do Sr. Deputado Eduardo Pereira e o Sr. Deputado Mário Tomé mas é que a ligação vem a propósito apenas de uma confusão feita pelo Sr. Deputado Mário Tomé esta manhã. Creio que o Sr. Deputado confundiu gravemente a função social com serviços públicos e com gratuitidade. Pelo menos, no meu entender, estas são coisas completamente diferentes e julgo que também V. Ex.^a não terá dificuldade em o entender.

O Sr. Deputado Veiga de Oliveira disse hoje de manhã que lhe parecia que a forma como eu equacionava o problema significava que o Ministro e a própria AD revelavam muito pouca confiança na iniciativa privada. Em relação a essa afirmação, apenas comento que é evidente que há falta de confiança da iniciativa privada. E essa falta de confiança foi certamente gerada por alguns governos, designadamente pelos governos de que, creio, o Sr. Depu-

tado Veiga de Oliveira fez parte — situação, aliás, perfeitamente evidente e conhecida de todos os portugueses.

De qualquer forma, numa coisa estamos de acordo: quanto à necessidade de restaurar a confiança da iniciativa privada para poder haver investimentos. E não vamos agora enveredar por discussões-gramaticais, como aquela a que assisti há pouco e que achei muito interessante, porque na verdade o que será necessário é restaurar a confiança da iniciativa privada para dinamizar os meios financeiros necessários para captar poupanças e para pôr de pé aquilo que pretendemos.

Penso, pois, ter sido suficientemente claro quanto a esse aspecto, embora talvez não tanto como desejaria, ao dizer que as instituições de crédito, designadamente as instituições de crédito nacionalizadas, quando devidamente reconvertidas, — como aliás expliquei hoje de manhã, pondo-me à disposição dos Srs. Deputados para o esclarecimento de qualquer dúvida, escrito para o qual agora, infelizmente, já não posso tempo disponível — poderão e deverão servir de catalizador, e, portanto, também aí o sector público terá um papel importante a desempenhar. Será através de instituições de crédito nacionalizadas que poderá catalizar todos os outros meios financeiros e assim fazer um arranque mais fácil e mais rápido na direcção daquilo que pretendemos.

O Sr. Deputado Sousa Gomes, fez ainda algumas referências sobre a legitimidade da relação entre crédito e formação bruta de capital fixo por este por vezes, ser concedido para a aquisição de casas já construídas. Concordo com essa opinião e não, se trata de uma concessão difícil de fazer porque eu próprio, hoje de manhã, creio ter referido que, no ano de 1981, apareciam algumas percentagens, que citei, na ordem dos 121,6 % o que, sendo superior a 100 %, significa evidentemente que há crédito que não está necessariamente associado à formação bruta de capital fixo e que portanto não houve investimento.

Nestes casos, é óbvio que há aquisição de crédito unicamente para transmissão de imóveis já construídos e eventualmente arrendados. Ora, estou certo de que — já ontem expliquei e hoje voltei a fazê-lo — estamos a preparar instrumentos não só financeiros mas também instrumentos fiscais que desencoragem precisamente a transacção sucessiva com intenções especulativas, quer de imóveis quer de terrenos.

Creio ter falado também claramente, mas volto a repetir, no que considero ser essencial ter em conta no que diz respeito à concessão de crédito: não é apenas constatar se um determinado programa cabe ou não num envelope de crédito mas, sim, criar condições de selectividade. E julgo que não há qualquer dúvida quanto ao que se pretende dizer quando se fala em selectividade do crédito.

O que é importante é que a selectividade do crédito será um instrumento preferencial. E volto aqui a fazer uma referência a uma chamada de atenção do Sr. Deputado Eduardo Pereira que, a propósito do encontro de Cascais, me pediu para referir também a comunicação do Dr. José Manuel Serrão. Confesso que à hora do almoço fui compulsar e constatei — pois não o sabia de cor —, que essa intervenção tem o título *A Selectividade do Crédito*, e é orientada

precisamente nesse sentido, pelo que não me parece que haja grande divergência nessa matéria.

No entanto, há talvez uma divergência importante: é que o Dr. José Manuel Serrão falou muito daquilo a que se pode chamar a selectividade intersectorial, e aí sim se põe em questão qual o montante global do crédito que pode ser devotado à habitação ou a outras actividades económicas, sem se verificar um estrangulamento grave noutras actividades. Esse é o sentido que o Dr. José Manuel Serrão dá à sua comunicação acerca da selectividade do crédito.

Ora, o sentido que dou à selectividade do crédito, neste contexto, é precisamente a selectividade do crédito intra-sectorial e não intersectorial. Isto é, que o crédito seja distribuído e bonificado quando necessário mas, de qualquer forma, terá também de ser ordenado por prioridades em função dos objectivos sociais da própria política de habitação. É a isto que estou a chamar uma distribuição do crédito por critério selectivo intra-sectorialmente definido.

tico, que quanto ao aspecto financeiro do problema,

Refiri ainda hoje de manhã, num enunciado sintético, que quanto ao aspecto financeiro do problema, os principais parâmetros que consideramos essenciais e que estamos a preparar em termos de quantificação — e julgo que aceitarão a afirmação de que não se trata de uma tarefa fácil — serão parâmetros como, por exemplo, o do custo unitário mais baixo, o custo global mais baixo, o menor tempo de reembolso, a maior entrada inicial.

Quanto ao aspecto de ordenamento do território, pensa-se privilegiar as áreas mais carenciadas previamente definidas e no que diz respeito ao aspecto social — que refiri em último lugar mas que não é o menos importante pois penso que será talvez mesmo o mais importante — terá de se ter em conta o rendimento familiar, e a captação do agregado familiar.

É portanto a tudo isto, no seu conjunto, que nós chamamos um instrumento de selectividade do crédito dentro do sector da habitação.

O Sr. Deputado Gomes Fernandes, do PS, pôs uma dúvida: perguntou se, no que se refere aos mecanismos de aprovação dos planos directores municipais das áreas de construção e desenvolvimento urbano prioritário, a intenção era, de facto, que esses planos competissem à autarquia e que ao Governo competisse apenas a sua rectificação. A resposta é afirmativa, como julgo que teria já ficado claro.

Quanto à discussão sobre o problema do arrendamento parece-me que ela só veio esclarecer e legitimar a posição que já ontem, e igualmente hoje, expressei. Na realidade, é preciso atacar o problema em todos os sectores. Não vou ao ponto de dizer, como o Sr. Deputado Sousa Tavares, que o problema do arrendamento é o último a ser tratado, embora também não afirme que é o primeiro. O que disse, e repito, é que não é possível fazer ataques unicamente a fracções do sector; tudo isto faz parte de um conjunto que tem de ser ordenado e creio eu que só por malícia ou má fé se pode admitir que alguém quer atacar um dos segmentos do problema isoladamente.

É, portanto, nesse sentido que não posso deixar de repudiar o facto de o Partido Comunista, através do Deputado Octávio Teixeira, ter escamoteado alguns dos elementos que apresentei num determinado con-

texto, portanto na globalidade, e que não podem ser vistos isoladamente.

Hoje de tarde, voltou a falar-se dos esquemas de impedimento da especulação de terrenos. Creio que já fui suficientemente esclarecido ao dizer que pensamos que será através da via fiscal, agravando de forma crescente o imposto de mais-valias no caso das transmissões sucessivas, que seria novamente agravado em função de quanto menor for o tempo. Por exemplo, o caso dos terrenos é um problema que deve ser tratado.

Assisti com muito interesse e surpresa à intervenção do Sr. Deputado Magalhães Mota. Se me permite, e sem ser jocoso, queria dizer-lhe que verifiquei que desta vez não leu apenas os jornais, isto é, não fundamenta as suas acusações apenas nas leituras de jornais, como tem feito de outras vezes, pois felizmente desta vez leu uma revista espanhola. Ao menos mudou de terra, é interessante, vejo que se está a diversificar e a internacionalizar ...

Risos do CDS.

Fica-lhe muito bem Sr. Deputado. E constato até outra coisa, constato que a internacionalização lhe fez tão bem que veio, afinal, apoiar muitas das coisas que eu tinha dito. Bem haja pelo seu *apport* no apoio à política do Governo.

De facto, falou na necessidade da actualização do valor matricial, do imposto desencorajador da transacção especulativa do solo, de assegurar que a tributação não é imputada no custo final. Não me referi a este aspecto pelo que devo fazer-lhe justiça e abrir aqui um parêntesis para dizer o seguinte: também está no nosso programa de trabalho atacar esse problema, simplesmente ele tem de ser inserido no problema do IVA, que, como sabem, é um problema demasiadamente vasto para podermos tratar rapidamente.

No entanto, devo, desde já, adiantar que pensamos que na realidade a construção civil para a habitação deve ser tratada nesse mesmo contexto. Contudo, julgo não ser agora a hora nem a oportunidade de trarmos esse problema, pois, ele terá de ser enquadrado na problemática do tratamento do IVA.

Continuo a citar o Sr. Deputado Magalhães Mota que falou em reduzir os custos, que todos pagamos os custos das infra-estruturas, dos serviços, etc. Constato que lê, de facto, revistas espanholas, não teve oportunidade de assistir à minha intervenção nem de ler o que eu disse ontem e portanto diria — e estou de acordo com o Sr. Deputado Sousa Tavares — que aplaudo tudo menos a sua última frase pois não vejo como pode tirar essas ilações.

O Sr. Deputado Aquilino Ribeiro, do PS, fez várias intervenções — é pena que neste momento não esteja presente — com as quais, de um modo geral, não concordo. Penso até que destoam um pouco das restantes intervenções do Partido Socialista mas, enfim, não queria enveredar por uma análise desse tipo.

O Sr. Deputado Carreira Marques, do PCP, levantou várias questões sobre o sector cooperativo. Elas tinham sido esclarecidas e creio que cabalmente, pelo menos tanto quanto o tempo nos permite, pelo Sr. Secretário de Estado da Habitação.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Viu-se!...

O Orador: — Ouviu-se, Sr. Deputado!

Se o Sr. Deputado necessitar de mais alguns elementos estarei disposto a repeti-los, se necessário.

O Sr., Deputado Eduardo Pereira tocou ainda num ponto que me pareceu importante, fez um diagnóstico e disse que este era o primeiro debate sobre a habitação. Pois, tanto melhor porque pela primeira vez penso que ganhamos alguma coisa com uma iniciativa do Partido Comunista! É estranho mas é verdade.

No entanto, parece-me importante salientar o seguinte: sobre o diagnóstico estamos todos de acordo; sobre a necessidade da poupança popular também. Aliás, o Sr. Deputado Eduardo Pereira repetiu muito daquilo que eu tinha dito; não é que precisasse de conhecer as minhas palavras para repetir pois creio que tem capacidade própria para expressar opiniões válidas. Que a Assembleia da República devia ter um papel mais activo, óptimo, concordo com essa opinião e penso até que a Assembleia aceitará o seu desafio. Pela minha parte estarei atento e bem precisado da solidariedade institucional da Assembleia e de todos os seus membros.

Por outro lado, queria dizer-lhe que me parece que a sua intervenção honrou muito a sua posição bem conhecida como técnico, uma vez que fez uma análise condigna das suas capacidades e do seu conhecimento e também honrou a sua posição como parlamentar, pois mostrou que um engenheiro que já foi ministro sabe manipular os números e quando é deputado sabe tirar da manipulação desses mesmos números uma ilação totalmente contrária: a de que o Governo se deve ir embora porque se está a dizer a mesma coisa que o Sr. Deputado disse então não serve. Essa atitude honra de facto a combatividade de um deputado, de um parlamentar. Bem haja também por isso!

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — No fundo, voltou-se a falar da política de solos mas creio que o assunto já está suficientemente visto. Não quero dizer que esteja resolvido, mas julgo que estaremos de acordo em que o essencial é trabalhar na situação dos planos directores municipais e na atribuição de uma verdadeira competência às autarquias.

Descrevi aqui brevemente o diploma que está pronto e que não creio que vá ao desencontro das necessidades que reconhecemos, bem como da necessidade que há, noutro capítulo, mas esse já é da competência de outro foro, de implementar as medidas fiscais, como disse, para evitar as transacções especulativas.

Finalmente, assisti à intervenção do Sr. Deputado Sousa Marques — e é a última a que me refiro — e considero que as respostas já foram fornecidas durante, sobretudo, o tempo em que falei hoje de manhã. Se o Sr. Deputado Sousa Marques esteve presente ou se os seus camaradas lhe passaram as informações, elas foram suficientemente esclarecedoras. Se, por outro lado, ainda lhe ficam dúvidas penso que isso talvez seja prova de que o Partido Comunista pensa de maneira diferente do Governo, em relação aos mesmos problemas.

De facto, voltou-se a falar dos dados estatísticos, no que o Governo pretende liberalizar, falou-se na

transmissividade mas tudo isso foi amplamente debatido aqui hoje. O Sr. Deputado Sousa Marques voltou a pôr dúvidas sobre o papel do crédito e voltou a pôr as mesmas dúvidas sobre o sector cooperativo.

Concluo daqui, portanto, que o que existe é uma grande diferença de comportamentos, ou seja, entre o comportamento do Partido Comunista Português e dos restantes partidos e a maioria dos partidos aqui representados. E, por outro lado, penso que essa diferença de comportamento é muito característica do Partido Comunista, ou seja da oposição, perante qualquer problema.

No fundo, parece-me que o Sr. Deputado pensa que é mais importante conquistar o poder do que resolver os problemas dos Portugueses, pensa que é mais importante derrubar do que construir — é esta a minha resposta a esse conjunto de perguntas. E, neste contexto, a isso o Governo de que faço parte diz não!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito é, Sr. Deputado?

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Tendo sido invocado pessoalmente, penso que terci o direito de gastar alguns segundos à Assembleia.

O Sr. Presidente: — Mas parece-me que o tempo do seu partido já está esgotado ...

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Não me refiro a um tempo de debate mas, sim, ao de invocação de um direito próprio ...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado invoca o direito de defesa?

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Se quiser, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então faça favor, Sr. Deputado, mas pedia-lhe que fosse breve.

O Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Viana Baptista): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

É que eu não ataquei o Sr. Deputado Magalhães Mota. O inverso talvez seja verdadeiro ou pelo menos pretende-se que seja.

Risos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que não me considero ofendido pelas declarações do Sr. Ministro. Até lhe agradeço a referência que fez, e que tomo necessariamente com algum sentido de humor, em relação ao alargamento das minhas leituras. Portanto, não é por ai que há problema.

O que queria sublinhar é que em relação a um pedido de inquérito parlamentar feito com base numa notícia de jornal, presentemente esse pedido de inquérito já não é meu mas desta Assembleia que o aprovou por unanimidade.

Vozes da ASDI e do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes, para responder, se assim o desejar.

O Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Viana Baptista): — Sei que esta questão está completamente fora do contexto deste debate e não vim aqui para a discutir mas quero apenas dizer ao Sr. Deputado Magalhães Mota que fui eu o primeiro a mandar iniciar, ainda no VI Governo, um inquérito sobre estas matérias, inquérito esse que, infelizmente, não teve a devida resposta por parte das entidades competentes, exteriores ao Ministério, e que, logo que o meu gabinete foi informado de que aqui, na Assembleia da República, se propunha esse inquérito, fui eu o primeiro a dizer que o apoiaava pois esta seria a maneira de esclarecer este assunto. Só lamento que não tenha havido a preocupação de fundamentar as acusações ou as induções veladas. Pela minha parte estou muito feliz por a Assembleia ter assumido esta posição. Muito obrigado por me terem permitido usar da palavra e peço desculpa de sair um pouco da matéria em discussão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estamos sobre a hora de encerramento dos nossos trabalhos segundo o acordo feito na conferência dos presidentes dos grupos parlamentares.

Amanhã reiniciaremos a sessão às 10 horas, não há período de antes da ordem do dia e da ordem do dia constará a conclusão do debate e encerramento da discussão da interpelação do PCP, sobre política de habitação.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 30 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Américo Abreu Dias.
Arménio Jerónimo Martins Matias.
Arménio dos Santos.
Fernando José da Costa.
Fernando Manuel Cardoso Ferreira.
José de Vargas Bulcão.
Maria Helena do Rego Salema Roseta.
Mário Marques Ferreira Maduro.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Natália de Oliveira Correia.
Pedro Miguel Santana Lopes.
Rui Alberto Barradas de Amaral.

Partido Socialista (PS)

Alberto Marques Antunes.
António Chaves Medeiros.
António Manuel de Oliveira Guterres.
Carlos Manuel N. Costa Candal.
Fernando Torres Marinho.
Francisco Manuel Marcelo Curto.
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
José Luís Amaral Nunes.

Centro Democrático Social (CDS)

Eugénio Maria Anacoreta Correia.
Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.
Henrique José C. M. Pereira de Moraes.
Henrique Manuel Soares Cruz.
José Augusto Gama.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
Narana Sinai Coissoró.
Rui Eduardo Rodrigues Pena.
Victor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Jorge Manuel Lampreia Patrício.
Maria Odete dos Santos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

António José B. Cardoso e Cunha.
Bernardino da Costa Pereira.
Carlos Mattos Chaves de Macedo.
Fernando dos Reis Condesso.
Henrique Alberto Nascimento Rodrigues.
Leonardo Eugénio R. Ribeiro Almeida.
Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva.
Mário Dias Lopes.
Pedro Augusto Cunha Pinto.

Partido Socialista (PS)

António Fernandes da Fonseca.
António Gonçalves Janeiro.
Júlio Filipe de Almeida Carrapato.
Manuel da Mata de Cáceres.
Mário Alberto Lopes Soares.
Vergílio Fernando Rodrigues.
Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS)

José Alberto Faria Xerez.
José Girão Percira.
José Miguel N. Anacoreta Correia.
Maria José Paulo Sampaio.
Mário Gaioso Henriques.

Partido Comunista Português (PCP)

Alvaro Barreirinhos Cunhal.
Carlos Alberto do Carmo C. Espadinha.
Domingos Abrantes Ferreira.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Fernando Dias de Carvalho.

OS REDACTORES DE 1.ª CLASSE, *Maria Leonor Caxaria Ferreira — Noémia Malheiros*.

PREÇO DESTE NÚMERO 108\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA